ISSO NÃO É UM EVENTO

**uma análise sobre a dinâmica de uso dos espaços públicos contemporâneos:
estudo de caso – o Largo da Batata**

Laura Sobral Rodrigues

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção de título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.
Área de Concentração: história e fundamentos da arquitetura e do urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Teixeira Wisnik

São Paulo
2018

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL,
SOB RESPONSABILIDADE DA AUTORA E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.
São Paulo, 14 de junho de 2018.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

e-mail da autora: laura@laurasobral.com

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Sobral Rodrigues, Laura

ISSO NÃO É UM EVENTO uma análise sobre a dinâmica de uso dos espaços públicos contemporâneos: estudo de caso – o Largo da Batata / Laura Sobral Rodrigues; orientador Guilherme Wisnik. – São Paulo, 2018.

107 p.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

1. Urbanismo. 2. Cidades. 3. Espaço Público. I. Wisnik, Guilherme, orient. II. Título.

SOBRAL RODRIGUES, Laura

ISSO NÃO É UM EVENTO

**uma análise sobre a dinâmica de uso dos espaços públicos contemporâneos:
estudo de caso – o Largo da Batata**

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção de título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: história e fundamentos da arquitetura e do urbanismo

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais pela colaboração durante todo o processo desse trabalho. Sem seu apoio ele não seria possível. Agradeço por me incentivarem e serem meus amigos mais leais nas minhas tentativas de transformar as cidades em lugares mais justos para se viver.

Ao Leo, meu companheiro nessa aventura que é a vida, agradeço por tudo. Agradeço especialmente por estar do meu lado também nessa empreitada, sei que não foi fácil.

Há amigos que foram centrais no desenvolvimento dessa dissertação, e que agradeço de todo o coração. A eles, que estudam a produção do urbano tão apaixonadamente como eu, Paolo Colosso e Rodrigo Minoru, meu afeto e meu muito obrigado.

Aos que põem a mão na massa por cidades melhores, e colaboraram com esse trabalho, agradeço a Mariana De Toledo Marchesi, Maria Eudoxia de Carvalho, Sasha Hart e a Luciana Minami.

Minha admiração e gratidão às Batatas Jardineiras e outros batateiros por continuar o trabalho de resistência e cuidado no Largo da Batata. Também ao Eduardo Pompeo Martins, por seu empenho em fazer o seu melhor durante sua passagem pela SP Urbanismo, e por sua abertura para a troca de ideias, sempre.

Agradeço pelos comentários sobre esse trabalho a Adriana Costa, Cintia Marino, Luciana Tamaki e André Deak. E pelo valioso apoio no seu fechamento a Margarida e Eduardo Zanelato, Lucas Girard, Vivian Sobral Rhoads, Renato Forster, Juliana Caldas e ao escritório Tito Lívio Frascino & Arquitetos.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, Gisele Beiguelman e Luís Antonio Jorge, pela disponibilidade e orientação.

Por fim, agradeço especialmente ao meu orientador, Guilherme Wisnik, por sua abertura nos diálogos, confiança, paciência, e mais que isso, por ser um amigo e uma inspiração.

Estudar a vida cotidiana será uma
empreitada perfeitamente ridícula,
e desde o princípio condenada a não
compreender nada do seu objeto, se
não nos propusermos a estudar a vida
cotidiana com o fim de a transformar.

Internacional Situacionista

Resumo

Nesta dissertação analisa-se o processo pelo qual as práticas urbanas socioespaciais colaborativas da sociedade civil agem sobre um espaço público aberto, transformando-o, pelo seu uso, em um espaço “comum”. Estamos em um momento histórico no qual o planejamento urbano tradicional, reconhecido comumente como um processo *top-down*, está cada vez mais dividindo seu espaço com as práticas ditas *bottom-up*. Nesse sentido, este trabalho se propõe a ser um estudo do uso contemporâneo do Largo da Batata, em São Paulo, compreendendo o período do final da década de 1990 até 2017, com especial destaque para o momento em que a região teve seu acesso reaberto ao público em 2013. Público este que, por sua vez, começou a se apropriar do lugar. A investigação é sobre os processos de uso propositivo dos espaços públicos — praças, ruas e parques — por parte da população, tendo como objetivo a identificação de como essas práticas urbanas coletivas produzem, pelo seu uso, lugares com qualidades diversas das previamente conhecidas e mapeadas, permitindo o encontro de diferentes tipos de pessoas e de cuidado comum.

Para tal, esta dissertação pretende investigar novos campos de ação dentro da profissão de urbanista, e mesmo novos métodos no que se refere ao planejamento urbano participativo e à criação de plataformas para a autogestão e a gestão compartilhada. Conclui-se que ampliar os horizontes da análise socioespacial de insurgências cidadãs no espaço público pelo olhar do urbanismo pode aproximar o debate acadêmico do ativismo cidadão e comunitário, e também contribuir para a investigação de possibilidades de colaboração entre urbanismo tradicional e urbanismos táticos, revelando um caminho do conhecimento em construção.

Palavras-chave: práticas urbanas criativas. direito à cidade. espaços públicos comuns. urbanismo tático. gestão compartilhada. pioneiros urbanos.

Abstract

In this dissertation, the process of civil society's collaborative spatial practices influence on an open public space, transforming it into a "common" space, is analyzed. This is a historical moment in which traditional urban planning, recognized as a top-down process, is often divided more closely with bottom-up practices. In this sense, this work proposes to be a study of the contemporary usage of the Largo da Batata, in São Paulo, comprising the period from the late 1990s to 2017, with special emphasis on the moment when the square area was reopened to the public in 2013 – when the place was appropriated to the public. The investigation is about the processes of the usage of public spaces – squares, streets and parks – by the populace, with an objective to identify how these urban practices through the use of these places produce qualities different from those previously known and mapped, allowing the encounter of different types of people and common care.

In order to do so, this work intends to investigate new fields of action within the urbanist profession, and even new methods regarding participatory urban planning and the creation of platforms for self-management and shared management. It is concluded that widening the horizons of socio-spatial analysis of citizen insurgencies in the public space through the view of urbanism can bring the academic debate closer to citizen and community activism, and also contribute to the investigation of possibilities of collaboration between traditional urbanism and tactical urbanisms, revealing a path of knowledge under construction.

Keywords: creative urban practices. right to the city. common public spaces. tactical urbanisms. shared management. urban pioneers.

Sumário

Introdução	15
O processo de formação do problema da pesquisa	18
Estrutura do trabalho	20
Glossário	21
 Capítulo 1 – O atual despertar para o fazer urbano	 25
1.1. Discussão sobre o urbanismo	25
1.2. A cultura de uso das cidades: a retomada do cotidiano	29
1.3. Além do público, o comum urbano	34
1.4. Urbanismos táticos	37
 Capítulo 2 – Usar não é um evento: o Largo da Batata	 40
2.1. Estudo de caso: cenários	40
2.1.1. Formal/Territorial	40
2.1.2. Políticas Públicas Territoriais	48
2.1.3. Cultural, usos e fluxos	53
2.1.4. Rede de diálogos	65
2.2. Organização coletiva: um processo em aberto	81
 Capítulo 3 - Divergências, convergências e conclusões	 83
3.1 Construindo possibilidades	84
3.2 Mobiliário urbano e participação no Largo da Batata	88
3.3 Maneiras de participar na produção da cidade	92
3.4 A postura e a prática do urbanista	94
3.5 Perspectivas	96
3.6 Considerações finais	102
 Referências Bibliográficas	 104

Figura 1: Foto aérea do Largo da Batata, 2017.
Fonte: Relatório de Pesquisa (RUA)3 Largo da Batata. Foto de Alex Fisberg.

Introdução

As questões centrais desta dissertação têm como parâmetro fundamental a cidade e o território, entendidos de maneira processual e conexas ao seu respectivo uso.

A investigação da pequena escala e de processos urbanos cotidianos que, por vezes, são invisíveis desvela oportunidades para a ação e também métodos de operação, que podem ser relevantes para outras oportunidades. Atrelada à compreensão da transformação ocorrida no território estudado, esta abordagem sugere uma forma transversal de pensar o urbanismo, que reconhece não só os impactos do planejamento urbano formal, como também a importância do urbanismo que os cidadãos constroem no dia a dia pelo seu uso da cidade.

Enquanto o planejamento urbano tradicional visa estipular um estágio final do desenvolvimento e a ideia espacial mais precisa possível de um futuro do território, nesta pesquisa são estudadas as práticas socioespaciais de origem cidadã orientadas para o processo, cujo objetivo principal é configurar ativamente o próprio desenvolvimento, compondo a dinâmica de uso dos espaços públicos abertos.

Em todo o mundo, cada vez mais as pessoas estão se engajando na melhoria do ambiente urbano em que vivem. Elas agem em resposta a questões e necessidades urgentes¹. Iniciativas comunitárias demonstram a capacidade dos cidadãos de auto-organização e apresentam soluções para desafios colocados pela vida cotidiana nas grandes cidades, usando a criatividade para transformar e multiplicar os recursos existentes. Essa tendência pode ser vista como uma reação à incapacidade que as cidades atuais têm de dar respostas ágeis aos desafios urbanos por meio do planejamento urbano tradicional e de seus instrumentos, que, frequentemente, ignoram as demandas da vida cotidiana contemporânea. Essas práticas socioespaciais — hortas comunitárias, conversas públicas, assembleias, manutenção e construção de mobiliário urbano pelos próprios cidadãos, apresentações culturais, celebrações, práticas esportivas e de lazer, aulas abertas, programação comunitária, plantio de árvores, pintura de infraestrutura de mobilidade ativa (faixas de pedestres, ciclovias), implantação de sinalização e outras atividades que têm como espaço parques, praças, ruas e terrenos residuais urbanos — são definidas neste trabalho como práticas urbanas criativas², nas quais os cidadãos convidam os diferentes atores a cooperar com o objetivo de uma alternativa urbana que seja impulsionada pela participação e por atitudes proativas. A proposta é de se construir espaços comuns de maneira coletiva. O objetivo é a criação de lugares de encontro.

1 ROSA, Marcos; WEILAND, Ute. *Handmade urbanism*. Berlin: Jovi, 2013.

2 ROSA, Marcos. *Microplanejamento. Práticas Urbanas Criativas*. 2ª ed. São Paulo: Ed. de Cultura, 2011.

O urbano é, portanto, forma pura; um lugar de encontro, de reunião, de simultaneidade. Esta forma não tem conteúdo específico, mas é um centro de atração e de vida. É uma abstração, associada com a prática. O que a cidade cria? Nada. Ela centraliza a criação. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem união, sem proximidade, isto é, sem relacionamentos. A cidade cria uma situação, onde diferentes coisas ocorrem uma após a outra e não existem separadamente, mas de acordo com suas diferenças. O urbano, que é indiferente às diferenças que gera, em si as une. Neste sentido, a cidade constrói, identifica e liberta a essência das relações sociais.³

É crescente a multiplicidade de atividades públicas simultâneas, que estão continuamente redefinindo os conceitos de “público” e “espaço” pela experiência vivida. Em lotes vagos, calçadas, ruas, parques, praças, praias, essas atividades estão reestruturando o espaço urbano, abrindo novas arenas políticas e produzindo novos tipos insurgentes de cidadania ativa⁴. Espaços disponíveis, muitas vezes disfuncionais, são hoje locais de testes e zonas experimentais para o futuro da cidade⁵. Eles tornam-se lugares para a expressão de novos sentidos por meio dos indivíduos que os apropriam e seus propósitos, adquirindo significados em constante mudança — sociais, estéticos, políticos, econômicos — com seus usuários reorganizando-os e reinterpretando-os. Alguns exemplos são projetos como o Mumbai Waterfronts Center, em Mumbai, o Miravalle Community Council, na Cidade do México, e o Prinzessinnengarten, em Berlim ⁶.

Essas ações que ocorrem no espaço cotidiano comumente são de difícil percepção, apesar da sua onipresença. O espaço cotidiano é quase invisível no discurso técnico sobre a cidade. Também é complexa sua articulação, uma vez que operam no nível local, cumprindo microagendass através por meio da ação direta⁷. Os espaços públicos foram impostos em sua morfologia e funcionamento, sem participação efetiva dos cidadãos em seu planejamento e na tomada de decisões, resultando, muitas vezes, em espaços alheios ao interesse da população. Portanto, não é fácil a identificação e a geração de vínculos dos habitantes da cidade com tais espaços. Uma vez que são criados para serem cuidados apenas pelo poder público e não pela população, que não compartilha da responsabilidade por eles.

Como consequência, é comum serem vistos quadros de exclusão social, grandes contrastes urbanos, má administração dos seus serviços, má manutenção, pouca criatividade nos projetos, má qualidade de materiais, projetos fora de contexto, entre muitos outros problemas.

3 LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p.112.

4 HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

5 ROSA, Marcos; WEILAND, Ute. op cit., 2013.

6 Ibidem.

7 CHASE, John; CRAWFORD, Margaret; JOHN, Kaliski. *Everyday Urbanism*. Nova Yorque: The Monaceli Press, 2008.

As práticas socioespaciais de iniciativa cidadã se alinham, em sua maioria, com as ideias propagadas nos anos 1960 por Henri Lefebvre e pela Internacional Situacionista, tomando como ponto de partida a ideia de que a qualidade de vida e a qualidade do espaço estão profundamente entrelaçadas.

Os “pioneiros urbanos”⁸ — cidadãos que se engajam em tais práticas socioespaciais — identificam espaços disfuncionais ou em desuso e procuram reinventá-los. Adaptam-se ao ambiente em questão, aproveitando a oportunidade de agir sobre espaços que possam ser por eles redefinidos coletivamente, e exploram os seus recursos ao máximo, com o objetivo de transformar esses locais em arenas de ação política e lugares de encontro.

As ações dos pioneiros urbanos se relacionam ao que foi mais tarde definido como urbanismo tático, termo registrado pela primeira vez em 1996 para designar, segundo Lydon e Garcia⁹, um protótipo 1:1 de curto prazo. Esse protótipo é construído a partir de grupos de pessoas “empoderadas”, ou seja, cria um urbanismo cidadão, de forma a reconhecer o valor das ações informais no espaço público e incorporar na forma de políticas públicas urbanas inclusivas de longo prazo. Tal abordagem é centrada no cidadão para a construção do bairro, caracterizada por intervenções de curto prazo e de baixo custo, destinadas a catalisar mudanças a longo prazo. Essa Tal abordagem é centrada no cidadão para a construção do bairro, caracterizada por intervenções de curto prazo e de baixo custo, destinadas a catalisar a mudanças a longo prazo. De maneira a preencher as brechas deixadas pela clássica noção estratégica de planejamento *top-down*, modos táticos de urbanismo surgiram na forma de aproximações *bottom-up* cotidianas de problemas locais, gerenciados de modo desigual dentro das metrópoles contemporâneas¹⁰.

Apesar de registrado o termo em 1996, o conceito de urbanismo tático já pode ser identificado em textos anteriores, como no livro *A invenção do cotidiano*, de Michel de Certeau, de 1980.

Falando de modo mais geral, uma maneira de utilizar sistemas impostos constitui a resistência à lei histórica de um estado de fato e a suas legitimações dogmáticas. Uma prática da ordem construída por outros redistribui-lhe o espaço. Ali ela cria ao menos um jogo, por manobras entre forças desiguais e por referências utópicas. [...] Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas.¹¹

8 OVERMEYER, Klaus; LAURINGER, Holger (Eds.). *Urban Pioneers – Berlin: Stadtentwicklung durch Zwischennutzung*. Temporary Use and Urban Development in Berlin. Berlin: Jovis Verlag, 2007.

9 LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. *Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change*. Washington: Island, 2015.

10 BURDETT, Richard; CRUZ, Teddy; HARVEY, David. *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*. In: GADANHO, Pedro (Ed.). New York: The Museum of Modern Art MoMA, 2014.

11 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998, p. 79

Dentre os objetivos deste trabalho, está compreender o momento histórico contemporâneo no que tange à emergência dos urbanismos táticos, desde a experiência da ocupação à transformação socioespacial. Para isso, foi investigado o caso do Largo da Batata, em São Paulo, as ações de microescala que ali tiveram lugar, ao mesmo tempo qualificando o ambiente urbano e chamando a atenção para as consequências equivocadas do macrourbanismo quando está a serviço dos interesses imobiliários. Busca-se contribuir para os estudos sobre os fundamentos teóricos dos “pioneiros urbanos” contemporâneos dentro do campo do urbanismo — ainda poucos, especialmente no Brasil —, incentivando, dessa forma, a exploração de outras maneiras de relacionamento entre o urbanista e a sociedade.

A estratégia da pesquisa está baseada em duas metodologias: a pesquisa-ação e o estudo de caso e desenvolve-se a partir da análise do cruzamento de cenários temáticos construídos para a compreensão do tempo-espaço em questão. As metodologias apresentadas dialogam e se apoiam em registros teóricos produzidos no campo do urbanismo, da sociologia e da geografia urbana, considerando como base a produção ensaística de Henri Lefebvre a respeito do direito à cidade; autores contemporâneos que analisam o momento presente de retomada das grandes cidades pela população, tais como David Harvey e Antonio Negri; e também textos diversos sobre urbanismos táticos e sobre o caso em questão, à luz da teoria proposta.

O processo de formação do problema da pesquisa: o Largo da Batata como estudo de caso

Como se dá o processo de apropriação dos espaços públicos abertos por esses pioneiros espaciais — cidadãos engajados — que os transformam em espaços comuns? O Largo da Batata oferece um terreno de pesquisa para a busca dessa resposta, pois é um caso de como os habitantes da cidade se apropriaram de espaços públicos urbanos, tornando-se seus coprodutores a partir do uso e da manifestação cultural.

Esta pesquisa é decorrente de várias inquietações suscitadas em mim ainda durante a graduação na FAU-USP: o entendimento de que o urbanismo em macroescala criou e continua criando cidades a partir não só de desenhos desprovidos do olhar para o micro, mas também da implementação manipulada pelo jogo político dominado pela lei de mercado. Nos livros de Henri Lefebvre e na atuação dos Situacionistas, encontrei meu campo de investigação, disparando minha pesquisa sobre o urbanismo cotidiano construído pelo uso cultural e político que a sociedade civil faz de sua cidade, principalmente dos seus espaços públicos. A oportunidade que tive de conhecer, em 2007, graças ao intercâmbio na ETSAM — Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid —, coletivos de intervenção e ativação do espaço público, como Basurama (formado em grande parte por ex-alunos da ETSAM), EXYZT, raumlaborberlin, iniciaram-me na prática das intervenções urbanas em espaços

públicos, mirando a catalisação da mobilização cidadã pelo uso democrático dos espaços da cidade e pela conscientização política coletiva. Com essa atuação, tanto como ativista como pela característica de minha prática profissional, experimento o papel do urbanista como articulador cultural e mediador das diversas ideias de planejamento de futuro que há nos territórios urbanos. Esse caminho ainda está sendo trilhado e, portanto, não se findará nesta dissertação de mestrado.

Durante toda minha vida fui moradora da Zona Oeste de São Paulo, região onde o Largo da Batata representa, historicamente, uma importante centralidade. Frequentei, portanto, essa região desde o final da década de 1980. Como urbanista, o Largo da Batata chamava minha atenção pela sua transformação constante. Instigou-me, assim, a investigar que tipo de imaginário, de cidade estava lá sendo construído e reconstruído sem descanso.

No ano de 2013, mudei-me para uma casa na Rua Fernão Dias, uma das vias que, hoje em dia, conformam os limites do Largo. A região estava, então, em obras, como nos mais de 10 anos anteriores, e os tapumes foram, nesse ano, removidos, permitindo, finalmente, o usufruto do local. Assim que me mudei, comecei a frequentar as reuniões do Cades – Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz das Prefeituras Regionais, da Subprefeitura de Pinheiros, e também outras reuniões específicas sobre o Largo e os arredores. Ao atestar as limitações e a morosidade das instâncias participativas formais disponíveis, conectei-me a pessoas e grupos, formando com eles, no início de 2014, o que viria a ser o movimento “A Batata Precisa de Você”, que incentiva o uso amplo e democrático do espaço do Largo da Batata.

Os desafios encontrados e as lições aprendidas durante a vivência nessa região foram o meu mais importante passo na busca incessante por respostas que permitam que se avance para desenvolver métodos de coprodução da cidade e para rejuvenescer as ferramentas de participação da população.

Essa pesquisa é minha tentativa de sistematizar e organizar essa experiência no Largo da Batata, desde seu estabelecimento como território da Operação Urbana Consorciada Faria Lima até o período de entrega desta dissertação — início de 2018 –, tanto em termos formais quanto em redes de relações e suas decorrências.

Estrutura do trabalho

Esta dissertação estrutura-se em três capítulos:

O primeiro trata do momento atual de questionamento do urbanismo na sua forma mais difundida, o urbanismo ordenador e funcionalista, e a atual reivindicação pelos habitantes de várias metrópoles pelo “direito à cidade”.

A história recente do Largo da Batata como mais um dos frequentes equívocos resultantes do urbanismo funcionalista paulistano e também o processo de apropriação do local pelos cidadãos são expostos em “cenários”. O foco está no período que compreende desde a Operação Urbana Consorciada Faria Lima até os dias atuais. São discutidos os motivos do interesse de “revitalizar” o lugar e sua consequência, a desertificação do espaço. Também o porquê da mobilização da sociedade civil em torno do território em questão e como a reconquista do espaço pela vida urbana se deu são parte do segundo capítulo.

O terceiro capítulo tem o objetivo de trazer à tona uma perspectiva mais situada dos sujeitos envolvidos e, de algum modo, ainda ativos nas ações do que denominamos “urbanismos táticos no Largo da Batata”, e também, sob uma observação participante, as motivações iniciais e o perfil desses sujeitos. O foco é nos desdobramentos dessas ações iniciais no interior de uma correlação de forças com o poder público; o embate entre um urbanismo promovido desde as bases e as políticas públicas urbanísticas. Como exemplo, é reconstituída de modo mais detido a experiência da construção de mobiliários urbanos como forma de permitir um novo patamar no uso e na reapropriação do espaço público e, ainda, como um trabalho coletivo e cooperado capaz de gerar trocas e encontros.

Em seguida, é exposto como é urgente a revisão das metodologias participativas oferecidas pelo poder público e as possíveis atuações do urbanista. As considerações finais do capítulo são sobre os possíveis horizontes em relação a aproximações e diálogos entre urbanismo tradicional e urbanismos táticos.

Glossário

ação tática

ações de menor escala que têm como método o “pensar-fazendo”.¹²

A tática é movimento. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende (...) Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. [...] sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz, como se fica no corpo a corpo, sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder.

apropriação de espaços públicos

ato de tornar próprios espaços públicos pela ocupação provisória, por meio da qual os pioneiros urbanos conseguem melhor adequá-los a certas finalidades a partir do uso, de práticas coletivas, compartilhadas, autogestionárias e, com frequência, fortemente políticas.¹³

commons

em português, “comum”, denomina os ambientes e recursos compartilhados, que são gerados pela participação de muitos e que constituem o tecido produtivo essencial da metrópole contemporânea.

A propriedade comum não passa simplesmente pelo Estado, passa pelo exercício que as singularidades fazem desse espaço comum, pela maneira de exercer esse espaço comum. (...) O comum é sempre construído por um reconhecimento do outro, por uma relação com o outro que se desenvolve nessa realidade.¹⁴

comuns urbanos

os bens, tangíveis, intangíveis e digitais, que os cidadãos e o poder público, por meio de procedimentos participativos e deliberativos, reconhecem serem essenciais para o bem-estar individual e coletivo, compartilhando a responsabilidade de seus cuidados a fim de melhorar o usufruto coletivo.¹⁵

12 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 100

13 Ver: WISNIK, Guilherme. Posse ou uso da cidade? *Folha de São Paulo*, 13 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilherme-wisnik/2016/06/1780988-posse-ou-uso-da-cidade.shtml>>. Último acesso em janeiro de 2018.

14 NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009, p 6.

15 Ver: “*Regulation On Collaboration Between Citizens And The City For The Care And Regeneration Of Urban Commons*”. Disponível em: <<http://www.comune.bologna.it/media/files/bolognaregulation.pdf>>. Último acesso em 13 de novembro de 2016.

cultura de uso

é contraposta pela “cultura do espetáculo”, constituindo-se, assim, das ações e manifestações cotidianas que os corpos performam nos espaços públicos da cidade ao usá-los.¹⁶

DIY/DIWO

“faça você mesmo” ou, em inglês, *Do It Yourself (DIY)*, é o método de construção, modificação ou reparação de coisas sem a ajuda direta de especialistas ou profissionais. São comportamentos em que os indivíduos envolvem matérias-primas e semi-matérias-primas e componentes complementares para produzir, transformar ou reconstruir bens materiais, incluindo os que são extraídos do ambiente natural. O termo está atualmente bastante ligado à cultura *Maker*, e também ao termo *Do It With Others (DIWO)*, que agrega o viés colaborativo ao “DIY”, reunindo vários indivíduos para uma ação direta que visa a um objetivo comum.¹⁷

espaço público

espaços livres públicos coletivos, de propriedade do Estado – parques, praças e ruas.¹⁸

espaço público comum

espaço público apropriado pela população.

Há uma distinção importante entre espaços públicos e bens públicos por um lado, e por outro, os comuns. Os espaços e bens públicos urbanos sempre foram uma questão de poder de Estado e administração pública, e esses espaços e bens não constituem necessariamente um comum. [...] Embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessária uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades.¹⁹

gestão compartilhada

gestão de espaços comuns, onde “intervenções de cuidado” de bens comuns urbanos são realizadas conjuntamente por cidadãos e administração pública, com continuidade e inclusão.²⁰

16 Ver: CARLOS, Ana Fani. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. *Geosp* (USP), v. 18, 2014, p. 472.

17 Ver: DELPRAT, Etienne (Org.). *Système DIY – ‘Faire Soi-meme À L’ère Du 2.0’*. Paris: Éditions Gallimard, 2013.

18 Ver: QUEIROGA, Eugenio. *Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

19 Ver: HARVEY, David. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

20 Ver: “*Regulation On Collaboration Between Citizens And The City For The Care And Regeneration Of Urban Commons*”. Disponível em: <<http://www.comune.bologna.it/media/files/bolognaregulation.pdf>>. Acesso em 13 de novembro de 2016.

microurbanismo / microplanejamento

o microurbanismo é resultante da ação de atores de micro escala. É o conjunto de intervenções urbanas que se estabelecem como catalisadores de mudanças locais. Ele se contrapõe ao macro urbanismo, ligado historicamente ao desenvolvimento do urbanismo funcionalista, que tem como método o Plano Diretor. Como o macrourbanismo está ligado ao planejamento em grande escala, o micro urbanismo se liga ao micro planejamento, o planejamento e a experimentação em escala local.²¹

open source

código aberto ou *open source*, em inglês, é um modelo de desenvolvimento que promove um licenciamento livre para o design ou esquematização de um produto, e a redistribuição universal desse design ou esquema, dando a possibilidade para que qualquer um consulte, examine ou modifique o produto. “Open” tem o sentido de cooperação que carrega desde o movimento do software livre – onde também a dicotomia entre *free* e *open* aconteceu.²²

pioneiros urbanos

cidadãos que se engajam em práticas urbanas criativas.²³

práticas urbanas criativas

práticas que organizam lugares para o encontro — pontos de contato que resistem à desertificação de espaços coletivos de qualidade.²⁴

top-down / bottom-up

os termos *top-down* (de cima pra baixo) e *bottom-up* (de baixo para cima) são utilizados para analisar a implementação de políticas públicas. Em um modelo *top-down*, as decisões são tomadas por um nível de governo central e implementadas por um nível local. Há um entendimento de que decisão e implementação são processos distintos. Já em modelos *bottom-up*, a decisão e a implementação de políticas públicas devem ter origem em um nível de decisão mais próximo à população, envolvendo um amplo processo de negociação entre o poder público local, servidores que trabalham na entrega desses serviços e a própria população. Ou seja, a política é resultado da interação de uma rede de atores. O termo *bottom-up* também tem sido usualmente utilizado para fazer referência a ações realizadas pela sociedade civil a partir de uma escala local.²⁵

21 Ver: ROSA, Marcos. *Microplanejamento. Práticas Urbanas Criativas*. 2ª ed. São Paulo: Ed. de Cultura, 2011.

22 Ver: DEAK, André. *Bibliografia de urbanismo open source*. Disponível em: <<http://outrosurbanismos.fau.usp.br/urbanismo-open-source/>>. Último acesso em: 27 de abril de 2017.

23 Ver: OVERMEYER, Klaus; LAURINGER, Holger (Eds.). *Urban Pioneers – Berlin: Stadtentwicklung durch Zwischennutzung. Temporary Use and Urban Development in Berlin*. Berlin: Jovis Verlag, 2007.

24 Ver: ROSA, op cit., 2011.

25 SOBRAL RODRIGUES, Laura (org.). *MACROMICRO1 – protótipos e políticas públicas*. Disponível em: <<https://www.acidadeprecisa.org/publicacao-macromicro>>. Último acesso em: 22 de dezembro de 2017.

urbanismo funcionalista

refere-se ao urbanismo no qual “o espaço urbano é traçado conforme a análise das funções humanas. Uma classificação rigorosa instala em locais distintos o habitat, o trabalho, a cultura e o lazer”.²⁶

urbanismos táticos

grupo de urbanismos de características similares nas suas “ações táticas”, como o urbanismo *open-source*, microubanismo, urbanismo *bottom-up*, de guerrilha, *pop-up*, *DIY*, *DIWO*, etc. O que une esses urbanismos nessa nomenclatura é seu método de ação, intervenções urbanas de curto prazo e de baixo custo, destinadas a catalisar a mudança a longo prazo.²⁷

Siglas

Cades – Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Cades-Pi se refere ao CADES da Subprefeitura de Pinheiros.

CET – Companhia de Engenharia de Tráfego.

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo.

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo.

SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

26 Ver: CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1965, p.9.

27 Ver: LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. *Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change*. Washington: Island, 2015.

CAPÍTULO 1

O atual despertar para o urbano

Neste primeiro capítulo questiona-se sobre a concretização dos objetivos anunciados pelo urbanismo funcionalista. O aparente fracasso dos esforços do urbanismo ordenador já vem sendo anunciado desde os anos 1960 e 1970 por Lefebvre, Jacobs e grupos como os Situcionistas e o Team X, entre outros, que, direta ou indiretamente, ainda dialogavam com o Movimento Moderno. Muitas das críticas ao urbanismo funcionalista foram retomadas mais recentemente, dessa vez associando o urbanismo funcionalista como instrumento neoliberal. O repertório dos movimentos dos anos 1960 foi retomado pelos ativismos atuais, sob um contexto em que o Estado, que formalmente implementa os planos urbanos, está, de maneira viciada, atrelado aos interesses privados da metrópole, não defendendo o bem comum, mas, sim, legitimando os interesses imobiliários.

As insurgências e as práticas socioespaciais de iniciativa cidadã que surgiram a partir desse questionamento recente têm lugar nos espaços públicos urbanos de várias metrópoles do globo. Este capítulo aborda como essa apropriação transforma esses espaços públicos em espaços comuns, uma vez que os cidadãos fazem uso intenso e propositivo deles por meio de práticas urbanas coletivas, tornando-os lugares de encontro e criando conexões mediadas pelo território e, conseqüentemente, o sentimento de pertencimento.

A compreensão do processo pelo qual os urbanismos táticos vêm marcando presença em muitas cidades do mundo e, inclusive, em São Paulo, tendo como bandeira a apropriação dos espaços públicos pelos cidadãos e propondo uma nova cultura de uso desses espaços, em contraposição à “eventização” da cidade contemporânea, à cidade-espetáculo, é central para o entendimento do potencial e das limitações desses movimentos e para analisar suas contribuições para a produção da cidade nos dias de hoje.

1.1 Discussão sobre o urbanismo

Os mecanismos tradicionais do planejamento urbano estão há muito sendo questionados, mais especificamente o fundamento tecnocrático dos projetos urbanos ²⁸.

No texto *What Ever Happened to Urbanism*, Rem Koolhaas afirma que “o urbanismo tem sido incapaz de se inventar e ser implementado na escala exigida por sua demografia apocalíptica. A promessa do modernismo – transformar a quantidade em qualidade através

²⁸ DAMIANI, Amélia. Conferência de abertura. *Seminário Internacional Cidades Rebeldes*. São Paulo, 9 de junho de 2015, Sesc Pinheiros.

da abstração e da repetição – tem sido um fracasso”²⁹. Calcado no progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional de ordens sociais ideais, o planejamento e a industrialização em larga escala na indústria da construção, aliados à exploração de técnicas de transporte de alta velocidade e de desenvolvimento de alta densidade, buscam soluções capitalistas para os dilemas do desenvolvimento e da estabilização político-econômica pós-guerra ³⁰.

O resultado é uma cidade que não tem lugar para a espontaneidade de usos, para o cotidiano lúdico não mercadológico. Com a crise de estagnação do capitalismo, nos anos 1970, a histórica missão do urbanista — reger o crescimento das cidades — deixava de fazer sentido. Ao contrário, era preciso incentivá-lo a qualquer custo³¹. Passamos do planejamento funcionalista à especulação. Quem “faz a cidade” a partir da década de 1990 são as grandes empresas³².

As cidades-empreendimento em que vivemos passaram a ser geridas e consumidas como mercadorias, ficando explícita a contradição recorrente entre o valor de uso que o lugar representa para seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer, sobretudo na forma de uma rede exclusiva.

O resultado foi a transformação das cidades em produtos comerciais, com crescimento “genérico” e desordenado. Segundo Koolhaas, obtém-se a “cidade genérica” ao se evacuar o domínio público — como se fosse um ensaio para a fuga em caso de incêndio. A “cidade genérica” é descrita como um reflexo da necessidade e habilidade atuais. É como um estúdio de cinema, que produz novas identidades a cada novo início de semana. Ela é fractal, uma repetição infinita do mesmo módulo estrutural simples. É possível reconstruí-la a partir de sua menor entidade, um computador.

Repensarmos o “quem faz cidade”, o urbanismo atual e seus métodos, seu motivo, seu impacto e que tipo de cidade resulta daí é uma tarefa que aquele que pretende atuar de maneira propositiva na cidade deve encarar. É preciso encontrar meios que permitam a todos participar mais plenamente de decisões que lhes digam respeito assim tão vitalmente³³.

29 KOOLHAAS, Rem. What Ever Happened to Urbanism. *S,M,L,XL*, OMA. New York: The Monicelli Press, 1995, p. 958.

30 HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1980.

31 HALL, Peter. *Cidades do amanhã* apud ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

32 ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

33 CHOAY, op cit., 1965.

“Temos que imaginar 1001 outros conceitos de cidade; temos que assumir riscos insanos; temos que ousar ser totalmente acrílicos; temos que engolir fundo e conceder perdão a torto e a direito. A certeza da falência deve ser o nosso gás/oxigênio, a nos provocar riso; a modernização nossa droga mais potente.”³⁴. Hoje, para sobreviver, o urbanismo terá de imaginar uma “nova novidade”, uma outra maneira de se relacionar – com a cidade, seus usuários e a própria dimensão pública –, levando em consideração mais aceitação do existente e menos determinismo.

A aglomeração urbana deve deixar de ser pensada somente por meio de modelos e de funcionalismo pelo urbanista. Fórmulas fixas que transformam o discurso em objeto definem sistemas de relações e criam estruturas flexíveis, e devem ser excluídas, eliminando a pré-sintaxe aberta a significados não constituídos:

Vinculada ao ideário socialista nascente, a linhagem utópica novecentista estabelece uma tradição importante no campo do urbanismo, através de figuras como Robert Owen e Charles Fourier, dando a base para as vanguardas modernas do século XX, de Tony Garnier, Le Corbusier, Frank Lloyd Wright e tantos outros. Fazendo tabula rasa do presente e do passado em direção a um futuro radioso e ideal, o projeto utópico da cidade moderna recusa a instabilidade e a imperfeição do mundo existente, isto é, da dinâmica histórica, isolando um ou alguns de seus aspectos constitutivos – em especial a sua dimensão pública – para desenvolvê-los *in vitro*.³⁵

A percepção de que o urbanismo funcionalista não produz cidades vibrantes e com qualidade de vida não é recente. Desde os anos 1960, contrapondo-se à opressão da racionalidade tecnoburocrática de base científica — expressa em formas corporativas e estatais monolíticas e em outras formas de poder institucionalizado — os “neoesquerdistas” de diversos movimentos contraculturais já faziam uma dura crítica ao entendimento do espaço que descola a forma do conteúdo.

A voz desse período da história segue urgente até os dias de hoje, sendo cada vez mais claro que o discurso do urbanismo funcionalista, aliado à pretensa desimportância política, serve principalmente para justificar tecnicamente escolhas projetuais que beneficiam o consumo e o capital financeiro. O espaço é um instrumento político controlável do Estado, de uma classe dominante ou dos tecnocratas, mas também realiza uma função: a da reprodução da força de trabalho pelo consumo³⁶.

34 KOOLHAAS, op cit., 1995,p. 958. (tradução minha)

35 WISNIK, Guilherme. Projeto e destino: de volta à arena pública. In: NOVAES, Adauto (Org.). Mutações: o novo espírito utópico. São Paulo: Edições Sesc, 2016, p. 55.

36 LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

Desde seu nascimento, o urbanismo é uma prática científica técnica, desconsiderando o aspecto político do espaço; “por meio da ciência do espaço, a prática e a técnica urbanísticas deveriam se alçar à cientificidade: isolado do contexto, o espaço aparecia como um dado, como uma dimensão específica da organização social.”³⁷.

Lefebvre, ao descrever de que se constitui o urbanismo, o define como “uma prática, uma miscelânea de instituições e de ideologia, mascarando o controle pelo Estado de um setor público defasado, porém decisivo para a sociedade”³⁸. E complementa que, tendo desaparecido essas características deficitárias, acaba-se por confiar esse setor ao capitalismo privado, posto que se tornou rentável. Na mesma linha, David Harvey, em seu recente livro *Cidades rebeldes*, escreveu que “a urbanização nada mais é do que a incessante produção de um comum urbano (ou sua forma espectral de espaços públicos e bens públicos) e sua eterna apropriação e destruição por interesses privados.”³⁹.

Atualmente, a especulação imobiliária é um dos principais motores – senão o principal – do avanço do capitalismo em todo o mundo.⁴⁰ O setor imobiliário — a mobilização das riquezas fundiária e imobiliária — foi um setor coadjuvante, nos anos 1960-70, funcionando como um setor paralelo compensatório e atuando como setor principal quando nos tempos de recessão.⁴¹ O setor imobiliário não mais age como setor compensatório ou paralelo, mas sim como protagonista da economia urbana financeirizada, tendo impacto decisivo na maneira contemporânea de se fazer cidade. Hoje a venda da cidade é o motor de projetos urbanos, no lugar das questões de planejamento total da cidade capitaneadas pelo Estado (como na raiz do urbanismo funcionalista).

Figura 2: Fotografia tirada na cidade de São Paulo.
Fonte: KOOLHAAS, R. *Content*. Koln: Taschen, 2004. p.274-275

37 Ibidem, p 59.

38 Ibidem, p. 55.

39 HARVEY, David. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 156.

40 O filme *Ekumenopolis*, que trata da cidade de Istambul, expõe de maneira clara esse processo. Com algumas adaptações, poderíamos aplicar a narrativa a São Paulo e a tantas outras cidades do mundo em situações similares.

41 LEFEBVRE, op cit., 2008.

1.2 A cultura de uso das cidades: a retomada do cotidiano

São inúmeras as questões que hoje retornam a partir do arco de problemas levantados de forma experimental nos anos 1960 e 1970. Entre eles estão o papel ativo conferido ao uso das cidades e a emergência de práticas colaborativas que ensinam as redes horizontais de trabalho no mundo contemporâneo. O motto lefebvriano do “direito à cidade” está, de novo, na ordem do dia, pois o cidadão que usa o espaço urbano reivindica o direito de participar de sua construção. E esse direito inclui não apenas a satisfação de necessidades básicas, como transporte, habitação, saúde e educação, mas também a realização de desejos, sobretudo o desejo, múltiplo e difuso, de cidades melhores para fazer e usar na vida cotidiana. Isto é, cidades que sejam verdadeiramente lugares para a ação.⁴²

A partir dos anos 2000 têm sido mais frequentes e notáveis os movimentos urbanos que questionam o fazer cidade de maneira centralizada e impositiva. Os movimentos de “*reclaim and occupy the cities*” têm se manifestado em grandes cidades de todo o globo, lutando por cidades produzidas coletivamente e buscando por justiça socioespacial.⁴³ Esses movimentos, muitas vezes, retomam a crítica realizada, nas décadas de 1960 e 1970, ao urbanismo de matriz modernista e seus efeitos perversos nas cidades decorrentes de seu caráter ordenador e centralizador.

A ideia de construir plataformas para a espontaneidade, por meio de situações que invocam imaginário coletivo para, assim, exercer o direito à cidade está fortemente presente nesses movimentos. Eles resgatam trabalhos como *O direito à cidade*⁴⁴, que, de acordo com Lefebvre, é o direito à vitalidade urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritos de vida e empregos do tempo, que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc.

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. [...] O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.⁴⁵

42 WISNIK, Guilherme; NOBRE, Ligia; NOBRE, Ana Luiza. Cidade: modos de fazer, modos de usar. *Drops*, ano 14, n. 074.06, São Paulo: Vitruvius, nov. 2013.

43 HARVEY, op cit., 2012.

44 LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

45 Ibidem, 2001, p. 117.

Contemporâneos a Lefebvre, os escritos situacionistas foram publicados com as primeiras reflexões sobre a espetacularização do urbanismo e da sociedade. Guy Debord, parte integrante da Internacional Situacionista, teve seus textos como uma das bases das manifestações do Maio de 68, em Paris. Em *A sociedade do espetáculo*, seu trabalho mais conhecido, Debord afirma que “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação.”⁴⁶

A Internacional Situacionista (IS) – grupo de artistas, pensadores e ativistas – lutava contra a transformação da vida cotidiana em espetáculo, contra a cultura espetacular e a espetacularização em geral, ou seja, contra a não-participação, a alienação e a passividade da sociedade. O principal antídoto contra o espetáculo seria o seu oposto: a participação ativa dos indivíduos em todos os campos da vida social, principalmente o campo da cultura. O interesse dos situacionistas pelas questões urbanas foi uma consequência da importância dada por estes ao meio urbano como terreno de ação, produção de novas formas de intervenção e luta contra a monotonia, ou ausência de paixão, da vida cotidiana moderna. A crítica urbana situacionista permanece assim, em sua essência, pertinente.

O engajamento de Guy Debord no grupo dos letristas e na posterior fundação da Internacional Letrista deu origem à Internacional Situacionista. Já no primeiro número de uma revista organizada pelos letristas, *Potlatch* (1954), surge a ideia de psicogeografia e de construção de situações. Os letristas passaram a colaborar com alguns grupos europeus de tendências semelhantes, como o London Psychogeographical (LPA) e, principalmente, o grupo Cobra — encabeçado por Asger Jorn, Christian Dotremont e Constant Nieuwenhuys. Constant e Jorn elaboraram com Debord e Raul Vaneigem a base do pensamento urbano situacionista.

Os situacionistas posicionaram-se contra o monopólio dos urbanistas e dos planejadores em geral, sendo a favor de uma construção realmente coletiva das cidades. Não viam como possível a proposta de uma cidade pré-definida, pois esta forma dependia da vontade de cada um e de todos, e não poderia ser ditada por um planejador. Qualquer construção dependeria da participação ativa dos cidadãos, o que só seria possível por meio de uma verdadeira revolução da vida cotidiana.

A crítica dos situacionistas à cidade ordenadora e funcionalista começava a ser esboçada em paralelo dentro dos próprios CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna) por uma geração de arquitetos conhecida como Team X. Posicionando-se de forma similar, situacionistas e Team X tinham posturas distintas: os membros do Team X faziam projetos e construíam obras, estando dentro do próprio CIAM, organização moderna por excelência. Já

46 DEBORD, Guy. *A sociedade do espectáculo*. Cascais (Portugal): Edições Antipáticas, 2005, p. 8.

os situacionistas mantinham-se marginais, sem estar ligados a nenhuma instituição conectada ao campo oficial da arquitetura. “Enquanto os situacionistas defendiam uma revolução, os arquitetos do Team X buscavam, a princípio, uma reforma, de dentro do próprio CIAM. [...] Mais do que simples coincidência ou questão de *zeitgeist*, existiram de fato contatos e trocas entre os dois grupos.”⁴⁷ O trânsito de ideias e influências, mesmo do ponto de vista formal, é identificável nos vários grupos utópicos dos anos 1960, e em todos aqueles que passaram a propor novas megaestruturas e arquiteturas móveis nesse período, como GEAM, o grupo inglês Archigram e Cedric Price, o grupo francês Utopie e vários outros – Metabolistas japoneses, Archizoom e Superstudios italianos, etc.

As práticas urbanas criativas⁴⁸ dos urbanismos *bottom-up* de hoje, protagonizadas pelos pioneiros urbanos, em muito bebem — voluntária ou involuntariamente — nas reflexões e ações da Internacional Situacionista. A IS elaborou uma poética da cidade com novas formas de representação e de cartografia dos espaços urbanos e formas de agitação e ações coletivas, destinadas a promover o uso livre e a livre transformação do meio urbano. Com seu projeto vanguardista de fusão entre arte e vida, criou situações definidas como momentos da vida concretamente e deliberadamente construídos por uma organização coletiva de uma ambiência unitária e um jogo de eventos.⁴⁹ O grande esforço era no sentido de desprogramação. Enquanto a cultura do espetáculo programa para o consumo e para a eficiência, os jogos situacionistas – de deriva e psicogeografia – tem a proposta de restaurar uma subjetividade, uma liberdade, uma autonomia no espaço das cidades, que afronta a ideia de programação, apontando para a emancipação.

No manifesto situacionista, é proposta uma organização autônoma dos produtores da nova cultura, independente das organizações políticas e sindicais que existem no momento. Contra o espetáculo, a cultura situacionista realizada introduz a participação total, tendendo a uma produção coletiva anônima, uma revolução de comportamento. A cultura situacionista se propõe ser uma arte do diálogo e da interação, uma cultura de uso das cidades. A tese central situacionista era a de que, por meio da construção de situações, se chegaria à transformação revolucionária da vida cotidiana, o que convergia para a tese defendida por Henri Lefebvre – que esteve, não por acaso, muito próximo dos situacionistas no início do movimento. IS e Lefebvre acreditavam na superação dos valores vigentes pela e na prática.

Atualmente se esboça a superação do economismo. Na direção do quê? De uma ética ou uma estética, de um moralismo ou de esteticismo? Não direção de novos “valores”? Não. Trata-se de uma superação pela e na prática:

47 JAKUES, Paola (Org.). *Apologia da deriva* – Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 27.

48 ROSA, Marcos. *Microplanejamento. Práticas Urbanas Criativas*. 2ª ed. São Paulo: Ed. de Cultura, 2011.

49 ANDREOTTI, Libero. *Le grand jeu à venir, textes situationnistes*. Paris: Editions de La Villette, 2008. (tradução minha)

trata-se de uma mudança de prática social. O valor de uso, subordinado ao valor de troca durante séculos, pode retomar o primeiro plano. Como? Pela e na sociedade urbana, partindo dessa realidade que ainda resiste e que conserva para nós a imagem do valor de uso: a cidade. Que a realidade urbana esteja destinada aos “usuários” e não aos especuladores, aos promotores capitalistas, aos planos dos técnicos, é uma versão justa porém enfraquecida desta verdade.⁵⁰

Na medida em que era capaz de agir na conscientização do ambiente urbano como espaço coletivo, a influência mais durável da IS sobre o urbanismo é política. É possível encontrar um eco em todos os movimentos que, das associações de bairro às redes de ação direta e de resistência transacionais, tentam ir hoje contra as forças econômicas mundiais responsáveis pela degradação geral das cidades. Como o “*Reclaim the Streets*”, se descreve como “grupo dotado de uma organização aberta, mas sem hierarquia nem chefe”. Desde o início dos anos 1990, esta rede tem sido a causa de eventos em mais de quarenta países, sejam eles *raves*, barricadas nas estradas públicas, jardinagem de guerrilha ou festas de rua.⁵¹ A busca pela contraposição à espetacularização da cidade é algo difundido hoje por vários desses movimentos contemporâneos. Por meio da criação de situações entendidas não como meros eventos ou festividades falsamente identitárias, mas, sim, como propostas solidamente engajadas para uma nova cultura de uso da cidade a partir da experiência cotidiana, eles têm se empenhado para transformar espaços públicos em verdadeiras plataformas para a espontaneidade coletiva.

Também tem presença marcante nesses movimentos a influência do livro *Morte e vida das grandes cidades*⁵², de Jane Jacobs, que coloca a escala humana como o seu maior ponto de atenção, a cidade feita pelas pessoas comuns: “Quando se pensa em processos urbanos, é preciso pensar nos catalisadores desses processos e isso também é a essência.”⁵³ Assim como a vida cotidiana também é central na produção da Internacional Situacionista, grande parte da autoridade intelectual de Jacobs emana de seu efetivo domínio das estruturas e processos da vida cotidiana⁵⁴ – a vida cotidiana se torna, de esfera residual, o centro, a medida de tudo: a realização ou não das relações humanas, do emprego do tempo vivido, das pesquisas de arte, da política revolucionária.

Marshall Berman, quando fala de Jane Jacobs em *Tudo que é sólido desmancha no ar*, destaca que não só Jacobs mostra a relevância das pessoas comuns e da vida cotidiana da cidade quanto especialmente o papel da mulher.

50 LEFREBVE, op cit., 2001, p. 127.

51 ANDREOTTI, Libero. *Le grand jeu à venir, textes situationnistes*. Paris: Editions de La Villette, 2008.

52 JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Vintage Books, 1961.

53 Ibidem, p. 440-41.

54 BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

Figura 3: A redescoberta da vida cotidiana, ou “Xereta”.

Fonte: EISNER, Will. *Will Eisner's Nova York: A Vida na Grande Cidade*. Quadrinhos na Cia. São Paulo, 2009. p 116

Ela faz seus leitores sentirem que as mulheres sabem o que é viver nas cidades, rua após rua, dia após dia, de modo muito melhor do que os homens que as planejaram e construíram. [...] ao revelar a perspectiva de uma mulher sobre um tema público crucial e ao tornar tal perspectiva rica e complexa, aguda e irresistível, ela facilitou o caminho para a grande onda de energia feminista que irrompeu no final da década.

[...] ela alimentou não só uma renovação do feminismo, mas, igualmente, uma consciência masculina cada vez mais generalizada que, sim, as mulheres tinham algo a nos dizer sobre a cidade e a vida que compartilhávamos e de que tínhamos empobrecido as nossas próprias vidas, bem como as delas, ao não lhes dar ouvidos até então. A ação e o pensamento de Jacobs anunciaram uma grande onda de ativismo comunitário, e uma grande irrupção de ativistas, em todas as dimensões da vida política.⁵⁵

Outro livro que, como *Morte e vida das grandes cidades*, de Jacobs, é hoje de conhecimento obrigatório da maior parte dos estudantes de arquitetura, de muitos técnicos e de ativistas urbanos, que também contribuiu para a construção de uma visão de um urbanismo a partir das

55 Ibidem, p. 431-32.

pessoas, é o *Cidade para pessoas*, do dinamarquês Jan Gehl.⁵⁶ Encarar os habitantes da cidade como seus coprodutores a partir do uso e da manifestação cultural como ponto de partida é, atualmente, comum a muitos, e lança uma luz sobre o papel da cultura cotidiana como produtora da cidade.

A crítica ao urbanismo enquanto disciplina dos anos 1960 pode ser vista, hoje, pelo próprio campo do urbanismo, como um convite à reflexão, à autocrítica e ao debate. Um apelo contra a espetacularização das cidades e um manifesto pela participação efetiva — não apenas para parecer “politicamente correto”, como vem ocorrendo — da população nas decisões urbanas.⁵⁷

1.3 Além do público, o comum urbano

No quadro formado após o colapso econômico global de 2007-2008, várias grandes cidades vivenciaram momentos e movimentos de resistências. As insurgências eclodiram, em geral, como respostas às políticas neoliberais de austeridade, o corte de direitos sociais, a privatização de patrimônios públicos e ataque a bens comuns. Harvey sustenta que esse foi o gatilho para muitos dos levantes recentes: “Se os bens públicos oferecidos pelo Estado diminuem ou se transformam em mero instrumento para a acumulação privada, e se o Estado deixa de oferecê-los, então há só uma resposta possível, que é as populações se auto-organizarem para gestarem, juntas, os seus próprios comuns.”⁵⁸ Quando o urbanismo faz (e refaz) espaços ignorando seu aspecto político, seu “ordenamento” produz também resistências cheias de potência.

Cinquenta anos depois de pensadores se posicionarem contra a cidade funcionalista, insurgências e práticas de apropriação do espaço público ressuscitaram seu espírito iconoclasta e transgressivo. Se as necessidades e reivindicações das pessoas, que no urbanismo são o conteúdo da forma, “o que garante que as pessoas vão se deixar inserir nessa lógica sem resistência?”⁵⁹, questionou Lefebvre.

As insurgências contemporâneas apontam que é ampla a insatisfação com o sistema reprodutor das cidades e que o espaço precisa ser reconhecido em sua dimensão política. Mesmo se, enganosamente, considerarmos que o objetivo do urbanismo que se pode ver hoje é o bem-estar comum, fica claro que suas ações se concretizam de forma a agradar aos interesses privados e ao capital.

56 GEHL, Jan. *Cidade para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

57 JAQUES, Paola (Org.). *Apologia da deriva* – Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

58 HARVEY, David. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 167.

59 LEFEBVRE, op cit., p. 60.

As praças Sintagma, em Atenas, Tahrir, no Cairo, e da Catalunha, em Barcelona, eram espaços públicos que se tornaram comuns urbanos quando as pessoas ali se reuniram para expressar suas opiniões políticas e fazer suas reivindicações. A rua é um espaço público que histórica e frequentemente se converte pela ação social em um comum do movimento revolucionário, assim como em um espaço de repressão sangrenta. [...] Sempre houve uma luta por quem cuidará e para quem a produção e o acesso ao espaço e aos bens públicos devem ser regulados. A luta para apropriar os espaços e bens públicos urbanos, tendo em vista um objetivo comum, está em curso.⁶⁰

Também na cidade de São Paulo, nos últimos dez anos, insurgências e iniciativas bottom-up, práticas urbanas criativas, têm se multiplicado. O contexto global de cidades rebeldes, o maior acesso à Internet da história e o contexto político municipal — de 2012 a 2016 o prefeito foi o progressista Fernando Haddad — potencializaram e deram mais visibilidade a essas práticas. Esse momento histórico da cidade de São Paulo, com foco na transformação do Largo da Batata de espaço público em comum urbano, estudo de caso deste trabalho, será analisado no próximo capítulo. O Largo da Batata é exemplo de como, não por acaso, o lugar para tais demonstrações coletivas é o espaço público urbano. Ruas e praças permitem o encontro de diversas pessoas dos mais variados tipos, são de acesso gratuito e, teoricamente, em muitas cidades do mundo, são o símbolo do exercício da democracia e da vontade popular, ainda que na prática não seja exatamente assim.

Muitas vezes o que ocorre é que essas ações de apropriação acabam por chamar a atenção do quanto a vida cotidiana urbana e o uso dos espaços urbanos estão controlados pelos interesses do establishment. Estar na rua significa a possibilidade do encontro, nela ocorre a mistura sem a qual não é possível a vida urbana. Urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma. Harvey, no seu livro *Cidades rebeldes*, que foca exatamente nesse fenômeno contemporâneo da onda de insurgências em várias capitais globais em nome do direito à cidade, diz sobre esses espaços: “Embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessária uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades.”⁶¹

A X Bienal de Arquitetura de São Paulo, em 2013, teve como tema *Cidade: modos de fazer, modos de usar*, buscando dialogar com os espaços públicos ocupados da cidade, naquele momento em total efervescência. Guilherme Wisnik, Lígia Nobre e Ana Luiza Nobre, time de curadores da X Bienal de Arquitetura de São Paulo, escreveram sobre o caráter conflitivo do espaço público, expondo que é na esfera pública que as diferenças, inerentes à vida nas cidades, são negociadas. “Ocupar, tensionar, protestar, resistir são ações vitais nos centros urbanos do mundo hoje [...], mostrando que as práticas sociais ligadas ao uso do espaço

60 HARVEY, op cit., p. 144.

61 Ibidem.

público podem se contrapor de forma relevante à especulação imobiliária, ao consumismo exacerbado e à predominância dos interesses privados.”⁶²

O que os movimentos culturais urbanos pedem é uma cidade produzida por todos.⁶³ Mais amplo do que a insatisfação com os caminhos contemporâneos da produção da cidade, o grande motor de muitas dessas práticas socioespaciais é a reivindicação do direito à cidade. Harvey atualizou o termo “o direito à cidade” de Lefebvre: “não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas é o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente.”⁶⁴

A ideia do direito à cidade sofreu um certo renascimento ao longo da última década, e não é ao legado intelectual de Lefebvre que devemos nos voltar em busca de uma explicação (mesmo considerando o quão importante esse legado possa ser). O que vem acontecendo nas ruas, entre os movimentos sociais urbanos, é muito mais importante. E, como um grande dialético e crítico imanente do cotidiano urbano, certamente Lefebvre concordaria com isso.⁶⁵

A apropriação do direito à cidade como proposta política de mudança, e como uma alternativa para as condições de vida urbana criadas pelas atuais políticas, ocorre por meio das práticas urbanas criativas, que constroem, com base no uso cotidiano, a cidade “como ponto de encontro para a vida coletiva”.⁶⁶

Nessa busca por inventar maneiras de se fazer a cidade, os *commons* adquirem maior significado como um processo político: além de espaços públicos, os espaços que se deseja também são de autonomia cidadã, de experimentalismo, referidas à ideia do “comum”. O conceito recorrente do comum se elabora sobre a ideia de que, em nosso mundo atual, a produção da riqueza e a vida social dependem, em grande medida, da comunicação, da cooperação, dos afetos e da criatividade coletiva.⁶⁷ O comum compreenderia, então, os ambientes de recursos compartilhados, que são gerados pela participação de muitos e que constituem o tecido produtivo essencial da metrópole contemporânea.

Essa valorização contemporânea dos *commons* vem em resposta à tendência atual de restrição dos bens comuns em ilhas de prosperidade e de seu esgotamento pelo uso insustentável.

62 WISNIK et al., op cit., nov. 2013.

63 HARVEY, op cit.

64 Idem, Direito à cidade. *Deriva* (blog de David Harvey). 10 out. 2011. Disponível em: <<http://www.deriva.com.br/?p=46>>. Último acesso em: 15 de setembro de 2014.

65 HARVEY, op cit., p. 13-14.

66 LEFEBVRE, op cit.

67 NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

Até espaços públicos já estabelecidos estão ameaçados pelo dito “desenvolvimento”, representado, frequentemente, pelos interesses imobiliários, como no caso do Parque Gezi, em Istambul, que, estabelecido como parque desde 1943, teve seu terreno ameaçado de ser espaço da construção de um *shopping center* em 2013, e recebeu uma série de manifestações populares pela sua manutenção como parque.

Trata-se de recuperar a legitimidade de um direito de utilização do espaço público sem o controle estatal (ou privado) excessivo. O ato de *commoning* torna-se um exercício coletivo, pelo qual tais espaços podem ser repensados e, finalmente, reinventados, pela democracia direta, auto-organização e verdadeira participação, que não é a consultiva, mas conjunta, processual e interativa. Em sua definição de *commons* ⁶⁸, Massimo de Angelis salienta a importância de três elementos: o conjunto de recursos comuns não-mercantilizados, uma comunidade para sustentar e criar *commons*, e o processo de *commoning*, que une comunidade e recursos. Esses traços distinguem o espaço comum daquele público, controlado por um Estado – não raro tecnocrata ou patrimonialista – distante das necessidades e dos anseios dos usuários, do entorno envolvido e da população em geral.

1.4 Urbanismos táticos

Urbanismos táticos podem por impulso surgir das ruas, mas também podem emergir de práticas criativas existentes ou de um determinado domínio de especialização.[...] Na forma de ações *do-it-yourself*, urbanismos mão na massa e intervenções urbanas participativas, artistas, arquitetos, designers, autoridades municipais, líderes comunitários, e até *policy makers* têm se aliado progressivamente às comunidades para produzir intervenções de acupuntura em contextos urbanos difíceis ou desfavorecidos. Ao invés de transformações em larga escala que não são efetivas em lidar com a dinâmica urbana atual, menores, porém impactantes, essas “catálises urbanas” têm se tornado um tipo preferido de modalidade de intervenção urbana.⁶⁹

A urgência de transformar espaços públicos em espaços comuns pelos usos espontâneo e comunitário trouxe à tona várias práticas urbanas criativas, sendo criados diversos tipos de urbanismos táticos que consideram a criação de espaços urbanos abertos e democráticos uma tarefa não só para arquitetos ou planejadores urbanos, mas também para os cidadãos. Apesar de não serem idênticos, os métodos de apropriação temporária de espaços públicos para

68 AN ARCHITEKTUR. On the Commons: A Public Interview with Massimo De Angelis and Stavros Stavrides. *E-Flux*, Journal #17, New York, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.e-flux.com/journal/on-the-commons-a-public-interview-with-massimo-de-angelis-and-stavros-stavrides/>>. Último acesso em: 16 de julho de 2015.

69 BURDETT, Richard; CRUZ, Teddy; HARVEY, David. *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*. New York: The Museum of Modern Art MoMA, 2014.

transformá-los em comuns urbanos pela democratização da cidade se assemelham muito em suas práticas: urbanismo tático, microubanismos, urbanismos *bottom-up*, de guerrilha, *pop-up*, *open-source*, DIY, entre outras denominações, têm em comum a transformação espacial pelo uso cotidiano. O ressurgimento do DIY foi até mesmo atualizado em DIWO – *Do it With Others*, deixando claro o processo construtivo coletivo como tática de apropriação.

Esses métodos compartilham algumas características, como intervenções de curto prazo e de baixo custo. Centrados na ideia de protótipo, têm a intenção de catalisar as mudanças a longo prazo. A ideia da prototipação da cidade, que tem como ferramenta a tentativa e o erro, incentiva a espontaneidade, permitindo o imprevisto. Contrapõe-se ao que ocorre atualmente: o poder público, pressionado pelas leis vigentes e pelas exigências da população, não pode errar, o que dificulta a transformação, a criação de algo diferente do já estabelecido, que, de alguma forma, “funciona”.

A propagação desses urbanismos táticos está ocorrendo em sincronia com a crise econômica atual e com a abstenção da responsabilidade pública pelo financiamento e gestão de infraestruturas públicas – como parques e espaços públicos – em muitas metrópoles de todo o mundo, substituindo o valor de uso da cidade – no qual o direito à cidade se baseia – pelo valor de troca que hoje está em primeiro plano. Lefebvre nos propõe uma reflexão: se o desejo é superar o mercado — a lei do valor de troca, o dinheiro e o lucro — não será necessário definir o lugar dessa possibilidade — a sociedade urbana, a cidade, como valor de uso?

O “fazer” e o “usar”, por tanto tempo separados, um lado aludindo “às forças políticas e econômicas que constroem a cidade junto ao desenho do arquiteto”, e de outro, “ao uso dos espaços urbanos pela população”⁷⁰, hoje se mostram sem limites definidos — fazer é usar e vice-versa. “Não daremos conta da complexidade crescente das cidades sem arquitetarmos seus fazeres e usos de maneira dialógica” está escrito no texto curatorial da X Bienal de Arquitetura de São Paulo – *Cidade: modos de fazer, modos de usar*. Noutros termos, não enfrentaremos a complexidade urbana a partir dos centros de decisões — os gabinetes e escritórios —, mas apenas com um tecido coletivo envolvido na agenda urbana, assentado em bases sociais sólidas.

Os urbanismos táticos se contrapõem ao urbanismo espetacular, ao “efeito Bilbao” ou “efeito Guggenheim”, que desdobraram do “efeito Beaubourg”, do final dos anos 1970. “Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreedimentismo urbano intensificados.”⁷¹

70 WISNIK et al., op cit., nov. 2013.

71 Ibidem.

As propostas de reativação da vida urbana que têm surgido em muitas cidades ao redor do mundo convergem no uso dos espaços públicos para a construção de uma nova “cotidianeidade”. Lançam mão das ferramentas virtuais para a potencialização das causas a serviço do encontro presencial, “contrariando profecias antiutópicas “realistas”, como as que consideram haver um refluxo dos espaços públicos para as telas de televisão e para o “cyberespaço” da Internet, caracterizando a atividade do consumo como a forma final e “tardia” da esfera pública.⁷² A transformação é proposta a partir da presença dos corpos nas ruas.

Ocupar as ruas sinaliza o “mal-estar” relacionado à vida numa cidade estranha, ao mesmo tempo em que realiza os conteúdos dos espaços públicos por excelência – lugar de centralidade da vida urbana –, pensado e planejado como lugar dos carros e da circulação. Subvertido, o uso da rua agora aponta a indignação e descontentamento com a vida urbana e o modo como se constrói a cidade como forma da separação e da inclusão precária.⁷³

Podemos verificar isto no Brasil atual e no mundo, onde as manifestações e lutas nas ruas e praças (numa verdadeira reafirmação do espaço público) desenvolvem-se a partir de sua necessidade de se apropriar do espaço urbano, em busca de outro viver urbano — é o questionamento “desta vida” para “mudar a vida”. Os corpos ganham o espaço público, atraindo a atenção para o sujeito e seu destino. E todas estas lutas que acontecem em tantos lugares apontam que há uma crise urbana, “exigindo dos pesquisadores um esforço coletivo para sua compreensão, transcendendo, sem o excluir, o discurso político.”⁷⁴

Nas insurgências às práticas urbanas criativas nas quais consistem os urbanismos táticos, os corpos nas ruas se contrapõem ao momento atual em que o desenvolvimento urbano é liderado por corporações e pela comercialização do espaço público. As estratégias de resistência propostas para a democratização das cidades, como demonstrações massivas, movimentos *Occupy* e também a apropriação de espaços abandonados ou subutilizados por movimentos culturais para seu uso como lugares de encontro, hortas urbanas, espaços para jogos e experimentações, propõem novas maneiras de se produzir a cidade que sejam resultados das necessidades e dos desejos de seus cidadãos, e não a imagem espetacularizada do capital financeiro e do puro valor de troca.

72 WISNIK, Guilherme. Projeto e destino: de volta à arena pública. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Mutações: o novo espírito utópico*. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

73 CARLOS, Ana Fani. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. *GEOUSP* (USP), v. 18, 2014, p. 472.

74 Ibidem.

CAPÍTULO 2

Usar não é um evento: o Largo da Batata

O Largo da Batata, em Pinheiros, São Paulo, desde o princípio do século XX vem se transformando. Especialmente nos últimos 10 anos, tem sofrido diversas intervenções, decorrentes da Operação Urbana Faria Lima: verticalização, mudanças no padrão fundiário e substituição das classes sociais.

Neste capítulo, a história recente do Largo da Batata — mais um dos frequentes desastres resultantes do urbanismo tecnicista paulistano feito em nome da expansão do mercado imobiliário e dos interesses da elite — é exposta a partir de cenários e também do processo de apropriação do lugar pelos cidadãos.

Os cenários estão organizados de modo a oferecer diferentes abordagens sobre o ocorrido, com foco no período que compreende a Operação Urbana Consorciada Faria Lima (1995) aos dias atuais (2017). São analisados os motivos do interesse de “revitalizar” o lugar, e sua consequência, a desertificação daquele espaço. Também o porquê da mobilização da sociedade civil em torno do território em questão, no que tange ao contexto nacional e ao contexto específico, e como a reconquista do espaço pela vida urbana se deu, são parte deste capítulo.

A intenção da organização em cenários é facilitar a visão panorâmica e complexa das simultaneidades culturais, políticas, formais e sociais no tempo-espaço de estudo, para melhor compreensão das transformações do uso do espaço e sua relação com as práticas urbanas criativas que passaram a caracterizar o lugar recentemente.

2.1 Cenários

2.1.1 Formal / Territorial

Pinheiros, desde cedo, foi marcado pelo seu aspecto de circulação, devido à ponte do rio Pinheiros, que ligava a parte oeste rural do Estado à urbanização da cidade de São Paulo. A fundação do bairro data de 1560, quando lá havia a Aldeia Nossa Senhora dos Pinheiros da Conceição, onde jesuítas construíram uma capela. À época, caracterizava, então, uma centralidade indígena. Por ser o trecho mais estreito e raso do rio, foi lugar da construção da primeira ponte sobre o rio Pinheiros no início do século XVIII, o que impulsionou o surgimento do comércio de rua, atividade que passou a caracterizar o local e o bairro.

Em 1909, o então Largo de Pinheiros passou a abrigar um terminal de bonde, ligando o bairro ao centro e expandindo o já movimentado núcleo comercial. Lugar do “Mercado dos Caipiras”, no final da década de 1920, o local delimitado pelas ruas Martim Carrasco, Fernão Dias e Teodoro Sampaio ficou conhecido como Largo da Batata, porque lá os imigrantes japoneses, que depois criaram a Cooperativa Agrícola de Cotia, passaram a comercializar estes cereais. Nos anos 1930, é inaugurado o Mercado Municipal de Pinheiros e começaram a surgir lojas, o que colaborou para o movimento dinâmico que redundou no crescimento urbano da região. Desde então, a região se consolidou com uma centralidade comercial e popular da cidade de São Paulo, aspecto reforçado pela implementação do Terminal de Pinheiros, na década de 1960. A partir da característica de nó de transportes e comércio popular, expandiram-se as áreas residenciais do bairro que, até hoje, congrega todas essas funções.

Figura 4: Mercado dos Caipiras, década de 20

Fonte: Portal Geosampa da Prefeitura do Município de São Paulo (Cruzeiro)

<<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>>

Em janeiro de 1968 foi aprovado um plano que previa o alargamento e a ampliação do sistema viário da região de Pinheiros, atravessando os Jardins e o Itaim-Bibi, desde a rua Pedroso de Moraes, ao Norte, até encontrar, ao Sul, a avenida ao longo do Córrego da Traição, atual avenida dos Bandeirantes, que passa sobre o córrego tamponado. A lei foi aprovada por decurso de prazo — um dispositivo do regime militar que impunha a decisão do Executivo ao Legislativo, se não houvesse votação num prazo de 40 dias — e o projeto da nova avenida foi encaminhado sem qualquer tipo de discussão pública. O anúncio das primeiras desapropriações gerou protestos de moradores e pequenos comerciantes das áreas afetadas. Não constava do Plano de Avenidas de 1930, de Prestes Maia, e tampouco foi incorporado ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI, de 1971.⁷⁵

⁷⁵ CALDEIRA, Daniel Ávila. *Largo da Batata: transformações e resistências*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Urbanismo e Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Figura 5: Mapa da região de Pinheiros. VASP Cruzeiro em 1954.
Fonte: Portal Geosampa da Prefeitura do Município de São Paulo
<geosampa.prefeitura.sp.gov.br>

O primeiro trecho da nova avenida, entre o Largo da Batata e a avenida Cidade Jardim, foi concluído já durante o mandato de Paulo Maluf como prefeito de São Paulo nomeado pelo regime ditatorial (1969-1971). Áreas remanescentes das desapropriações viriam a abrigar o já citado terminal de ônibus do Largo da Batata. O projeto original da avenida permaneceu inconcluso por duas décadas e meia, apesar das gestões de Jânio Quadros (1985-1988) e Luiza Erundina (1989-1992) terem esboçado sua retomada. Foi na década de 1990, quando Av. Paulista, até então a “nova” centralidade econômico-financeira paulista, experimentou um processo de “envelhecimento”, que uma frente de expansão do setor empresarial surgiu em direção à região de Pinheiros, disputando investimentos imobiliários para abrigar modernos edifícios de escritórios. Em 1993, quando Paulo Maluf assumiu novamente o Executivo municipal (desta vez, eleito pelo voto direto), foi anunciada a retomada do projeto. Em 1995, o prefeito promulgou a lei que estabeleceu o prolongamento da avenida e instituiu a Operação Urbana Faria Lima, toda a região tornando-se área de franco processo de valorização e desenvolvimento imobiliário. O grande número de desapropriações previstas para a extensão da avenida Brigadeiro Faria Lima motivou a mobilização de moradores da região de Pinheiros contra o projeto e apenas em 2001, no governo de Marta Suplicy, a prefeitura retomou a ideia de executar um plano de intervenções na região central de Pinheiros, integrando-a em definitivo ao eixo da avenida Brigadeiro Faria Lima.

Nesse ínterim outras obras do então Prefeito Maluf (não diretamente ligadas à Operação Faria Lima) tiveram lugar na região, como por exemplo o Complexo Viário Ayrton Senna, realizadas com o orçamento municipal e alavancando a Operação Faria Lima. Em 2001 foi lançando, em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, o “Concurso Público Nacional — Reconversão Urbana do Largo da Batata”, cujo edital foi publicado em dezembro daquele ano.

Figura 6: Área do Largo da Batata. Foto Aérea de 2001.
Fonte: Portal Geosampa da Prefeitura do Município de São Paulo
<geosampa.prefeitura.sp.gov.br>

O termo de referência do concurso justificava a intervenção, colocando no centro a implantação da linha 4 do Metrô, com a construção da Estação Faria Lima, e a consequente desativação do terminal de ônibus municipal e intermunicipal existente no Largo da Batata. O documento chamava a atenção para a desagregação provocada na área pelo prolongamento da avenida Brigadeiro Faria Lima, “que desfez a última configuração espacial original sem propor uma nova ordenação à altura do problema”. Em 13 de maio de 2002 foi divulgada a ata de classificação dos projetos selecionados para embasar as intervenções no Largo da Batata. O primeiro lugar foi concedido ao projeto apresentado pela equipe coordenada pelo arquiteto Tito Lívio Frascino.

Figura 7: Prancha do Projeto vencedor da Reconversão Urbana do Largo da Batata, dentro da Operação Consorciada Faria Lima, de autoria do arquiteto Tito Lívio. 2001.
 Fonte: escritório Tito Lívio Frascino & Arquitetos.

A chamada “revitalização” da área se dava no âmbito municipal, ao passo que o governo estadual planejava a construção da Estação de Metrô Faria Lima, da Linha 4 – Amarela. Podemos dizer, assim, que esta estação já era um alibi para a futura requalificação da área. Isso quer dizer, que, ao passo em que o metrô iria se expandir para o bairro de Pinheiros, o poder público recebia o aval para transformar aquela área. Conseguiria assim justificar as desapropriações e uma “limpeza” da área, removendo entraves que não geravam lucro e alterando os usos do lugar.⁷⁶

76 MASCARENHAS, Luisa. Reconversão urbana do Largo da Batata: revalorização e novos conteúdos da centralidade de Pinheiros. Dissertação (Mestrado) – Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014

Figura 8: Área do Largo da Batata. Foto Aérea de 2004.
Fonte: Portal Geosampa da Prefeitura do Município de São Paulo
<geosampa.prefeitura.sp.gov.br>

Iniciadas somente em 2007, as obras de Reconversão Urbana do Largo da Batata tinham previsão de término para 2010, porém houve atraso em sua finalização. Em 25 de maio de 2010, foi inaugurado o primeiro trecho da nova linha 4 do Metrô, ligando as estações Paulista e Faria Lima, funcionando em horário reduzido. Somente em setembro de 2011, após a inauguração das estações de transferência Luz e República, a linha passou a operar das 4h40 à meia-noite, entre Luz e Butantã. O espaço do Largo da Batata foi aberto ao uso em 2013, sem grande parte das intervenções propostas. A terceira e última fase da Operação Urbana no Largo da Batata – “Batata 3” – foi concluída quatro anos depois da praça aberta ao público, e compreendeu, principalmente, o mobiliário urbano e obras na rua Butantã e transversais.

Desde então, foram poucas as transformações formais do espaço: em agosto de 2014 foi instalado um bicicletário e floricultura no Largo, próximos a um dos acessos ao Metrô, fruto da demanda popular de ciclistas e moradores da região, que se juntaram para dialogar com a SPUrbanismo e fizeram um abaixo-assinado. Estações de aluguel de bicicletas, gerenciadas pelo Itaú, foram instaladas no Largo, e, posteriormente, em 2016, foi instalado o mobiliário urbano desenvolvido pela prefeitura. A mudança radical da região nesses últimos anos se deveu muito mais aos empreendimentos imobiliários que cresceram ao redor do Largo da Batata e ao uso que a população tem feito do lugar.

OUCFL | Destaques 2013-2016

JULHO | Apresentação de proposta de intervenção na comunidade Coliseu; Apresentação de projeto da comunidade Real Parque; Apresentação do sistema cicloviário previsto.

SETEMBRO | Apresentação da proposta de Reconversão do Largo da Batata

NOVEMBRO | Avaliação das intervenções executadas e em execução x recursos arrecadados; Aprovação das transposições sobre o Rio Pinheiros e projetos HIS; Aprovação da continuidade dos estudos para a requalificação da Avenida Santo Amaro e Boulevard da Avenida Juscelino Kubitschek; Aprovação do pagamento de gerenciamento social junto às Comunidades Panorama e Coliseu.

MARÇO | Aprovação de recursos para finalização das obras do Corredor Cidade Jardim por SPTrans

MAIO | Publicação do DIS nº 55.125/2014 na área da comunidade Coliseu

JULHO | Apresentação do Bicicletário Municipal do Largo da Batata;

SETEMBRO | Projeto de Lei Av. Santo Amaro enviado à Câmara Municipal;

JANEIRO | Portaria nº 40/SEHAB-G/2015 que institui o Grupo de Gestor para elaborar, aprovar e implementar o Plano de Urbanização, referente à ZEIS 3 – Rua Coliseu;

FEVEREIRO | Apresentação dos projetos HIS Coliseu; funcional da Passarela Panorama; Aprovação do prosseguimento do desenvolvimento do Projeto da Ciclopasseira junto à Ponte Bernardo Goldfarb;

JULHO | Aprovação da Lei nº 16.242/2015 (programa de investimentos, o plano de melhoramentos públicos requalificação da Avenida Santo Amaro)

Aprovação do Decreto nº 56.031/2015, (mínimo de 25% dos recursos para HIS)

NOVEMBRO | 1º Leilão da 4ª Distribuição

ABRIL | Aprovação Projetos Passarela Bernardo Goldfarb e Av. Santo Amaro

JUNHO | Fim das obras de Ciclovía interligando o CEAGESP ao Ibirapuera

AGOSTO | 2º Leilão da 4ª Distribuição

OUTUBRO | Entrega total das unidades habitacionais do Real Parque (1246 UH)

DEZEMBRO | Aprovação de duas transposições cicloviárias sobre o Rio Pinheiros – Ponte Cidade Universitária e Ponte Jaguaré

Finalização do mobiliário Largo da Batata Fase 3

Figura 9: Caderno sobre a Operação Urbana Consorciada Faria Lima.

Fonte: Portal da SP Urbanismo – Prefeitura do Município de São Paulo

<www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/faria_lima/index.php?p=19591>

Figura 10: Largo da Batata. Google Earth – 2017 a 2008

2.1.2 Políticas públicas territoriais

O urbanismo construído por um pensamento prioritariamente técnico não tem só os problemas que lhe são próprios, como se agrava diante da sua adaptação em países com menor estabilidade econômica e política, como Brasil. A reprodução do urbanismo de base funcionalista nos trópicos tem resultados por vezes incompletos ou tecnicamente deficientes, devido ao enorme abismo existente entre planejamento e execução.

A frase “Aqui tudo parece / Que é ainda construção / E já é ruína”, da música “*Fora de ordem*” (Caetano Veloso – *Circuladô*, 1991) faz referência ao livro *Tristes trópicos*, no qual Claude Lévi-Strauss escreveu, em um capítulo sobre a cidade na América, claramente inspirado em São Paulo, as seguintes observações: “Um espírito malicioso definiu a América como uma terra que passou da barbárie à decadência sem conhecer a civilização. Poder-se-ia, com mais acerto, aplicar a fórmula às cidades do Novo Mundo: elas vão do viço à decrepitude sem parar na idade avançada”⁷⁷. O Largo da Batata, é um espaço que, historicamente, quando mal “ficou pronto”, já precisava de planos para sua transformação, posto que o feito anteriormente já estava ruim ou nunca chegou exatamente a ser finalizado. Sendo um nó modal importante da cidade de São Paulo, sempre há quem quer ser seu salvador, prometendo melhoras assinadas pela sua gestão. A isso, soma-se a pressão imobiliária para valorizar a área.

A história do planejamento urbano no Brasil mostra a existência de um pântano entre a sua retórica e sua prática, já que estava imerso na base fundante marcada por contradições: direitos universais, normatividade cidadã – no texto e no discurso – versus cooptação, favor, descriminação e desigualdade – na prática da gestão urbana.⁷⁸

O urbanismo tem sido, desde os anos 1930, ferramenta para as muitas mudanças propostas para o Largo. Os arredores do rio Pinheiros são alvo de estratégias imobiliárias desde a incorporação de suas várzeas à cidade pelas obras de retificação do rio, que tornaram a empresa canadense Light & Power detentora do monopólio de produção e distribuição de energia, proprietária de 21 milhões de metros quadrados na cidade. A transformação da região entre o espigão da Avenida Paulista e o rio Pinheiros, em grande parte pantanosa, na região mais valorizada da cidade — o chamado quadrante Sudoeste — se deu por meio de uma articulação entre capital financeiro internacional, mercado de terras, legislação urbanística e redes de infraestrutura, para a produção dos loteamentos residenciais da Cia. City.⁷⁹ O urbanismo mecanicista empobrecedor tem frequentemente sua técnica cooptada a serviço do capital. Isso ocorre quando o aspecto político do espaço é ignorado.

⁷⁷ LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1988, p. 404.

⁷⁸ MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 135.

⁷⁹ FIX, Mariana. Uma ponte para a especulação: ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global”. Cad. CRH [online]. 2009, vol.22, n.55, p.41-64.

Muito da maneira com que as relações capitalistas constroem as cidades brasileiras encontra suas raízes na formação política histórica e territorial do país. No entanto, nota-se que outros países, que também estão à margem de outros mais privilegiados economicamente, vivem momentos similares, em que o estadista — curiosamente batizado de “social” ou “coletivo” — de maneira extrema se posiciona nitidamente ao lado da iniciativa privada e dos capitais, cujo objetivo é inscrever completamente a terra e o habitat na troca e no mercado.⁸⁰ É o que acontece hoje de forma geral no território brasileiro e, de maneira acentuada, na cidade de São Paulo. No Largo da Batata, por exemplo, é clara a tentativa de torná-lo semelhante aos demais trechos do eixo da av. Brigadeiro Faria Lima, empresariais, limitando, assim, a existência de um lugar diferente e múltiplo, com identidade própria.

Na urbanização brasileira, o vínculo entre segregação socioespacial e resistência no espaço urbano adquire nuances diferenciadas ao compará-la a outros países, justamente pelas especificidades da formação histórica, social e política da nossa sociedade. Dentre as especificidades que queremos destacar, temos a desigualdade levada a cabo, principalmente, pela formação da propriedade privada da terra e a construção de uma sociabilidade que se reproduz sob a égide de relações autoritárias. Elas compõem um núcleo de reprodução de uma sociedade que naturaliza as explorações, as expropriações, as hierarquizações, a pobreza, a espoliação, e que claramente está expressa na paisagem atual das cidades. Estes conteúdos produziram um espaço urbano que se transformou em um continente vantajoso para o avanço de estratégias mundiais do capital ao produzir, contraditoriamente, uma íntima relação entre o arcaico e o moderno.⁸¹

Em 14 de março de 1995, o prefeito Paulo Maluf promulgou a Lei nº 11.732, que estabeleceu o prolongamento da avenida e instituiu a Operação Urbana Faria Lima. A Operação Urbana introduziu o conceito, dito inovador, de financiar uma obra pública através da venda de potencial construtivo adicional. Os fundos arrecadados pela prefeitura pela venda de Certificados de Potencial Adicional Construtivo – Cepacs – iriam para um fundo destinado a custear as obras constantes do plano de intervenção aprovado com a lei da Operação. A lei foi modificada em 2004 pela Lei nº 13.769, de 26 de janeiro, adequando a Operação Urbana ao recém-aprovado Estatuto da Cidade, e desde então denominada Operação Urbana Consorciada Faria Lima (OUCFL). De acordo com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), a Operação Urbana Consorciada — modalidade jurídica criada pelo Estatuto da Cidade em 2001 — é definida como “[...] um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental”.

80 LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

81 RIBEIRO, Fabiana. A produção contraditória do espaço urbano e resistências. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). *Crise urbana*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

Figura 11: Localização da Operação Urbana Consorciada Faria Lima na RMSP

Fonte: Portal Gestão Urbana

gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-territorial/operacoes-urbanas/operacao-urbana-consorciada-faria-lima/

[...] o dinheiro proveniente da venda dos Cepacs quase nunca é socializado. Por lei, ele todo deve ser reinvestido dentro do perímetro da Operação, principalmente em áreas que sofreram pouca valorização, a fim de fomentar o interesse por novos empreendimentos que gerarão mais Cepacs. No entanto, de fato, este instrumento urbanístico se tornou ferramenta para a valorização imobiliária. Para nós, isso revela um momento crítico da reprodução da cidade como negócio nos dias atuais.⁸²

A Operação Urbana Consorciada Faria Lima consolidou um polo de espaços para escritórios, articulando-se com o restante da cidade. Com a criação de uma via semiexpressa, eliminou a barreira que limitava a sua expansão e criou uma “área incorporável” nas áreas ocupadas por residências, privilegiando a construção de edifícios. As alterações na lei de zoneamento e a mudança do uso do solo urbano permitiram a construção de edifícios em alturas antes proibidas.

De exceções, para se tornarem uma regra comumente adotada, as Operações Urbanas tiveram como um dos principais impulsionadores a grave crise fiscal do país, principalmente depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, que imobilizou financeiramente a maioria das grandes cidades brasileiras. Somado a isso, ocorreu a agonia e a morte do paradigma de planejamento modernista/funcionalista e o fortalecimento dos argumentos neoliberais. As parcerias com a iniciativa privada tornaram-se a “tábua de salvação”⁸³ para muitos municípios — conservadores ou progressistas — e cada operação urbana passou a ser justificada como um instrumento importante para uma gestão adaptada às contingências da economia.

Alguns dos aspectos utilizados em sua defesa, como o sucesso em seu uso em outras cidades do mundo, seu caráter redistributivo, o potencial de arrecadação e as perspectivas de renovação de áreas degradadas com o financiamento privado, não são características próprias a qualquer operação urbana, mas, sim, dependem muito de como as operações são detalhadas. E o detalhamento que permite esses resultados não é simples de se alcançar, já que essas operações urbanas são uma resposta a demandas específicas do setor imobiliário. Ainda que com o respaldo do poder público, não carregam em seu escopo a conexão com um plano urbanístico mais amplo, no qual, por exemplo, preveja-se que um estudo das demandas urbanísticas da sociedade seja feito e considerado. O resultado é que os movimentos de classe média – Pinheiros e Vila Olímpia Vivos — produziram a maior mobilização social já vista contra uma operação urbana. “Por isso certamente a maior mobilização social provocada por uma Operação Urbana deu-se contra ela e não a seu favor, como foi o caso dos movimentos de classe média, Pinheiros e Vila Olímpia Vivos, na Operação Urbana Faria Lima”.⁸⁴

82 MASCARENHAS, op cit., p. 56.

83 WHITAKER, João. MARICATO, Ermínia. Operação urbana consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade? 1 de julho de 2002. Disponível em: <<http://cidadesparaquem.org/textos-academicos/2002/7/1/operao-urbana-consorciada-diversificao-urbanstica-participativa-ou-aprofundamento-da-desigualdade>>. Último acesso em: 20 de janeiro de 2018.

84 Ibidem.

O Relatório de Impacto Ambiental (Rima), elaborado em 1994 pela Tetraplan, justificava a Operação Urbana Faria Lima, com os argumentos de que a região estava atraindo bancos e escritórios, propiciando o surgimento de comércio e de serviços complementares. Dizia, ainda, que, por se situar entre dois polos consolidados e geradores de emprego — a Faria Lima e a Berrini — cada vez mais seria interessante a abertura para novos edifícios, comerciais e residenciais. Portanto, a justificativa técnica não era, oficialmente, o interesse do mercado, mas, sim, a necessidade de completar um minianel viário (projetado há mais de uma década) para descongestionar o tráfego da região. É importante ressaltar que o projeto citado não foi finalizado, já que a união entre as avenidas Faria Lima e Berrini não ocorreu, e os trechos construídos no contexto da operação não aliviaram o trânsito da área.

Os números da Operação Urbana Faria Lima mostraram que a construção de avenida e a “geração de oportunidades imobiliárias” superou em muito qualquer suposta demanda por melhorias urbanas mais diversas. Dos US\$ 150 milhões previstos no custo inicial da operação, 120 milhões se destinavam exclusivamente ao pagamento das desapropriações para a abertura da avenida. Não é à toa que, quando os projetos de lei fazem menção a “melhorias públicas”, frequentemente se referem a projetos viários, desprezando quase por completo a criação de espaços públicos de convívio. O resultado, portanto, é sofrível em relação à qualidade do desenho urbano na região em que ocorreu a operação. O capital captado deveria, pelo menos, dar uma atenção especial a espaços públicos, definidos pelo poder público. No entanto, a falta de regulamentação mais detalhada fez com que, por exemplo, a exigência de marquises em todas as frentes de cada lote, assim como a existência de grandes recuos, fosse subvertida e anulada pela instalação de grades, muros ou plantas espinhosas, demarcando o lote privado junto à via pública, jardins elevados que dificultam o acesso, praças “de esquina” completamente cercadas e intransitáveis a não ser a partir de dentro dos lotes, calçadas estreitas e sem acessibilidade para deficientes ou espaços para bancas, pontos de ônibus, lixeiras e outros equipamentos, poucos ou nenhum edifício com espaços térreos públicos. Como se vê, a democratização do uso e a apropriação do espaço público não pode ser garantida pela simples menção de algumas normas na lei.

Fica patente a inviabilidade de operações urbanas em áreas periféricas excluídas do mercado, pois o setor privado não tem o menor interesse em investir em um potencial construtivo adicional. Operações urbanas como a da Faria Lima, portanto, acabam concentrando um alto volume de investimentos públicos ou privados, em áreas já altamente valorizadas e beneficiadas por infraestrutura abundante, em detrimento das periferias, carentes de recursos, que deveriam ter prioridade nos investimentos. A lógica dos Cepacs, inclusive, como já foi citado, torna ainda maior essa concentração, ao vincular definitivamente uma operação a áreas com potencial de “valorização” do título.

Figura 12: Perímetro e setores da Operação Urbana Consorciada Faria Lima

2.1.3 Cultural, usos e fluxos

Em 19 de outubro de 1972, em matéria de capa, a *Gazeta de Pinheiros* assim descrevia a situação do local:

Congestionamento permanente do trânsito, que vem engarrafando desde a metade da rua Butantã – Ambulantes e vendedores de bilhetes de loterias, carnês, doces e outras mercadorias atravancando o passeio – Quase total impossibilidade para a travessia, um risco permanente para os pedestres – Iluminação deficiente (apenas três luminárias), proporcionando o encontro de marginais de toda espécie – Trottoir aberto.

Estes são os problemas do Largo de Pinheiros, coração do bairro, berço em que nasceu esta que é quase uma cidade, independente dos serviços do centro da Capital.⁸⁵

A presença de vendedores ambulantes nas vias de maior tráfego e nas proximidades do terminal de ônibus perdurou com vigor enquanto este esteve ativo. Embora a remoção do terminal pelas obras de revitalização e a repressão ao comércio informal tenha provocado a redução do número de camelôs no Largo da Batata, o imaginário sobre a área foi fortemente caracterizado, até recentemente, pela presença de vendedores ambulantes, oferecendo desde café a quem espera um ônibus, a frutas, carnes, produtos típicos do Nordeste brasileiro e

85 Problemas demais para um Largo só. *Gazeta de Pinheiros*, São Paulo, 19 de outubro de 1973.

artigos eletrônicos; por restaurantes baratos, bares, danceterias e casas de prostituição; e por grandes redes varejistas de descontos e uma infinidade de pequenas lojas.

Cinco botecos, três boates que cobram menos de R\$ 5 por show de striptease, três docerias, uma loja de R\$ 1,00, lojas de roupas populares e uma drogaria. E, nas calçadas, camelôs. O principal quarteirão do Largo da Batata, na avenida Brigadeiro Faria Lima, entre as ruas Martim Carrasco e Sumidouro, é marcado pelo comércio popular. À noite, os bares têm música ao vivo, onde prevalece o forró, o funk, o pagode e o sertanejo.⁸⁶ A diferença de usos entre o Largo da Batata do começo dos anos 2000 e seu entorno endinheirado foi registrado de maneira poética e bem-humorada pelo coletivo paulistano BijaRi – que já fez várias intervenções artísticas no Largo –, no seu trabalho chamado “Ação Galinha #1”⁸⁷. Nesse trabalho, filmaram a diferença de reações das pessoas ao se depararem com uma galinha no Largo da Batata e a mesma situação em frente ao Shopping Iguatemi. A distância de pouco mais de um quilômetro que separa as duas localidades é pouca, mas a diferença entre as dinâmicas de uso é brutal. Enquanto no Largo a galinha se encaixou na informalidade do lugar, na calçada do shopping ela foi motivo para que os seguranças do lugar se mobilizassem para a sua retirada.

O Largo da Batata, no coração do bairro de Pinheiros, a sete quilômetros a Sudoeste do centro de São Paulo, é um subcentro urbano de expressão metropolitana. Apesar de sua estrutura física precária, a vitalidade e os aspectos distintivos da área estiveram, até recentemente, baseados numa pujante atividade comercial de diferentes escalas e temporalidades.⁸⁸

O espaço, tradicionalmente um centro de comércio popular, foi considerado degradado pelo poder público nos anos 1990, quando Paulo Maluf era prefeito de São Paulo, período do encaminhamento da proposta da Operação Urbana e, desde então, tratado como um foco de pobreza e caos em meio a bairros sofisticados. O Largo da Batata tem recebido, nas últimas duas décadas, uma série de intervenções do poder público, visando a sua “reconversão urbana”. Vários donos de estabelecimentos comerciais foram despejados para dar espaço a empreendimentos imobiliários, que guardam pouca relação com o pequeno comércio e o comércio popular da região, apontando na direção do aspecto financeirizado, corporativo e impessoal que hoje prevalece na avenida Brigadeiro Faria Lima. Mesmo diante dessa conjuntura, muitos comerciantes do entorno do Largo têm conseguido se manter em atividade, seja cativando sua clientela ou adaptando-se a um público diferente. Por outro lado, um novo tipo de comércio, voltado para o consumo das classes média e alta, tem se estabelecido nas franjas da região, aproximando-se gradualmente do Largo da Batata.

86 Revitalização deve mudar perfil do comércio. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 6 de maio De 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/FfdnT>>. Último acesso em: 18 de junho de 2016.

87 BijaRi. Ação Galinha #1, filmado em 2001. Disponível em: <<http://www.bijari.com.br/galinha>>. Último acesso: 01 de janeiro de 2018.

88 CALDEIRA, Daniel Ávila. *Largo da Batata: transformações e resistências*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Urbanismo e Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Figura 13:
Ação Galinha #1
BijaRi, 2001

“Em 2001 foi realizada a primeira ação com galinhas em espaços públicos. A segunda ocorreu dois anos mais tarde na Bienal de Havana. A ideia era causar um distúrbio, provocar uma quebra nas dinâmicas físicas e psicológicas das pequenas multidões que habitavam espaços geográficos bem próximos mas de culturas bastante distintas: o democrático Largo da Batata e o aristocrático Shopping Iguatemi. As catarses que os galináceos detonam em cada uma dessas situações foram registradas em vídeo sublinhando e delineando os antagonismos dos diferentes padrões comportamentais e suas representações no espaço público.”

Fonte: site BijaRi. Disponível em:
<www.bijari.com.br/galinha>.

INSERÇÃO 1 LARGO DA BATATA

GALINHA

ELEMENTO ANALISADOR

DISPOSITIVO DETONADOR DE CONFLITOS
SÓCIO-CULTURAIS DE ESPAÇOS VIZINHOS
EM UM MESMO BAIRRO NA CIDADE DE
SÃO PAULO.

INSERÇÃO 2 SHOPPING CENTER IGUATEMI

De todo modo, o vigor do caráter comercial da área persiste, assim, como o papel de nó intermodal na rede de transportes da região metropolitana.

Para muitos comerciantes e frequentadores da região, a praça resultante da Operação Urbana se assemelharia a um “deserto”, um espaço amplo com vegetação incipiente e pouca presença humana, repelindo os usos cotidianos. [...] Para um espaço urbano assumir um caráter público, não basta apenas ser acessível e passível de ocupação. Faz-se necessária a interação e convivência, harmônica ou conflituosa, entre grupos sociais distintos, cada qual se apropriando do espaço com signos e linguagens próprios, mas com referenciais comuns a cada grupo, possibilitando a “comunicabilidade política do desentendimento”.⁸⁹

Com a Operação Urbana, os 29 mil m² do Largo da Batata estavam divididos em três porções: o espaço onde está localizada a Igreja Nossa Senhora do Monte Serrat; a porção maior, que é a esplanada — outrora área de pequenos comércios; e a porção junto ao Mercado Municipal de Pinheiros.

A partir de 2013, quando foram retirados os tapumes da obra relativa à porção da esplanada do Largo da Batata, o lugar tornou-se um importante ponto de concentração para manifestações políticas de variadas matizes ideológicas. O deserto da Batata foi palco de grande parte das insurgências das jornadas de junho, em 2013.

Antes mesmo das insurgências de junho de 2013, movimentos de apropriação do espaço já ensaiavam sua assiduidade no Largo, com intervenções pontuais. No ano de 2014, o Largo tornou-se um espaço caracterizado pelos usos espontâneos e culturais, um laboratório de experimentações cidadãs. “[...] o envolvimento da população que caracteriza práticas urbanas criativas — parece ser impulsionada pela falta de espaços de coexistência com qualidade na escala humana, do usuário — resultado de escolhas tomadas no processo de urbanização da cidade de São Paulo”.⁹⁰ No livro *Microplanejamento – Práticas Urbanas Criativas*, Marcos Rosa comenta que, curiosamente, esse mesmo processo produziu espaços urbanos desperdiçados, vazios, subutilizados, residuais, que, quando interpretados como campos com potencial para a prática criativa, representam uma possibilidade de reestruturação urbana comprometida com a escala local. Esses pensamentos se traduzem na cidade aberta à brincadeira e à experimentação, no espaço aberto à criação, à ação coletiva e à ocupação — a reinterpretação de um cenário construído, ao qual um novo significado é adicionado.

Os grupos engajados em fomentar o uso intenso e democrático do deserto da Batata, os pioneiros urbanos, como os movimentos “A Batata Precisa de Você”, “Não Largue da Batata”, “BatataMemo”, “Mobilidade Urbana”, “Hortelões Urbanos”, “Pedal Verde”, “Rios e Ruas”

89 Ibidem, p. 58-59.

90 ROSA, Marcos. *Microplanejamento. Práticas Urbanas Criativas*. 2ª ed. São Paulo: Ed. de Cultura, 2011.

Figura 14: Largo da Batata com aspecto de “deserto”, sem nenhum mobiliário urbano ou sombra.

Fonte: Gazeta de Pinheiros, 14 de novembro de 2013

Disponível em <gazetadepinheiros.com.br/cidades/cultura-e-esporte-vao-invadir-o-largo-da-batata-14-11-2013-hm>

Figura 15: Manifestação no Largo da Batata durante as chamadas ‘Jornadas de Junho’, 2013

Fonte: Science & Art, 1 de julho de 2013.

Disponível em: <sciart.eu/en/2013-07-01-1107/156/protests-brazil-whats-going>.

e moradores do entorno, entre outros, tanto cooperaram com a Prefeitura de São Paulo (gestão Haddad) para o levantamento de dados sobre o lugar em 2014 como geraram seus próprios materiais. A partir dos levantamentos feitos, como fluxo de pedestres, sinalização, desejos dos comerciantes da área para a praça, linhas e pontos de ônibus, segurança viária, característica das fachadas, uso dos espaços, espaços residuais resultados da reconfiguração da região, uso do mobiliário autoconstruído, levantamento das árvores existentes e suas condições, características dos percursos de acesso à praça, foi construído um panorama coletivo das características da área e das possíveis melhorias. Ficou claro que a situação de vários

aspectos analisados era (e continua sendo) precária e o quão pode ser benéfica a cooperação entre servidores públicos comprometidos e cidadãos dispostos; não há conhecimento de nenhum levantamento tão completo feito na região em tempos recentes. A pesquisa, fruto da cooperação entre prefeitura e população, apurou, por exemplo:

Entre 8h e 20h de um dia de semana⁹¹, 28 mil pessoas frequentam o Largo; destas, em média:

. 26 mil pedestres;

. 290 ciclistas;

. 70 skatistas;

. 60 pessoas com deficiência;

. 380 crianças;

. 1,3 mil permanecem por mais de 15 minutos no Largo (ainda sem mobiliário urbano), principalmente no ponto de ônibus.

Com a média de 28 mil pedestres por dia, entre 8h da manhã e 20h, apenas 1.300 pessoas permaneciam no Largo por mais de 15 minutos, computados aqui os que ficavam nos pontos de ônibus. Não por acaso, não havia onde sentar ou se abrigar na sombra. Adicionalmente, foi notada a escassez de infraestrutura de mobilidade adequada para pedestres, como faixas de pedestres e calçadas contínuas e desobstruídas, e ausência de sinalização orientadora de localização e de tráfego.

Outro aspecto relevante é a localização da praça *on-line*. Muitas pessoas não sabem a localização do Largo da Batata, pois não aparece com esse nome no Google Maps. Por esse motivo, havia um significativo número de pessoas perdidas entre um trecho da rua Cardeal Arcoverde (que desce desde a avenida Dr. Arnaldo) e o outro (interrompido pelo Largo, o outro trecho liga-se à avenida Rebouças), buscando algum endereço nessa rua e se perdendo por sua falta de continuidade. A respeito da identificação do lugar com o nome “Largo da Batata”, um dos grupos de pioneiros urbanos, o BatataMemo, se organiza nesse sentido. Para manter viva a memória do Largo da Batata, um dos seus esforços tem sido o de pressionar para que o nome da estação de metrô que fica na praça, a estação “Faria Lima”, mude de nome para “Largo da Batata”, oficializando o nome popular da praça, *on-line* e *offl-line*.

91 Dados extraídos de medições realizadas em 15 e 24 de abril de 2014.

Figura 16: Faixa de pedestres performática. Janeiro de 2014.

Fonte: portal Vá de Bike.
<adebike.org/2014/02/faixa-de-pedestres-intervencao-largo-da-batata>

Figura 17: Faixa de pedestres colorida é pintada no Largo da Batata. Abril de 2015.

Fonte: foto Rachel Schein
<paginadarachel.wordpress.com/2015/04/22/faixa-de-pedestres-colorida-e-pintada-no-largo-da-batata-video>

Também foi grande o número de espaços residuais gerados pelas obras da Operação Urbana no entorno do Largo da Batata, treze deles catalogados durante o levantamento.

O levantamento serviu como subsídio para a posterior discussão entre frequentadores da praça e a prefeitura, com solicitações e sugestões de melhorias, bem como sobre qual seria o mobiliário urbano mais adequado para cada uma das três porções do Largo.

Porém, dados não são suficientes se não há vontade política. No levantamento de campo, foram contabilizadas mais de 9 mil pessoas que atravessavam diariamente, entre 8h e 20h, o trecho da rua Fernão Dias, que liga a porção do Largo na frente da igreja para a esplanada a sua porção central. Uma faixa de pedestres já havia sido requisitada ali pelos moradores e, no segundo encontro do “A Batata Precisa de Você”, no início de 2014, foi organizada uma faixa de pedestres performática. Mesmo com os números em mãos, a CET respondia aos pedidos protocolados que a faixa não seria possível. Em 2015, então, o grupo se organizou e pintou uma faixa de pedestres colorida no local, em seguida apagada pela CET. Depois da repercussão do apagamento da faixa comunitária, ou “Batatafaixa” pela CET, outra foi pintada pela própria CET no local. Esse episódio leva a crer que a CET respondeu melhor às críticas na mídia do que à comprovação de que muitas pessoas corriam perigo atravessando a rua naquele lugar, de acordo com os dados levantados.

Parte dos dados levantados pelos moradores em cooperação com a prefeitura em relação a sinalização para pedestres e segurança viária. [Abril, 2014]

Sinalizações para o Largo da Batata

Este levantamento foi realizado por Fernanda Salles, Rafael Calabria e Soninha Figueiredo, aproveitando o modelo proposto pela ONG Mobilize Brasil para seu projeto "Sinalize". Todas as contribuições são mais do que bem vindas.

Sentimos falta, naquele modelo, de um espaço para propor a sinalização que julgamos ausente. Por isso, fizemos uma lista de lugares e coisas que gostaríamos de ver sinalizados neste espaço tão amplo, tão antigo e tão importante para o bairro - e por isso mesmo um grande e convidativo lugar para pessoas.

Lista de placas e informações que gostaríamos de ver no Largo da Batata:

1. Metrô: suas entradas e saídas estão inteiramente no Largo da Batata e no entanto não há nenhuma sinalização externa informando nada. Existem entradas cobertas do metrô que poderiam ser utilizadas com esta finalidade, contendo inclusive os mapas dos arredores (que existem no interior do metrô).
2. Os pontos de ônibus não possuem sinalização tampouco. Mapas dos pontos e linhas que circulam pelo bairro.
3. Exposição permanente sobre a história do Largo da Batata, com fotos dos materiais encontrados nas escavações.
4. Mercado de Pinheiros - além de placas orientando a localização do Largo para os pedestres, painéis sobre a história do mercado no próprio local ou na parte da praça que o precede.
5. EE Alfredo Bresser - sinalização de solo ligando a escola ao Largo de Pinheiros e aos equipamentos do entorno, como o SESC Pinheiros e as praças e clubes locais. Indicações de outras escolas públicas do entorno
6. Sinalização indicando ciclovia e estacionamento de bicicletas.
7. SESC Pinheiros - placas indicando orientação e conexão das atividades do SESC com a praça (atividades e exposições)
8. Orientação para praças e parques do bairro
9. Subprefeitura de Pinheiros e outros estabelecimentos públicos como Cetesb e Sabesp
10. No entorno do Mercado de Pinheiros, placas indicando os eventos e feiras que acontecem no local, bem como os dias em que acontecem.
11. Jornal da Batata - um mural aberto para a publicação de informações gerais, avisos e divulgação de eventos

Junto a este e-mail enviado pelos moradores que fizeram o levantamento da sinalização para pedestres e segurança viária a subprefeitura e SP Urbanismo, contavam anexas essas duas imagens, identificando as faixas de pedestres existentes (Fig. A e o desejado pelos usuários (Fig. B).

Levantamento de Sinalização para Pedestres				
Largo da Batata - São Paulo - SP				
Quesito		Nota	Descrição	Comentários
Sinalização Vertical	Existência e Suficiência	1	Placas Educativas, de Indicação, Advertência, Regulamentação, Atrativos Turísticos	Apenas existem placas de "Atravesse no Verde" em parte dos cruzamentos, e estão em ótima condição. Nenhum dos outros tipos de placas existem no entorno da praça.
	Visibilidade e Conservação	8		
Sinalização Horizontal e Semafórica	Existência e Suficiência	6	Sinalizações Horizontais, Faixas de Pedestres e Semáforos para pedestres	Alguns cruzamentos possuem faixas em apenas alguns dos lados, algumas faixas estão apagadas. Há sinais de pedestres novos em alguns poucos cruzamentos, em outros foram retirados.
	Visibilidade e Conservação	7		
Sinalização para Deficientes	Existência e Suficiência	6	Placas, Sinalização Tátil, Semáforo Sonoro	Apenas existem rampas nos cruzamentos. Um dos cruzamentos tem piso tátil em uma das faces. Não há nada sonoro nem sinalização em Braille.
	Visibilidade e Conservação	7		

Levantamento de Sinalização para Transporte Coletivo				
Largo da Batata - São Paulo - SP				
Quesito	Nota	Descrição	Comentário	
Linhas	2	Informação sobre as linhas que passam no ponto	Apenas um dos pontos da região possui a informação sobre as linhas e os dias que funcionam. Não há mapa nem informação das proximidades para pedestres e usuários. Apenas o Metrô possui essa informação organizada. Na acessibilidade, os pontos não possuem elevação para ônibus que não são adaptados, porém dentro dos ônibus adaptados a informação é boa.	
Trajetos	1	Informação de trajeto, destino e origem das linhas		
Horários	1	Horário de funcionamento das linhas		
Outros	1	Informações sobre conexão com outros sistemas, mapas ou canais de informações		
Acessibilidade	3	Informação sobre adaptação em cada linha e no interior do veículo		
Interior do Veículo	1	Informações sobre a linha no interior dos veículos		

Observações:

- carros e motos da polícia atravessando o Largo em vários horários e base móvel da PM permanecendo no local.
- em frente a igreja, grane número de bikes de carga e carroceiros, principalmente de manhã
- pessoas com deficiência (visual, cadeirante) e com mobilidade reduzida têm frequência maior em frente a igreja.
- adultos e crianças atravessam a Fernão Dias para a porção do Largo onde fica o bicicletário fora da faixa de pedestres
- a permanência de pessoas aumentou na porção do Largo onde fica o bicicletário após a instalação dos "batatabancos".
- na porção do Largo próximo ao mercado o ponto de ônibus não comporta a enorme quantidade de pessoas que ficam a espera
- moradores de rua são mais frequentes em frente a igreja e nas proximidades das saídas do metrô Faria Lima.

Fig.A

Fig.B

Algumas das pranchas organizadas pela prefeitura a partir dos dados coletados e workshops com a população. [Novembro, 2014]

O uso comunitário do espaço já característico da praça, na época, tem forte presença, até o momento, no Largo da Batata. Esse tipo de uso pode ser identificado com o recorte feito pelo livro *Post-It City – Cidades Ocasionalis*⁹², originalmente publicado pela Direção de Comunicação da Disputación de Barcelona e o CCCB. Nele, é exposto que a cidade é formulada para garantir a ordenação harmoniosa do trabalho, do consumo e da recreação da classe média, em nome da homogeneidade social, e também para tornar certa a circulação contínua de mercadorias, o que pressupõe a economia invasiva, utilizando os níveis de consumo para demonstrar supostas cotas de progresso e bem-estar. Nesse escopo, o espaço público se converte em território excludente da ação espontânea, beneficiando condutas esperadas. E são os urbanistas, designados em primeira instância como intelectuais orgânicos, que têm como encargo resolver — inclusive de antemão — onde, segundo Perán, que dirigiu o projeto, “se reside, onde se produz, por onde e como se circula, onde se compra e onde se joga, e se esse planejamento se altera mediante ações parasitárias sobre o estabelecido, o comando da ordem se traslada às instâncias políticas mediante pressões punitivas que tornam-se, muito frequentemente, um exercício explícito de violência legitimada em nome da mesma *ordem pública*”.⁹³ O livro *Post-It City – Cidades Ocasionalis* colocou em foco os usos coletivos e orgânicos da cidade e levantou essa discussão em um momento oportuno para a cidade de São Paulo, especialmente a partir da exposição de mesmo nome, “*Post-It City – Cidades Ocasionalis*”, aberta no CCSP – Centro Cultural São Paulo, em setembro de 2009, um momento em que a cidade começava a discutir mais fervorosamente as possibilidades em torno da ocupação e dos usos dos seus espaços públicos.

O Largo da Batata como laboratório, com grupos apropriando-se e incentivando a espontaneidade de usos, acontece até o momento da escrita deste trabalho, não sem que esse processo seja ameaçado pela especulação imobiliária dessa área e também pelos planos do novo prefeito, João Dória, que considera implementar um projeto do arquiteto Ruy Ohtake na praça, financiado pela iniciativa privada e sem nenhum tipo de consulta popular ou processo participativo. A construção social de um lugar pelo uso e pela informalidade é a regra nas bordas da cidade, mas se faz notar rapidamente no centro, tendendo a ser desencorajada como uma falha no sistema da cidade formal. Essa construção da cidade desprogramada e autogerida em um importante centro financeiro não é bem-vinda e vem sendo publicamente combatida pelo atual prefeito — no modelo de cidade de ritmo acelerado⁹⁴ não há espaço para a espontaneidade.

92 PERAN, Marti (Dir.). *Post-it City: Occasional Urbanities*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporanea de Barcelona, 2009.

93 Ibidem, p. 43.

94 “Acelera SP” é o slogan do mandato atual do prefeito João Dória.

Figura 18: Diferentes pontos de vista do Largo da Batata, em diversos anos.

Fonte: Imagens capturadas pelo Google Street View. <www.google.de/maps>

Para saber mais sobre o método de análise de uso pelo Google Street View, ver: FRUGOLI, Heitor. CHIZZOLINI, Bianca. Relações entre etnografia face a face e imagens do google street view: uma pesquisa sobre usuários de crack nas ruas do centro de São Paulo. *gis – gesto, imagem e som – revista de antropologia* São Paulo, v. 2, n.1, maio (2017) Disponível em: <www.revistas.usp.br/gis/article/view/129197/129057>.

2.1.4 Rede de diálogos: processos participativos, manifestações, negociações de uso

O Largo da Batata, lugar de memória paulistana e território que abriga diversas práticas criativas, tem sido uma vítima permanente de planos urbanísticos, tendo seu processo histórico e de memória alterado de forma constante. Os projetos e intervenções que incidiram sobre o Largo da Batata foram acompanhados por movimentos de resistência neste e por este lugar. A população que ali habita e frequenta resiste, lutando contra a sua homogeneização, sendo o Largo característico por sua constante reinvenção, informalidade e temporalidade próprios. A acelerada verticalização da região, com mudança no padrão fundiário existente, desapropriações, remoção de comércio popular, demolições e obras de infraestrutura, gerou a valorização dos espaços e dos imóveis e, na contramão deste processo, também movimentos de resistência dos moradores e trabalhadores de Pinheiros e frequentadores do Largo da Batata — contra a verticalização do bairro, a favor de mais parques na região, e até uma proposta para a ocupação regular da área.⁹⁵

Quando, em 1995, o prefeito Paulo Maluf promulgou a Lei nº 11.732, estabelecendo o prolongamento da avenida Brigadeiro Faria Lima e instituiu a Operação Urbana Faria Lima, o grande número de desapropriações previstas mobilizou moradores que questionavam o projeto. A resistência em Pinheiros, à época, foi conduzida pelo “Movimento Pinheiros Vivo”, integrado por moradores da classe média. A articulação dos moradores locais ganhou atenção da mídia e foi responsável, em última instância, se não por alterações no traçado da avenida, por melhorar os “termos de troca” das desapropriações.⁹⁶

Posteriormente o “Movimento dos Moradores de Pinheiros contra a Verticalização do Bairro”, surgido ao longo do processo da chamada revitalização, luta contra as transformações recentes que vêm ocorrendo no bairro como um todo.

Desde quando o novo Largo começou a tomar forma, estão ocorrendo mais ocupações culturais e artísticas ali. Com ou sem apoio institucional, as intervenções de maior ou menor porte, permanentes ou transitórias, em diversas linguagens, apresentaram em comum um discurso crítico à especulação imobiliária, à ideologia da “degradação” e à necessidade do projeto de reconversão do Largo, buscando recuperar e valorizar a memória física e social do lugar.

⁹⁵ O movimento “A Batata Precisa de Você”.propõe a ocupação regular da praça.

⁹⁶ GALVANESE, Horácio Caligaris. História. *Museu da Pessoa*. 5 de julho de 2010. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/horacio-calligaris-galvanese-47264>>. Último acesso em: 17 de junho de 2016.

As mais recentes resistências à homogeneização em decorrência da Operação Urbana Faria Lima e até outras manifestações que tiveram o Largo da Batata como seu lugar podem ser contextualizadas na onda de insurgências que aconteceram após 2007. O Largo da Batata é mais um espaço público que, mesmo devastado pelas intervenções urbanas a serviço do capitalismo, hoje é símbolo de resistência a esse processo e da possibilidade de invenção de um futuro mais justo. Recentemente, em São Paulo, várias iniciativas cidadãs e associações locais ocupam espaços de infraestrutura urbana com suas práticas socioespaciais. São baixos de pontes e viadutos, ilhas de tráfego e praças abandonadas, que são apropriadas em nome da vitalidade e diversidade, contrapondo-se ao automatismo e à impessoalidade das grandes cidades.

O ativismo urbano está na ordem do dia, tanto pelas manifestações políticas e os “occupy” pelo mundo, quanto pelas ações urbanas que reivindicam o uso efetivo dos espaços públicos. Fruto do cruzamento de muitos fatores, esse ativismo decorre da combinação entre a evidente exaustão dos modelos políticos tradicionais, por um lado, e a ascensão das práticas autogestionárias através das novas redes de compartilhamento, por outro. É nesse contexto que um movimento recente contra a construção de um shopping em uma praça de Istambul ganhou repercussão mundial. É também nesse contexto que, em São Paulo, grupos ativistas da sociedade civil, organizando-se de formas colaborativas, horizontais e independentes, passaram a ocupar intensamente certas áreas da cidade, tais como o Minhocão e o seu entorno, o Parque Augusta e o Largo da Batata. Ações conhecidas como “urbanismo tático”.⁹⁷

Desde 2013 moradores e frequentadores da região organizaram-se para ocupar regularmente o Largo da Batata em torno de práticas urbanas criativas, chamando a atenção para seu processo de urbanização desastroso e para tornar o lugar, de fato, um espaço público vivo. Quando foi aberto em sua totalidade para usufruto da população, o Largo não era mais que um deserto de 29 mil m², sem árvores, bancos ou qualquer outro equipamento, tendo desapropriado as inúmeras lojas de comércio popular antes existentes no espaço e seu entorno não correspondendo ao projeto ganhador do concurso para o Largo, do arquiteto Tito Lívio. O Largo da Batata havia se transformado em uma verdadeira “zona morta” entre a estação do Metrô e os terminais de ônibus. Tornou-se um mero local de passagem. Desde então, há uma movimentação de pioneiros urbanos para ocupá-lo com eventos e arquitetura temporária. Também outros tipos de ocupações vêm ocorrendo no Largo da Batata desde 2013: o local ganhou destaque nas emissoras de TV brasileiras e internacionais quando, em junho de 2013, tornou-se palco das manifestações do “Movimento Passe Livre”, que trouxeram à tona as ‘Jornadas de Junho’, conflitos urbanos e a luta pelo direito à cidade e à qualidade de

97 WISNIK, Guilherme. Ponto Crítico - Urbanismo - Largo da Batata. Caderno Ilustríssima. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 12 de abril de 2015.

seus serviços. São Paulo, cidade em que o espaço público em raros casos é verdadeiramente público, mas segregado e higienizado, encarava, neste momento, uma nova forma de contestação. Desde então, o Largo tem recebido manifestações e protestos, de variadas pautas e reivindicações. Dentre outros, já ocorreram manifestações contra a Copa do Mundo de 2014 e protestos do movimento dos trabalhadores sem-teto. Manifestações, ocupações semanais com atividades culturais, protestos, piqueniques; independentemente da maneira como é utilizado, são essas atividades que trazem de volta a vida ao Largo da Batata e o afirmam hoje em dia como espaço de contestação da cidade de São Paulo.⁹⁸

Posteriormente à finalização das obras e intervenções, passou a atuar fortemente no Largo o movimento “A Batata Precisa de Você”, este direcionado exclusivamente àquele lugar e focado em protestar contra o que a região se tornou. Além desses movimentos, verificaremos também novos usos que vêm sendo dados ao Largo da Batata, como local de concentração de manifestações e protestos, que estão trazendo à tona e devolvendo a centralidade do Largo ao bairro.⁹⁹

Aqui serão apresentados quais foram os principais momentos de interlocução entre a sociedade civil e o poder público, seus atores, os principais movimentos e coletivos e, também, as principais participações da iniciativa privada.

A própria Operação Urbana Faria Lima tem um grupo de gestão, consultivo e deliberativo, que, em teoria, garante a transparência e participação no processo de condução e implementação da Operação. Enquanto na Europa os anos 1980 representaram o desmonte do Estado de Bem-Estar Social, que, por sua vez, esteve ligado ao modernismo europeu, no Brasil, foi o momento da redemocratização, que trouxe uma discussão do papel de cidadania e da forma de pensar a gestão democrática da cidade. Nesse contexto, não faria sentido que a subsequente criação das Operações Urbanas fosse desprovida da previsão de algum mecanismo de participação popular (ainda que de funcionamento questionável). O grupo de gestão é composto por 19 membros, sendo 9 indicados pelo governo municipal, 9 deles por entidades da sociedade civil (IAB, Secovi, OAB, FAU-USP, entre outros) e mais um representante da Emurb (hoje SP Urbanismo/SP Obras). Apesar das reuniões serem abertas e públicas, podendo ser assistidas por qualquer cidadão, infelizmente sua divulgação é bastante limitada e são poucos os que participam.

O Cades – Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz das Subprefeituras – é um órgão participativo e consultivo que tem o papel de propor

98 MASCARENHAS, Luisa. *Reconversão urbana do Largo da Batata: revalorização e novos conteúdos da centralidade de Pinheiros*. Dissertação (Mestrado) – Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014

99 Ibidem, p. 129.

e colaborar com a formulação de políticas públicas relacionadas à proteção ambiental e à implantação de programas que fomentem a cultura de paz, sempre promovendo e incentivando a participação social. O trabalho do Cades-Pinheiros tem sido, nos últimos anos, muito útil para encaminhar formalmente demandas da população em relação à região, e um subgrupo focado no Largo da Batata articulou e apoiou diversas iniciativas cidadãs, intermediando o diálogo com a administração pública. Porém, na reunião de julho de 2017, o presidente em exercício do Cades- Pinheiros informou que os trabalhos deste Conselho acabariam ali (apesar da lei indicar que isso só poderia acontecer a partir de agosto), sem que o edital de eleição fosse submetido e aprovado pelos seus membros (conforme exigido no regimento interno), sem mais informações e respostas.

Em relação ao uso do próprio Largo como reivindicação do espaço como lugar de encontro, em 16 de março de 2013 (pouco após a retirada dos tapumes), ocorreu o “Ocupe a Batata”, promovido por vários coletivos de São Paulo. Durante um sábado o Largo recebeu diversas intervenções — desde música de rua até o inflável “Bolha Imobiliária” do Basurama Brasil, e varal de memória com fotos da linha do tempo do local. Durante o restante do ano, o espaço foi palco para intervenções pontuais e articulações de moradores pelo Cades-Pinheiros. Em 23 de novembro, o grupo “Não Largue da Batata”, composto por muitos dos que estavam acompanhando a situação e planos para o Largo pelas reuniões do Cades, promoveu outro evento de maior divulgação, o “Não Largue da Batata”. No dia, devido à chuva, não houve muitos participantes; porém, a ideia de ocupar o Largo como espaço temporário também estava presente.

Em outubro de 2013, o grupo Não Largue da Batata enviou um pedido de reunião com a SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano –, ocasião em que o futuro do Largo da Batata foi discutido, com o pedido de maior participação popular por parte do grupo.

Um pequeno grupo com cerca de 10 participantes, que já havia ensaiado com uma intervenção no “Ocupe a Batata”, participava das movimentações do “Não Largue da Batata”, acompanhava as discussões pelo Cades e passou a ocupar a praça a partir de janeiro de 2014, tornando rotineira a sua permanência às sextas-feiras. Foi a gênese do “A Batata Precisa de Você”. “A partir de improvisos e gambiarras, o espaço do Largo transformou-se. Seus bancos de paletes, feitos por membros do coletivo e participantes esporádicos, abrigam agora um espaço de diversão, cultura, descanso e, principalmente, de discussão, tornando esse espaço um verdadeiro laboratório público a céu aberto.”, registra a publicação do movimento.¹⁰⁰

100 SOBRAL RODRIGUES, Laura; VINCINI, Lorena; KARPISCHEK, Tatiana (Eds.). *Ocupe Largo da Batata – Como fazer ocupações no espaço público – A Batata Precisa de Você*. Disponível em: <<http://largodabatata.com.br/publicacao>>. Último acesso em: 17 de setembro de 2015.

Não Largue da Batata!

O Largo da Batata está passando por uma grande transformação de seu espaço e uso. Nós (moradores, trabalhadores e frequentadores da região) esperamos que estas transformações ajudem a promover a cidadania, a diversidade e a convivência pacífica.

Além de espaço de circulação, desejamos um Largo da Batata convidativo, democrático e qualificado para múltiplos usos.

Há mais de 10 anos, está em curso um projeto de Reconversão Urbana do Largo da Batata. Este projeto prevê melhorias, com metas específicas, através de parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada. Durante este tempo muito dinheiro foi gasto, muitas obras foram realizadas e o projeto original, vencedor de concurso público, foi revisado e parcialmente executado. Ainda existem muitas metas a serem atingidas e muitas perguntas a serem respondidas. O paisagismo, por exemplo, parece deixar muito a desejar. O que será de todo este espaço pavimentado? Onde estão os equipamentos e espaços para eventos culturais? E o mobiliário urbano, arborização e áreas para lazer e esporte? Não foi divulgado e nem discutido com a população o plano revisado, os motivos para as alterações ou contrapartidas razoáveis.

Nós não queremos largar do Largo da Batata.

Nós queremos opinar e participar mais nestes processos de mudança.

Nós queremos mais cultura, esporte, lazer, vegetação, saúde, segurança e informação.

Nós queremos vivenciar e repensar este espaço.

Nós queremos que todos sejam respeitados.

Largo da Batata, Outubro de 2013

De janeiro de 2014 a julho de 2015, todas as sextas-feiras, a partir das 18h, chegavam ao Largo pessoas carregando elementos que davam o conforto básico àquele espaço: guarda-sóis, cadeiras de praia, almofadas, cangas, redes e tendas. Se antes o pequeno grupo causava estranhamento entre os comerciantes e transeuntes, com o tempo foi se tornando comum a ideia de que “aquele pessoal sentado nas cadeiras de praia na praça faz parte da ‘Batata’ e vive inventando novos usos para aquele vasto — e antes vazio — espaço”. A cada semana, aconteceram atividades diferentes: em sua existência, os “batateiros” promoveram jogos de rua — como “peladas”, amarelinha, taco, *frisbee* e peteca — sessões de ioga e alongamento, oficinas de bombas de sementes, de crochê e de leitura, karaokê, apresentações de música, plantio, filmes, debates, etc.

Por uma agenda aberta *on-line*, tudo é organizado colaborativamente. Os encontros foram, em grande parte, organizados em um grupo aberto no Facebook. Enquanto o uso da Internet foi uma ferramenta central de diálogo entre frequentadores para a manutenção de um grupo aberto para conversas sobre a praça e seu uso, funcionando como um fórum digital, a regularidade das ocupações mostrou-se importante para envolver moradores e frequentadores das proximidades do Largo, tendo somado cada vez mais pessoas ao movimento. Não restringindo a organização ao virtual, o movimento sempre contou com a

colaboração local e improvisada; por exemplo, o comércio tradicional do entorno apoiou as atividades, doando energia elétrica dos seus estabelecimentos. A consistência do movimento se construiu ao determinar horários e atividades, toda semana, e contar com a rede digital para distribuir informação. A complementaridade entre *on-line* e *off-line*, ou seja, as redes sociais funcionando como papel de aglutinação de interesses e promovendo os encontros analógicos e a consequente articulação, é que manteve viva a mobilização.

Durante todo o primeiro ano de atividade intensa do movimento, o diálogo com o poder público foi regular, tanto em oportunidades formais como em encontros na subprefeitura, utilizando o Largo da Batata como tema. Houve a organização do GT “Largo da Batata” pelo Cades, e cidadãos e prefeitura cooperaram para levantar dados sobre o espaço. Outra importante conquista alcançada pela manifestação popular foi o bicicletário no Largo da Batata. Ciclistas e moradores da região se juntaram para dialogar com a SP Urbanismo depois que os ciclistas descobriram que não havia projeto nem interesse da ViaQuatro (empresa que administra a Linha Amarela do metrô) na construção de um bicicletário junto à estação Faria Lima. A prefeitura assumiu o projeto e a construção do bicicletário, em discussão conjunta com membros da sociedade civil e outros entes do poder público.

Figura 19: Dados sobre o bicicletário. 10 de junho de 2016.

Fonte: Publicação da SP Urbanismo sobre o mobiliário urbano do Largo da Batata.

<www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/FARIA_LIMA/20160610_publicacao.pdf>

“A Batata Precisa de Você” nunca pediu autorização para o uso do espaço, por não caracterizar suas atividades como uma sequência de eventos isolados, mas, sim, como uso cidadão e a construção de uma nova cultura de uso cotidiano. Entre o movimento e a prefeitura, esse foi um tema que gerou calorosos debates. No entanto, o movimento organizou de forma colaborativa e com apoio da prefeitura uma Festa Junina na praça, com o comparecimento de mais de 2.500 pessoas. Após um ano de atividades, “A Batata Precisa de Você” foi selecionado pelo edital Redes e Ruas — organizado pela Secretaria da Cultura, Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (Coordenadoria de Direito à Cidade) e Secretaria de Serviços —, que propunha a ocupação dos Telecentros, das praças WiFi Livre SP e dos Pontos de Cultura de São Paulo. O edital permitiu que o grupo, durante o primeiro semestre de 2015, dispusesse de equipamentos (caixas de som, microfones, computadores) durante as atividades na praça e, também, organizasse uma publicação sobre sua atuação.

Após 18 meses de atividades, o Largo estava transformado: visivelmente mais movimentado e utilizado frequentemente para atrações culturais e de lazer em outros dias da semana e horários, e por outros grupos de pessoas. As atividades do “A Batata Precisa de Você” deixaram de ser semanais e os grupos surgidos da ocupação semanal já se organizavam de maneira própria, como os “Batatas Construtoras”, as “Batatas Jardineiras” e os “Batatas Bатуqueiras”. Outros coletivos adotaram o Largo como espaço para suas atividades semanais, como o “Batata Eletrônica ou o Largo da Batalha (Batalha de MCs)”. E a Ong Bike Anjo fez um acordo com Prefeitura para ter um container no Largo com suas bicicletas e ferramentas, oferecendo ali, todos os domingos, aulas gratuitas para quem quisesse aprender a andar de bicicleta. O movimento catalisou o interesse e mobilizou outros pioneiros urbanos, a comunidade do entorno e coletivos que passaram a atuar com frequência no espaço. Também inspirou outras ocupações pela cidade e mudou a percepção do Largo da Batata, que se tornou reconhecido como um ponto de encontro da população.

Ainda em 2014, houve uma série de três *workshops* (bastante espaçados entre si), propostos pela subprefeitura e pela SP Urbanismo, para a definição do mobiliário do Largo da Batata junto aos moradores e frequentadores do espaço. O terceiro deles ocorreu em 3 de dezembro de 2014. No entanto, até agosto de 2016 nenhum mobiliário foi instalado pela prefeitura. Durante esses dois anos, todas as requisições dos moradores e ativadores da praça para que esse desenho pudesse ser acompanhado pelo público não foram atendidas. O processo participativo proposto foi mais aberto e convidativo aos interessados a participar do que processos anteriores praticados pela subprefeitura ou pela SP Urbanismo. No entanto, em seu desenvolvimento, acabou por se revelar bastante tradicional, no sentido de coletar informações com a população, mas desenvolver o que iria ser feito sem dialogar com essa mesma população, nem mesmo fazendo uma apresentação aos cidadãos envolvidos a tempo de serem feitos ajustes.

MANIFESTO

Acreditamos no direito à cidade e que a permanência nas ruas torna a cidade mais viva.

Defendemos a ocupação dos espaços públicos pela sociedade civil.

Entendemos a cidade como uma construção social, e que, por isso, temos que pensar nos usos cotidianos que a conformam.

Vislumbramos uma nova maneira de se fazer cidade, desconectada dos interesses imobiliários, a partir do valor de uso dos espaços e não de seu valor de mercado.

Incentivamos cidadãos ativos e não passivos em relação ao meio em que vivem.

Pensamos que a qualidade de vida urbana se conecta à diversidade dos usos e de pessoas que habitam o espaço comum.

Vemos o Largo da Batata como um centro cultural público, ao ar livre e autogestionado por quem quer que se sinta motivado a se engajar.

Fomentamos, com A Batata Precisa de Você, o exercício do diálogo, incentivando a negociação entre o diferente, não à cisão.

Enxergamos A Batata Precisa de Você como um laboratório para a criação de novos métodos de gestão compartilhada para os espaços públicos.

Testamos, com laboratório de mobiliário urbano, possibilidades do uso de móveis adequados ao nosso espaço e às necessidades da comunidade que ali ocupa, incentivando que outros grupos façam o mesmo.

Sonhamos com uma cidade mais democrática, mais participativa, com mais sombras e espaços de aconchego, com o verdadeiro uso dos espaços públicos.

A BATATA PRECISA DE VOCÊ

Manifesto A Batata Precisa de Você!

Fonte: SOBRAL, Laura; VINCINI, Lorena; KARPISCHEK, Tatiana (Eds.). *Ocupe Largo da Batata – Como fazer ocupações no espaço público – A Batata precisa de Você*. p.8-9

Disponível em: <<http://largodabatata.com.br/publicacao>>.

Último acesso em: 17 de setembro de 2015.

Em maio de 2015, cinco “batateiros”, que faziam parte do movimento “A Batata Precisa de Você”, juntaram-se para criar a associação “A Cidade Precisa de Você”, com a intenção de expandir as ideias e ações que estavam em prática no Largo e, também, para que a formalização permitisse representações formais, como a cadeira que ocupam na CPPU – Comissão de Proteção a Paisagem Urbana, ligada à SMDU.

Criada a associação, um mês depois o IPIU – Instituto de Pesquisa e Inovação em Urbanismo –, procurou o “A Cidade Precisa de Você”, pedindo-lhe uma proposta inovadora de mobiliário urbano. Em resposta, foi desenvolvido o BATATALAB, um concurso de mobiliário urbano para o Largo da Batata, a partir da análise do uso do mobiliário temporário existente no espaço e das pesquisas com os frequentadores. Servidores públicos da subprefeitura e da SP Urbanismo compuseram o júri de seleção dos projetos, juntamente com representantes do Cades-Pi, ativistas e artistas urbanos e membros da associação “A Cidade Precisa de Você” e do IPIU — este último financiou o desenvolvimento e a implantação dos projetos. O resultado

foi um mobiliário de conforto, com espaço para quarenta pessoas sentadas, desenvolvido pelos “Batatas Construtoras”, uma cobertura para fornecer sombra, desenvolvida pelo “Quasares”, e um parquinho infantil desenvolvido e financiado em parte pelo Erê Lab. Foi acordado com a Prefeitura que o mobiliário seria doado para o município; porém, quando pronto e instalado, esta alegou que não tinha capacidade para efetuar sua manutenção e que facilitaria a busca de patrocínio para que isso ocorresse, o que não se concretizou.

Em 16 de setembro de 2016, o portal Archdaily¹⁰¹ publicou sobre o Largo da Batata:

Em outubro de 2013, ao encerrar as obras de revitalização do Largo da Batata, no bairro de Pinheiros, a prefeitura de São Paulo previu também a entrega de uma série de mobiliários para fazer desse intrincado espaço urbano um lugar acolhedor aos pedestres e ciclistas. Desde então, o Largo da Batata se tornou emblemático em termos de apropriação do espaço público, com algumas iniciativas cidadãs transformando o espaço através de instalações e estruturas permanentes e efêmeras. Em agosto de 2014, por exemplo, o festival de cultura e arquitetura Design Weekend criou um jardim provisório, com bancos e árvores. Há pouco mais de um ano, o coletivo PingPoint instalou uma mesa de pingue-pongue na praça. Dezenas de bancos e vasos de plantas, todos preservados por frequentadores, também são encontrados ali. [...] após quase três anos da conclusão das obras, a prefeitura deu início à aguardada etapa de instalação do mobiliário urbano no Largo. [...] foram instalados seis conjuntos de mesas e bancos, aparelhos de ginástica e brinquedos infantis, como balanços.¹⁰²

Com a instalação do mobiliário urbano pela SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – a Fase 3 do Largo foi parcialmente concluída em dezembro de 2016, com bancos e marquises, mantendo os mobiliários oriundos do concurso BATATALAB. Perto do final do mandato do prefeito Fernando Haddad, participantes do “A Batata Precisa de Você” solicitaram uma reunião com a SMDU para estudar a melhor maneira de encaminhar a gestão compartilhada informal que havia na praça, para que ela fosse viabilizada e desenvolvida na gestão municipal seguinte. Essa reunião ocorreu em 29 de agosto de 2016, na qual foi acordado que a prefeitura faria esforços para, de alguma maneira, formalizar a situação da gestão compartilhada do Largo da Batata e consolidar sua vocação de território e experimentação cidadã. O tema da gestão compartilhada de espaços públicos, junto com outros correlacionados, como gestão compartilhada de equipamentos públicos, agricultura urbana e economia criativa, estava em pauta no final de 2016. Foi feita a chamada para profissionais pesquisarem sobre esses assuntos junto à SMDU, via Unesco, como consultores.¹⁰³

101 Reportagem de autoria de Romullo Baratto. Prefeitura de São Paulo instala mobiliário urbano no Largo da Batata. *Archdaily*, 16 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/795142/prefeitura-de-sao-paulo-instala-mobiliario-urbano-no-largo-da-batata>>. Último acesso em: 20 de janeiro de 2018.

102 Ibidem.

103 SMDU-GAB-14 – gestão compartilhada de espaços públicos / Projeto 914BRZ5015

MANUAL

COMO FAZER OCUPAÇÕES REGULARES NO ESPAÇO PÚBLICO

1. OBSERVAR O ENTORNO E A SUA DINÂMICA DE USO

Quebre a lógica do olhar automático e bote reparo nos detalhes da rotina das pessoas: por onde elas passam, em que lugares elas ficam, em que pontos elas se detêm para conversas fiadas.

2. IDENTIFICAR O LUGAR E SUAS POTENCIALIDADES

Reconheça os lugares que atraem as pessoas ou que, com algumas mudanças, podem vir a atrair. Elenque os pontos magnéticos, porque eles têm potencial para serem ocupados.

3. INCLUIR OS VIZINHOS E OS OUTROS USUÁRIOS DO LUGAR

Feitas as primeiras observações, compartilhe com a comunidade. Um projeto de ocupação é feito a muitas mãos e para isso é muito importante ouvir a experiência de outras pessoas que utilizam aquele espaço.

4. FAZER UM DIAGNÓSTICO COLETIVO E UM PLANO DE AÇÃO

Para reunir mais gente e encorpar o movimento, decida com os interessados a frequência dos encontros e como incluir mais gente. A frequência é a alma da mobilização do movimento. Sejam comprometidos: "furos" têm grande impacto.

5. DECIDIR JUNTOS AS PRIORIDADES E O PRÓXIMO PASSO

Depois de esboçar o mundo ideal no diagnóstico coletivo é a hora de ser realista. Sacar o que é possível ser feito com os recursos, tempo e pessoas envolvidas, equacionando com os desejos da comunidade, é o grande desafio aqui.

6. SE COMUNICAR DE MANEIRA ONLINE E OFFLINE

Agora é hora de contar pra todos o que vai rolar, para que mais gente disposta possa somar. A comunicação dá transparência ao processo e, entendendo todos os aspectos da iniciativa, as pessoas sentem-se mais motivadas a se manterem engajadas.

7. POR AS MÃOS NA MASSA!

Agora é hora do mão na massa! E lembre-se, passado o entusiasmo inicial das primeiras ocupações chega o importante momento da resistência, de continuar cuidando do que foi implementado. Manter limpeza, zelo e cuidado são indicadores fundamentais de que o espaço de fato está ativado.

8. AVALIAR CONSTANTEMENTE O PROCESSO

Avaliar coletivamente as ações feitas, os impactos no entorno, as opiniões das pessoas, os acertos e os erros continuamente é importante para a evolução da ocupação. O balanço deve ser constante durante o processo.

DICAS QUENTES

Você pode promover rodas de conversa, feiras de troca, piqueniques, shows, oficinas em que as pessoas do entorno ensinam algo que sabem fazer e mais o que ocorrer em seu grupo.

É legal incluir no encontro alguma atividade de melhoria, como o conserto de um brinquedo, pintura, plantio, instalação de lixeira...

Para a divulgação não ficar só no virtual, envolva os comerciantes e frequentadores locais para que sejam multiplicadores, divulgando a programação dos encontros.

É bacana que a agenda de atividades seja aberta a todos que queiram fazer alguma ação no local.

A internet é um ambiente interessante para a troca de ideias, mas é melhor tomar decisões coletivas pessoalmente. Se há algum assunto a ser resolvido, marque uma conversa aberta e decidam com quem estiver presente. Tudo comunicado também online.

Documente cada momento da experiência. Tire fotos, escreva textos, sistematize o conhecimento. Tenha certeza de que o registro possa ser valioso para outras iniciativas.

A BATATA
PRECISA
DE VOCÊ

Veja mais na publicação *Como fazer Ocupações Regulares no Espaço Público* disponível para download gratuito em largodabatata.com.br ou acesse facebook.com/abatataprecisadevoce.

Figura 20: Poster produzido pelo A Batata Precisa de Você
Fonte: Agenda aberta do movimento.
<largodabatata.com.br>

Embora já finalizadas, essas pesquisas não foram disponibilizadas pela gestão Dória, apesar de inúmeros pedidos feitos pela população e organizações da sociedade civil. Infelizmente, é frequente que o valor processual de territórios temporários na cidade de São Paulo seja mais absorvido por seus habitantes do que pelos representantes do município.

Uma publicação dedicada exclusivamente ao tema, Espaços urbanos temporários, lançada na Suíça depois de uma vasta pesquisa, em 2006, lança uma luz sobre alguns aspectos interessantes. “A inclusão de metodologias de planejamento orientadas ao processo, como espaços temporários, pode trazer grandes vantagens em comparação a uma percepção rigidamente orientada”¹⁰⁴, diz a introdução do livro. Robert Temel, autor de um dos textos que integra a publicação, “O temporário na cidade”, escreve que o espaço temporário não seria apenas um lugar em que se poderia encontrar o tipo de participação reduzida que é frequente hoje em dia, na qual as partes afetadas estão envolvidas de forma consultiva, mas, sim, um local onde a sociedade pode assumir o controle, mesmo que por pouco tempo e com um âmbito de atividade restrito. O objetivo seria uma atitude do-it-yourself, em vez de esperar pelos planejadores. “A contribuição pode ser como instrumentos de planejamento *bottom-up*, ou de simples oposição, encontrando seu lugar como um projeto aleatório contrário ao planejamento tradicional, contribuindo assim para a complexidade da cidade. Em contraste com os *masterplans*, espaços urbanos temporários sempre permitem uma abordagem de tentativa e erro, oferecendo a oportunidade de aprender com os passos iniciais e, se necessário, retroceder um pouco e seguir um caminho diferente.”¹⁰⁵

A mudança de gestão municipal em janeiro de 2017 significou um desafio para o processo de apropriação do espaço iniciado pela população. A gestão do prefeito João Dória não se mostrou aberta ao diálogo, e muito menos valorizou o engajamento que já havia em relação à gestão comunitária do Largo. Pelo contrário, para demonstrar o poder soberano da nova administração frente à população, em setembro de 2017 foi retirado o parquinho infantil, resultado do BATATALAB, substituindo-o por um outro *playground*, dessa vez doado pela seguradora SulAmérica, implantado sem nenhum tipo de consulta popular.

A retirada do equipamento do Erê Lab gerou indignação nos seus usuários e também nos pioneiros urbanos do Largo da Batata. Foi criada a página do Facebook “Dória, pra que destruir nosso parquinho?” que atingiu, em poucas semanas, mais de mil seguidores, e também alavancou o assunto para a grande mídia. A retirada do parquinho reanimou até os pioneiros urbanos que andavam mais afastados das atividades da praça, gerando um mutirão de manutenção e limpeza no mobiliário comunitário e também no Largo em geral.

Esses foram preparativos para que, no mesmo mês, a nova gestão fizesse uma “inauguração” no Largo da Batata de um gigantesco mastro com a bandeira do Brasil — com 33 metros

104 TEMEL, Robert; HAYDN, Florian. Temporary Urban Spaces: Concepts for the Use of City Spaces. Basileia: Birkhauser, 2006, p. 20.

105 Ibidem, p. 58.

de altura (equivalente a um prédio de 10 andares) – em um evento onde foram distribuídas bandeirinhas do país, comemorando o símbolo nacional, o novo parquinho e as setenta árvores doadas e plantadas pelo Shopping Iguatemi. Não houve nenhuma consulta à população. Por ocasião do plantio, parte dos canteiros verdes manejados pelas “Batatas Jardineiras” foram arruinados — enquanto tramitava um termo de cooperação entre o grupo e a subprefeitura. Durante o evento, houve protestos por parte dos frequentadores do local. Também duas das 32 árvores sadias, plantadas pela população, foram removidas.

Polêmica também foi a atitude da gestão Dória em relação ao Carnaval. No ano de 2017, e também em 2018, a praça foi cercada com tapumes cegos e instalaram-se grandes estruturas da Skol – marca de cerveja da gigante Ambev e patrocinadora dessa festa no município —, desrespeitando, inclusive, a Lei Cidade Limpa, ao se exibir grandes imagens do logotipo da bebida.

Foi organizado um abaixo-assinado em que se solicitava maior diálogo em relação ao que acontece na praça e questionando as normas de segurança em relação aos grandes tapumes do Carnaval. O documento, entregue ao prefeito regional (nova denominação da gestão para os subprefeitos) e ao Secretário da Cultura, foi simplesmente ignorado.

Registre-se que a população continua atuando em melhorias do Largo, como, por exemplo, a manutenção constante dos jardins do Largo pelas “Batatas Jardineiras” e eventuais mutirões para manutenção do mobiliário comunitário restante.

Em maio de 2017, um grupo plantou uma “floresta de bolso”, com 350 árvores nativas da Mata Atlântica, flores e legumes, em um dos espaços ao lado da igreja, entre as ruas Padre Carvalho, Paes Leme e Butantã. O mesmo grupo, entre agosto e dezembro de 2017, recuperou outro espaço junto à igreja, dessa vez perto da rua Fernão Dias, e o transformou em uma praça de 1.000 m² com vegetação, bancos, calçadas e lixeiras, doando-a à subprefeitura. A manutenção de ambos os espaços é feita por voluntários.

Até o momento da entrega deste trabalho os pioneiros urbanos do “A Batata Precisa de Você” e, principalmente, as “Batatas Jardineiras”, junto com os integrantes do “Não Largue da Batata” — que continuaram fortalecendo a pressão da sociedade civil em âmbitos participativos formais na prefeitura —, além de subcoletivos de “batateiros” exercem o papel de mediação de conflitos da área, buscando colaborar para a liberdade de uso dos novos e antigos usuários do lugar, e para que nenhum retrocesso nessa construção coletiva ocorra.

Linha do Tempo

-
- 1995 — É instituída a Operação Urbana Faria Lima. Como reação é criado o Movimento Pinheiros Vivo, de resistência dos moradores às desapropriações propostas pelo traçado da Nova Faria Lima. O movimento conseguiu melhorar os “termos de troca” das desapropriações.
 - 2001 — Lançamento do Concurso Público Nacional — Reversão Urbana do Largo da Batata
 - 2002 — Selecionado o projeto do escritório do arquiteto Tito Livio Frascino para a Reversão Urbana do Largo da Batata.
 - 2004 — Adequação da Operação Urbana ao recém-aprovado Estatuto da Cidade, que passa a ser então Operação Urbana Consorciada Faria Lima (OUCFL).
 - 2007 — Início das obras de Reversão Urbana do Largo da Batata com previsão de término para 2010.
 - 2008 — Criação do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima.
 - 2010 — Inauguração do primeiro trecho da Linha 4 do Metrô da estação Faria Lima, localizada no Largo da Batata, à Paulista.
 - 2011 — Criação do Cades-Pinheiros Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz.
 - 2012 — Movimento dos Moradores de Pinheiros contra a Verticalização faz protestos contra as transformações recentes que vêm ocorrendo no bairro como um todo. Também levou suas reivindicações aos encontros de discussão do Novo Plano Diretor de São Paulo.
 - 2013 — Conclusão das obras em duas partes do Largo, exceto sua porção central e maior. A porção junto ao Mercado Municipal e a da igreja são consideradas concluídas.

Março – OCUPE A BATATA

Evento promovido por vários coletivos de São Paulo, que fez que durante um sábado o Largo recebesse diversas intervenções culturais na área próxima ao Mercado Municipal de Pinheiros.

Junho – “Jornadas de Junho”

Sequência de manifestações e protestos, de variadas pautas e reivindicações que ocorreram a partir de manifestações do Movimento Passe Livre contra o aumento da tarifa de ônibus, que trouxeram à tona conflitos urbanos e a luta pelo direito à cidade e à qualidade de seus serviços. O Largo foi em muitas ocasiões ponto de concentração dos protestos e de saída das passeatas.

Outubro – Aberta à população a parte maior do Largo da Batata, fase 2 das obras.

Um espaço árido e vazio, sem qualquer mobiliário urbano ou sombra, não correspondendo ao projeto original ganhador do concurso.

. Grupo Não Largue da Batata se reúne com SMDU

Na ocasião, o futuro do Largo da Batata foi discutido com base em um documento entregue com 10 pedidos da população, incluindo o de maior participação popular.

Novembro – Evento “Não Largue da Batata”

O grupo Não Largue da Batata promoveu um evento propondo várias atividades no Largo. Houve a construção do primeiro mobiliário urbano autoconstruído no espaço pelo Movimento Boa Praça: uma mesa de piquenique e vários bancos na porção do Largo próxima ao Mercado Municipal.

2014

Janeiro – A Batata Precisa de Você

O movimento A Batata Precisa de Você começou a ocupar a praça de maneira regular, promovendo encontros semanais, concentrando-se na área central do Largo, a princípio. O movimento deu suporte para outros grupos ocuparem a praça, incentivando que o Largo recebesse atividades culturais e de lazer em diversos dias e horários da semana. Nos meses seguintes, os canteiros do Largo começaram a ser cuidados pelas “Batatas Jardineiras” e mobiliário urbano autoconstruído foi produzido coletivamente durante alguns dos encontros. A ação da “faixa de pedestres performática” também ocorreu neste mês.

Abril-Junho – Cooperação entre cidadãos e prefeitura para levantamento de dados sobre o Largo da Batata.

Realização de atividades de cooperação entre SP Urbanismo, Subprefeitura de Pinheiros e moradores e frequentadores da região do Largo da Batata, organizadas pelo GT Largo da Batata montado pelo Cades - Pi, para levantamento de dados e mapeamentos no Largo da Batata e arredores. O levantamento foi realizado por 30 voluntários durante os 3 meses.

Junho – Primeiro mobiliário urbano formal da Batata

Bancos de metal e madeira, quatro, são doados por um pioneiro urbano, a subprefeitura tendo colaborado com a sua instalação. Nos meses seguintes, mais mobiliário foi feito por grupos da sociedade civil e doado para o Largo.

Primeira grande festa comunitária o Largo da Batata

A Batata Precisa de Você organizou de forma colaborativa, com mais de 100 voluntários, contando com o apoio de infraestrutura (coleta de lixo, segurança) da prefeitura, uma Festa Junina no Largo que teve a participação de mais de 2.500 pessoas e quadrilha com bicicletas.

Agosto – Inauguração do bicicletário no Largo da Batata, conquistado por meio de um abaixo assinado da população.

Outubro – A Batata Precisa de Você ganha o edital Redes e Ruas

O edital Redes e Ruas, de iniciativa da parceria entre as Secretarias Municipais de Cultura, Direitos Humanos e Cidadania e Serviços, viabilizou ferramentas de marcenaria, equipamentos de som, e outros equipamentos de apoio às atividades do movimento no Largo.

2015

Janeiro – Plantio e manutenção de 32 árvores em canteiros vazios por iniciativa de um cidadão, em canteiros ao lado da avenida Brigadeiro Faria Lima. 30 árvores permanecem no local.

Março – Inauguração da mesa de pingue-pongue de metal desenvolvida pelo PingPoint. O protótipo e sua implantação, iniciativa do Ping Point, foram realizados com recursos de financiamento coletivo. A autorização para instalação no Largo e aprovação do projeto tramitaram por cerca de seis meses na subprefeitura até que sua implantação foi autorizada.

Abril – Pintura de faixa de pedestres, colorida, entre dois trechos do Largo da Batata. A “Batatafaixa” foi apagada pela CET, o que gerou protestos repercutidos na mídia. Dois meses após, a CET oficializou com a sinalização habitual.

Maiο – A Associação A Cidade Precisa de Você é formada.

A associação é criada por alguns “batateiros” e se propõe ampliar a ação de apropriação dos espaços públicos. O seu primeiro projeto foi um concurso de mobiliário urbano para o Largo da Batata, o BATATALAB.

2015

Agosto – Os encontros do A Batata Precisa de Você deixam de ser semanais e acontecem mais espaçadamente. O Largo nesse ponto já conta com vários grupos o ocupando regularmente com suas atividades, funcionando como um centro cultural aberto e autogerido.

. As Batatas Jardineiras implantam 3 canteiros com técnicas de permacultura urbana. O Festival Tim Música na Rua colaborou financeiramente para implantar esses canteiros, então vazios, o que foi feito em mutirão no dia Festival, conduzido pelas Batatas Jardineiras. Também uma arquibancada foi construída no mesmo dia, pelos Batatas Construtoras. Os canteiros são mantidos até hoje pelas Batatas Jardineiras, sendo um deles removido em 2017.

Outubro-Dezembro – A Cidade Precisa de Você implanta os mobiliários vencedores do Concurso de Mobiliário Urbano para o Largo da Batata - BATATALAB. Patrocinados pelo IPIU Instituto de Pesquisa e Inovação em Urbanismo, os três mobiliários vencedores do concurso foram implantados no Largo e doados à subprefeitura. Esta posteriormente declarou-se sem recursos para sua manutenção, que passou a ser feita pontualmente por voluntários do A Cidade Precisa de Você e outros pioneiros urbanos.

Dezembro – Inauguração do Container da Bike Anjo no Largo da Batata. A ONG Bike Anjo propôs e teve sucesso em obter um Termo de Cooperação para instalar um container temporário na Batata como apoio às suas atividades de Escola de Bike Anjo oferecendo aulas gratuitas aos fins de semana.

2016

Agosto – Encontro de pioneiros urbanos com o prefeito Fernando Haddad. Representantes do A Batata Precisa de Você solicitam ao prefeito o encaminhamento da formalização da gestão compartilhada que já estava em curso informalmente no Largo, para que essa fosse mantida em uma próxima gestão municipal.

Agosto-Setembro – Implantação do mobiliário urbano no Largo da Batata pela SDMU. A “Fase 3” das obras do Largo é considerada próxima da sua conclusão. A SulAmérica Seguros doa serviços de zeladoria para colocar e retirar diariamente o mobiliário móvel do Largo.

2017

Janeiro – Mudança de gestão municipal: O novo prefeito municipal João Dória nomeia Paulo Mathias como prefeito regional de Pinheiros (correspondente ao denominado ‘subprefeito’ na gestão anterior).

Fevereiro – Prefeito Regional de Pinheiros, Mathias chama alguns cidadãos e movimentos envolvidos com o Largo para apresentar um novo projeto para o Largo, assinado pelo arquiteto Ruy Ohtake e sem participação popular no seu desenvolvimento. A maioria dos presentes na reunião na subprefeitura – assinando Participantes de Grupos Atuantes no Largo da Batata – mandaram uma carta ao subprefeito após a reunião reforçando a relevância de um processo participativo amplo e transparente em qualquer tipo de nova intervenção no Largo da Batata.

. Carnaval de grande escala no Largo da Batata. Membros do A Batata Precisa de Você iniciam um abaixo assinado requerendo diálogo e questionando os grandes tapumes que cercaram o Largo durante o evento e pré-evento, e também o não cumprimento da deliberação da CPPU por parte da Skol, que exibiu seu logotipo na roda gigante do evento. Sem resposta, após o carnaval registraram em carta a solicitação de maior participação nos processos do Largo. Também sem resposta.

Maio – Plantio da Floresta de Bolso. Pioneiros urbanos plantam uma floresta de bolso com 350 mudas de árvores nativas da Mata Atlântica e semeiam flores e legumes em uma área residual do Largo junto à rua Padre Carvalho. A população faz sua manutenção.

Julho – Suspensão do Cades

Na reunião de Julho de 2017 o presidente em exercício do Cades Pinheiros informou que os trabalhos deste Conselho acabariam ali (apesar da lei indicar que isso só poderia acontecer a partir de agosto). Durante praticamente todo o segundo semestre de 2017 a região de Pinheiros ficou sem Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz.

. Plantio de árvores nos canteiros da praça, doadas pelo Shopping Iguatemi. Nessa substituição, foram destruídos canteiros manejados pelas Batatas Jardineiras, que constava de Termo de Cooperação em tramitação da subprefeitura, e retiradas duas árvores saudáveis plantadas pela população. Com sistema de plantio inadequado para o espaço, as 70 árvores doadas pelo Shopping Iguatemi morreram todas e a substituição está em processo no início de 2018. Na ocasião, as Batatas Jardineiras pediram um encontro com a subprefeitura pedindo para agilizar e respeitar o Termo de Cooperação em trâmite, o que não se concretizou até o início de 2018.

Agosto-Dezembro — Plantio em uma área residual de 1.000m² originalmente parte do Largo de Pinheiros (entre a rua Padre Carvalho e rua Fernão Dias) com construção de calçadas e colocação de bancos. A “pracinha” é doada para a Prefeitura, no entanto sua manutenção é garantida por mutirões organizados pela população.

Setembro – Retirada do Parquinho infantil resultante do BATATALAB e sua substituição por um *playground* padrão, doado pela SulAmérica.

O ato gerou protestos entre os frequentadores e pioneiros urbanos ligados ao Largo. A comunidade se pronunciou com protestos presenciais e nas redes sociais por meio da página “Dória, pra que destruir nosso parquinho?”

. “Inauguração” do Largo da Batata pela Subprefeitura de Pinheiros.

Mathias faz um evento de “inauguração” do Largo da Batata, por ocasião de ditas melhorias no Largo: instalação de uma “árvore” para captação de energia solar e carregamento de celulares (que não funciona), o mobiliário urbano instalado pela SMDU, as árvores doadas pelo Shopping Iguatemi, brinquedos e equipamentos de exercícios, doados pela SulAmérica e nova iluminação. No evento, foi desfraldada uma bandeira nacional com 33 m de altura. Cercado por gradis, o evento provocou reação por parte dos pioneiros urbanos envolvidos com o Largo da Batata nos últimos anos. A ‘inauguração’ desconsiderou totalmente as melhorias implementadas pela sociedade civil.

Dezembro – nova eleição do Cades-Pi.

Apesar de terem sido eleitos conselheiros, a subprefeitura ainda não deu início às atividades do Cades Pinheiros até a finalização desse trabalho, fevereiro de 2018, causando indignação na população, que está se manifestando a respeito junto à subprefeitura e nas redes sociais.

2.2 Organização coletiva: um processo em aberto

O movimento de apropriação do espaço do Largo da Batata está em constante transformação, já que dele fazem parte diversas iniciativas, indivíduos e grupos. Os usuários da praça demonstram que querem a praça com liberdade, usos espontâneos, e diversa; a consolidação e continuidade do espaço como comum urbano. No entanto, o que provavelmente os aguarda no futuro serão mais obras para a implementação do projeto de interesse da iniciativa privada, sem nenhum tipo de consulta à população, já que o que pode ser visto no horizonte é inconstância na vontade política municipal e especulação imobiliária.

Porém, como escreveu Martí Peran sobre essas ‘práticas desobedientes’: “se o espaço público tradicional invocava uma espécie de pacto entre o interesse privado e o bem comum, a esfera pública contemporânea está infectada por tal multiplicidade de exclusões que a desobediência já não pode ser considerada alheia ao juízo do justo”¹⁰⁶. Transformar a cultura de uso desse espaço público com base na construção cotidiana de relações, se opondo a pressão pela “eventização” do território e da vida, é um ato de resistência. E o que vemos no caso do Largo da Batata e de tantos outros contemporâneos na cidade de São Paulo, é que sobre “ocupar e resistir”, o mais desafiador é resistir.

Território em disputa, o Largo da Batata é um exemplo da urgência de correspondência entre macro e micro políticas, entre macro e micro urbanismos, entre urbanismos táticos e urbanismos de *masterplan*. Com a recente mudança na gestão municipal e de postura do poder público em relação ao espaço público, muitas iniciativas cidadãs que se fortaleceram nos últimos anos na coprodução da cidade estão tendo suas conquistas ameaçadas. Apesar do contexto político negativo na cidade de São Paulo, a sociedade continua mobilizada na medida do possível. Há uma nítida contradição em curso.

106 PERAN, Martí (Dir.). *Post-it City: Occasional Urbanities*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, 2009, p. 45.

O QUE A BATATA AINDA QUER

Queremos que o Largo seja um espaço de uso público e de qualidade, de vitalidade e identificação cultural. Queremos ser reconhecidos como um espaço experimental metropolitano de exercício de autonomia cidadã, com regras próprias, com legislação que legitime seu caráter de terreno de teste. Neste momento, por exemplo, buscamos um método para consolidar a Batata como laboratório metropolitano de mobiliário urbano e, junto ao poder público, definir uma metodologia que transforme os mobiliários experimentais existentes – de caráter temporário, prototipados pelos Batateiros, testados e aprovados pela comunidade – em permanentes. Isso, mantendo sempre a característica da Batata de sempre gerar novo mobiliário experimental e continuar testando, prototipando e consolidando o que for testado e aprovado. A partir desse trabalho, estudos podem ser desenvolvidos para mobiliários em outro contexto, convertidos em uma aplicação de larga escala, replicados para outros espaços da cidade. Esperamos que novas experiências possam ser realizadas com o uso de diferentes metodologias, e, transformadas em novos casos bem-sucedidos, tornem-se acordos alternativos entre sociedade civil e outros atores do espaço urbano, até com a possibilidade de serem adotadas como novas políticas públicas.

Pensar na Batata é pensar em novos métodos de produzir o urbano a partir dos espaços públicos da cidade.

Ferramentas, ações e colaboração fomentam e abrem caminhos para um novo pensar urbano. Replicabilidade de táticas, conceitos e ferramentas são apenas alguns dos diversos aspectos que este lugar possui. Hoje a Batata representa união, uma alternativa à segregação no espaço disputado da metrópole contemporânea, uma nova forma de encarar a cidade e uma certeza de que, sim, é possível construir a cidade a várias mãos.

A BATATA PRECISA DE VOCÊ

“O que a Batata ainda quer”

Fonte: SOBRAL RODRIGUES, Laura; VINCINI, Lorena; KARPISCHEK, Tatiana (Eds.). *Ocupe Largo da Batata – Como fazer ocupações no espaço público – A Batata Precisa de Você*. p. 41

Disponível em: <<http://largodabatata.com.br/publicacao>>.

Último acesso em: 17 de setembro de 2015.

CAPÍTULO 3

Divergências, convergências e conclusões

Em termos gerais, o que motiva movimentos como o do Largo da Batata e outras iniciativas de urbanismo tático é o sentimento de indignação a respeito de como espaços públicos das cidades são administrados a favor de interesses privados, além da descrença de que decisões a respeito das cidades estão priorizando o uso destas pelos seus cidadãos e pelo interesse público, devido à ineficiência dos processos participativos existentes e à falta de transparência nos processos decisórios. Cidadãos encarando processos de injustiça espacial decidem agir diretamente, por não se sentirem incluídos ou participantes da produção das cidades em que vivem.

Especificamente no Brasil, soma-se a isso o sentimento de “ressaca”, como denomina Guilherme Wisnik a reação à reforma urbana que não foi feita nos anos Lula-Dilma. “Agora queremos ‘fazer cidade’ com as próprias mãos”.¹⁰⁷ O otimismo demonstrado com a criação do Estatuto da Cidade e do Ministério das Cidades, tendo como marco a perspectiva de reformas urbanas, não se confirmou. No entanto, durante esse período, a ampliação dos segmentos socioeconômicos inclusos no círculo do consumo — somada às manifestações de junho de 2013 e a ações urbanas que visavam o interesse coletivo — conferiram à pauta urbana um sentido de real urgência durante a gestão do prefeito Fernando Haddad na cidade de São Paulo (2013-2016).

Nesse contexto, mesmo que a atuação de muitos pioneiros urbanos no espaço público não tenha uma agenda política clara, o conjunto promove o acesso democrático a espaços públicos mais qualificados e a serviços básicos de infraestrutura, como o transporte coletivo. A atitude de muitos pioneiros urbanos ao se apropriarem dos espaços públicos (referida ao uso temporário desses espaços, e não à sua posse) tende a focar menos o horizonte canonicamente público do que a noção do “comum”, buscando construir coletivamente uma vida pública de forma mais horizontal e colaborativa.¹⁰⁸

Essa nova forma de “fazer cidade” tem prós e contras, e neste capítulo, alguns deles serão comentados. Certamente, os urbanismos táticos falham em ser a solução dos problemas urbanos criados pelo sistema capitalista vigente. No entanto, talvez a busca dessa solução única esteja fadada ao fracasso, já que a fé na existência de um sujeito transformador único vem se despedaçando nas últimas décadas, frente a seus resultados.

¹⁰⁷ WISNIK, GUILHERME. A cidade apropriada: O ativismo e o valor de uso do espaço público. *Folha de SP*. Caderno Ilustríssima. 15 de novembro de 2015.

¹⁰⁸ Ibidem.

Há limitações na escala de seu impacto, na especificidade de situações para as quais possa contribuir positivamente, e na capacidade de resistir a sua mercantilização. Mas, também, há avanços, que rascunham possibilidades de fortalecimento do frágil sistema democrático.

Dentro do contexto dessas novas práticas urbanas, constata-se a insuficiência das instâncias participativas existentes dentro da estrutura do Estado. Há espaço para a reflexão sobre o papel do urbanista e apresenta-se uma oportunidade para ir além da técnica e assumir uma postura politicamente ativa.

Nessa perspectiva, discussões atuais, como, por exemplo, em torno da possibilidade de construir ferramentas de diálogo entre diferentes maneiras de se praticar o urbanismo, são expostas nas considerações finais desta dissertação, bem como possíveis horizontes da discussão que norteou essa tese.

3.1 Construindo possibilidades

Assim como em São Paulo, em muitas metrópoles do mundo a propagação dos urbanismos táticos na apropriação temporária de espaços públicos (parques, ruas e praças) para transformá-los em comuns urbanos, pela democratização da cidade, ocorre em sincronia com a abstenção da responsabilidade pública pelo financiamento e pela gestão de infraestruturas públicas. Há críticos que defendem que táticas de apropriação de baixo custo, próprias do urbanismo DIY, inadvertidamente legitimam a retirada do poder público, que assim se abstém de suas reais responsabilidades.

Maroš Kriv e Tahl Kaminer¹⁰⁹ argumentam que as práticas e plataformas urbanas participativas contemporâneas tendem a ter dificuldades para combater a desigualdade social, às vezes até mesmo chegando a reforçá-la. De fato, os comuns urbanos temporários não têm se provado uma solução alternativa às dinâmicas do dito “empreendedorismo urbano”¹¹⁰, o modelo predominante de planejamento do último quartel do século XX e início do XXI, no qual os projetos urbanos são encabeçados por parcerias entre corporações privadas e poder público, voltados, no mais das vezes, à valorização do solo e acumulação de capitais¹¹¹.

Outra crítica frequente é referente à gentrificação que os espaços comuns urbanos temporários autogeridos, apesar de terem como intenção a promoção da diversidade social, muitas vezes

109 KRIVY, Maroš; KAMINER, Tahl Kaminer. Introduction: The Participatory Turn in Urbanism. In: *Footprint*, Vol. 7, nº. 2, 1, 20.10.2013, p. 1-6.

110 HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo urbano. In: _____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

111 CARLOS, Ana Fani A.; ALVAREZ, Isabel; VOLOCHKO, Danilo (Orgs.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.

têm sido utilizados nas estratégias de *marketing* das cidades, contribuindo para o aumento do valor do metro quadrado em torno desses espaços. Este tem sido um debate acalorado, já que essas críticas são, de fato, relevantes. Por outro lado há de se considerar que o caráter neutralizador do capitalismo não é algo novo ou restrito a essas iniciativas. Sabidamente, o que é crítico e transformador é gradualmente fagocitado pela lógica do capitalismo. A maneira como esses processos são retratados e manipulados é algo difícil de se enfrentar; porém, tendo em vista que toda ação coletiva entra para uma correlação de forças políticas e sociais, ser manipulado também tem o viés de disputar essas forças. A crítica da cooptação não parece considerar que a realidade é mais complexa e controversa que a visão maniqueísta, em que a busca pelo herói anticapitalista está inserida. O conflito é mais persistente e a correlação de forças é desfavorável. Nesse sentido, urbanismos “macro” e urbanismos “micro” estão no mesmo barco, os dois à mercê da lógica de mercado.

Essas críticas distanciadas das práticas urbanas criativas, pretensamente radicais, assumem que os pioneiros urbanos aspiram ser sujeitos revolucionários únicos, como se as microações tivessem que dar conta de transformar estruturalmente o capitalismo, sendo que o tático, o DIY, tem maior relação com o que é possível fazer aqui agora e com os recursos disponíveis, do que com a crença de se estar resolvendo todas as problemáticas capitalistas. Esses pioneiros urbanos estão mais preocupados em ser “revolucionários na medida do possível”, utilizando-se da mobilização de redes, com suas limitações e possibilidades, para criar situações de resistência e discussão.

A constituição dessas redes, a constituição de tecido social, é acumulação de cultura política, que possibilita a proposição de novos modelos de arranjos institucionais ao gerar experiência de politização pela cidadania ativa. Essas críticas estão equivocadas, na medida em que estão enraizadas em encarar as iniciativas e ações táticas como um fim em si, como se analisa um projeto executado, e não como processo social, parte de um percurso político coletivo e de um conjunto de várias outras iniciativas de objetivo transformador, plurais e igualmente válidas. A questão central não é categorizar o planejamento tradicional como desnecessário, mas, sim, questionar sobre quais bases ele está sendo aplicado, e também jogar uma luz sobre o fato de que se não houver cooperação entre macro e micro planejamento, a cidade produzida é alienada das necessidades reais dos territórios e não tem caráter democrático real.

Chamar a atenção para a relevância dos urbanismos táticos não tem a ver com a pregação de uma fórmula pronta, mas da urgência do questionamento de qual é a sustentabilidade das múltiplas formas de resistência ao urbanismo neoliberal global, que toma os estados locais como parceiros-fantoches.

O artigo “Seria o ‘urbanismo tático’ uma alternativa ao urbanismo neoliberal?”, de Neil Brenner¹¹², é um dos textos que sugere que o microurbanismo pretende transformar toda uma ordem estabelecida por si só, o que pode ser bastante descolado da realidade, já que grande parte dos pioneiros espaciais tem engajamentos políticos múltiplos e acha legítima a existência do Estado. O que Brenner diz que falta no urbanismo tático é exatamente o que, muitas vezes, esse urbanismo tem como característica central: a militância por novos espaços dentro da estrutura do poder público. “A busca por urbanismos alternativos exige a criação não só de novos espaços urbanos, mas de novos espaços de Estado, também”.

Os pioneiros urbanos tanto provocam as estruturas estatais descortinando suas falhas e incentivando a sua reinvenção, como também cooperam com ele ao militar por canais de diálogo efetivos e transparentes entre Estado e população. As atividades locais geram conteúdo prático e aprendizados que transbordam o território micro em instâncias diversas, mais ou menos institucionais, que envolvem várias escalas. Por exemplo, dessa postura de cidadania ativa podemos constatar o engajamento de jovens ativistas em movimentos municipalistas, que têm como objetivo disputar as eleições e transformar o Estado, colocar as regras vigentes em xeque, rediscutindo essas regras. Isso evidencia a consciência dos limites dos urbanismos táticos, o entendimento de que, para além das valiosas ações locais, o planejamento que é macro em escala e tempo tem um papel essencial na garantia, por exemplo, da rede de infraestrutura da cidade, no que se refere ao fornecimento de energia, rede de água, esgoto, habitação, transporte, educação, saúde, etc.

Outro texto que se posiciona de modo a afirmar que o papel dos urbanismos táticos tem sido colaborar com o “atual estágio do desenvolvimento capitalista das cidades” e categoriza a recepção da emergência desse urbanismo tático como “eufórica” é “Urbanismo tático, estágio avançado do urbanismo neoliberal”¹¹³, de Gabriel Kogan. Nesse texto, os urbanismos táticos são apresentados como tendo a intenção de ser a alternativa da inviabilidade do Estado em gerir seus serviços e bens, sendo, portanto, o suprassumo do neoliberalismo materializado em produção descentralizada da cidade. Essa afirmação categórica comprova sua distância do assunto debatido e consequente ignorância a respeito dos processos avaliados.

Soma-se a isso o fato de que textos como o de Kogan são fortemente influenciados pelo que Dennis R. Judd descreve como prática comum dos estudiosos de cidades: a interpretação de “que a cidade está sempre indo para o inferno, e que as mudanças em curso (quaisquer que

112 BRENNER, NEIL. Seria o ‘urbanismo tático’ uma alternativa ao urbanismo neoliberal? *@metropolis Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*, n. 27, ano 7, dez. 2016. Disponível em: <<http://emetropolis.net/artigo/201?name=seria-o-urbanismo-tatico-uma-alternativa-ao-urbanismo-neoliberal>>. Último acesso em 20 de janeiro de 2018.

113 KOGAN, Gabriel. Urbanismo tático, estágio avançado do urbanismo neoliberal. *cosmopista*, 22 de março de 2016. Disponível em: <<https://cosmopista.com/2016/03/22/urbanismo-tatico-estagio-avancado-do-urbanismo-neoliberal/>>. Último acesso em 20 de janeiro de 2018.

sejam) só estão piorando a situação”. No seu artigo “Everything is Always Going to Hell: Urban Scholars as End-Times Prophets”¹¹⁴, Judd discorre sobre a tendência dos estudiosos de cidades à hipérbole e ao *noir*. Dentre outros equívocos do texto de Kogan, um que chama especial atenção é a colocação da reivindicação do espaço público como tema desimportante frente à luta pela moradia, essa sim “de primeiríssima necessidade”.

Junto de outros movimentos sociais com pautas como o direito à cidade ou à mobilidade urbana, os movimentos sociais por moradia, que ocorreram nos últimos anos, não são restritivos, mas, sim, positivos. A mobilização popular por moradia sozinha — o Brasil tendo movimentos, em sua maioria, surgidos e fortalecidos nos anos 1980 e tendo como pano de fundo o sonho da casa própria — teve vitórias importantes, porém também alcançou resultados como o “Minha Casa, Minha Vida”, que ofertam moradia, mas não cidade.¹¹⁵ A discussão atual é sobre a cidade inteira e não segmentada, incluindo espaços públicos, circulação, moradia, paisagem. A cidade só tem a ganhar com a ampliação do debate e a complementaridade das pautas, uma tendo o potencial de alimentar a outra.

Ainda que as ações concretas de urbanismo tático e resistência a projetos de privatização de espaços de interesse público promovidas por pioneiros urbanos sejam pontuais e insuficientes diante da escala e complexidade das grandes capitais brasileiras, são formadoras de uma nova e importante consciência cidadã. Essa nova forma de fazer política indica uma mudança crucial no modo de se relacionar com a cidade, migrando da valorização da medida de posse para uma noção de uso da cidade, e, ao mesmo tempo que ativam o imaginário coletivo sobre como a cidade pode ser transformada, também pressionam o poder público para cumprir com o seu papel de representante do povo.

Exemplo de como as ações de urbanismos táticos no Largo da Batata, por sua vez, contribuíram para uma melhor entrega por parte do poder público, ao invés de tentar substituí-lo ou enfraquecê-lo, é o processo pelo qual o mobiliário urbano foi implantado na praça. O diálogo com a população foi mais amplo e intenso, tanto no seu processo como no seu resultado, o mobiliário.

114 JUDD, Dennis. Everything is Always Going to Hell: Urban Scholars as End-Times Prophets. *Urban Affairs Review* 41:119, 2005, p. 1125. DOI: 10.1177/1078087405280197 /.Disponível em: <<http://uar.sagepub.com/content/41/2/119>>. Último acesso em 20 de janeiro de 2018.

115 ARANTES, Pedro; FIX, Mariana. ‘Minha Casa, Minha Vida’, o pacote habitacional de Lula. *Correio da Cidadania*, 30 de julho de 2009. <<http://www.correiocidadania.com.br/especiais/66-pacote-habitacional/3580-31-07-2009-minha-casa-minha-vida-o-pacote-habitacional-de-lula>>. Último acesso em 20 de janeiro de 2018.

3.2 Mobiliário urbano e participação no Largo da Batata

O Largo da Batata foi entregue à população em 2013, sem qualquer mobiliário urbano. Não havia previsão do que e quando seria instalado. Cicloativistas e outros cidadãos organizaram um abaixo-assinado, solicitando um bicicletário na praça, entregue para a prefeitura. O pedido foi atendido e o bicicletário foi inaugurado em agosto 2014.

Um canal de diálogo importante entre o poder público e a sociedade civil durante esse período, ainda que de caráter consultivo, foi o Cades-Pi – Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Pinheiros –, órgão participativo que tem o objetivo de engajar a população, por meio de seus representantes, na discussão e formulação de propostas socioambientais junto à subprefeitura. Constituído de forma bipartite, 50% de seus componentes são eleitos pela sociedade civil e 50% por representantes do poder público, o mandato dos conselheiros é de dois anos, cabendo duas reconduções por igual período. As reuniões são abertas à sociedade civil. Em dezembro de 2013, o grupo “Não Largue da Batata”, composto por cidadãos e representantes do Cades-Pi que estavam acompanhando a situação e planos para o Largo, pediu e realizou uma reunião com a SMDU, ocasião em que o futuro do Largo da Batata foi discutido com base em um documento entregue com dez pedidos da população, incluindo os de maior participação popular. Na ocasião, o grupo foi informado de que não havia previsão para a instalação de nenhum mobiliário urbano, mas que o que fosse instalado seria discutido com a população.

Em novembro de 2013, o grupo “Não Largue da Batata” promoveu um evento propondo várias atividades no Largo, dentre elas a construção de mobiliário para a praça. Nessa ocasião, o Largo ganhou seu primeiro mobiliário urbano, construído in loco pelo “Movimento Boa Praça”. No ano seguinte, entre as atividades regulares do “A Batata Precisa de Você”, além

Figura 21: Um dos primeiros encontros do A Batata Precisa de Você em que bancos para a praça foram construídos. 24 de abril de 2014.

Fonte: página do facebook do A Batata Precisa de Você
Disponível em: <www.facebook.com/abatataprecisadevoce>

dos participantes se encontrarem levando mobiliários móveis, a partir de abril mais mobiliário urbano começou a ser construído *in loco*. A praça se transformou, durante algumas noites, numa verdadeira marcenaria colaborativa a céu aberto.

A praça foi gradualmente ganhando mais mobiliário, construído pelos seus frequentadores. Também outros grupos e pessoas da cidade instalaram no Largo mobiliário urbano desenvolvido por eles, como poltronas de concreto, instalação de uma cúpula de guarda-chuvas iluminada, entre outros.

Bancos de metal e madeira foram formalmente doados à prefeitura em 20 de junho de 2014 e esta colaborou com sua instalação em quatro pontos da praça, que foram selecionados pelos pioneiros urbanos do local. Eles se tornaram o primeiro mobiliário urbano oficial do Largo da Batata.

Os pioneiros urbanos mobilizados em torno do Largo da Batata mantiveram aquecido durante todo o tempo o tema do mobiliário urbano, nos constantes diálogos com a subprefeitura e a SMDU. Em resposta, entre abril e dezembro de 2014 foram organizadas pela SMDU e pela Subprefeitura de Pinheiros reuniões para discussão sobre os mobiliários urbanos para o Largo da Batata, sendo uma delas em formato de workshop e no próprio Largo (as outras ocorreram na subprefeitura).

Em 2014, houve a instalação do bicicletário e também foi iniciada uma campanha de *crowdfunding* pela organização “PingPoint” para o Largo receber uma mesa de pingue-pongue metálica, de design próprio. A campanha foi bem-sucedida e atingiu sua meta em dezembro. Em março de 2015, a mesa foi instalada na praça.

Em 2015, por iniciativa de “batateiros” — autodenominação criada pelas pessoas da sociedade civil envolvidas com o Largo da Batata — “A Cidade Precisa de Você” desenvolveu, como seu primeiro projeto, o BATATALAB, um concurso aberto a arquitetos e também não arquitetos para o desenvolvimento de mobiliário urbano para a região, que levou em consideração a análise de uso do mobiliário urbano já existente na praça. O projeto foi financiado pelo IPIU – Instituto de Pesquisa e Inovação em Urbanismo – e desenvolvido, desde o seu princípio, junto com a prefeitura. Um dos selecionados, o Erê Lab, desenvolveu e doou, além do seu mobiliário selecionado dentro do tema “lúdico”, todo um parquinho infantil para a praça. Depois de instalados os móveis do BATATALAB, em dezembro de 2015, a prefeitura informou que não poderia se responsabilizar pela manutenção, como havia sido acordado inicialmente. O mobiliário, então, foi e ainda está sendo mantido com a ajuda dos frequentadores e voluntários ligados à praça, de maneira precária.

Figura 22: Mobiliário urbano “Rematéria” fruto do projeto BATATALAB.

Fonte: foto de George Simas.
Dezembro de 2015.

Ver: BATALAB. *A Cidade Press*. 2016
<<https://www.acidadeprecisa.org/publicaca-batatalab>>

Durante todo o primeiro semestre de 2015 a população pediu à subprefeitura, por e-mails e em reuniões, para que fosse apresentado à população o que estava sendo desenvolvido pela prefeitura em relação ao mobiliário urbano para o Largo da Batata, referente à Fase 3 da Operação Urbana Consorciada Faria Lima. Esses pedidos não foram atendidos.

Em julho de 2016, alguns dos pioneiros urbanos escreveram uma carta endereçada ao prefeito de São Paulo, solicitando atualizações sobre o que estava avançando na Fase 3, entregaram-na em um evento e, coincidência ou não, na sequência foi marcada na subprefeitura uma reunião sobre o assunto.

Nessa ocasião, foi apresentado o que estava sendo desenvolvido para o mobiliário urbano. De fato, o mobiliário desenvolvido estava alinhado com o resultado das reuniões e *workshops* realizados com a prefeitura, porém sua apresentação foi meramente informativa, não havendo espaço/tempo para nenhum ajuste ou questionamento. A implantação desse mobiliário teve início em setembro de 2016, sendo concluída em dezembro do mesmo ano. Por volta do mesmo período – setembro de 2016 – a Subprefeitura de Pinheiros fez um acordo com a seguradora SulAmérica, no qual se estabeleceu que esta doaria o serviço de zeladoria de mobiliário móvel do Largo da Batata — cadeiras de praia, mesas dobráveis e redes de descanso —, colocando-o diariamente à disposição do público e retirando-o no final da tarde. Para armazenagem desse mobiliário, foi instalado um *container* no Largo.

A sede da SulAmérica em São Paulo ocupa um dos grandes prédios envidraçados erguidos no perímetro do Largo da Batata, conforme o plano de transformação do lugar em um centro corporativo e financeiro. Isso evidencia que a estética da ocupação da praça foi apropriada pelo poder público e pela marca, alinhando-se também com o programa “Centro Aberto”, o que não se aplicaria ao Largo da Batata, uma vez ele já se encontrava bastante ativado. Não houve diálogo com a população a fim de discutir o escopo do apoio da iniciativa privada no Largo, portanto não resultou em apoio para as atividades comunitárias de manutenção e/ou de consolidação de iniciativas já existentes. Nesse caso, pode se entender que não se tratava de apoiar melhorias para a praça, mas, sim, uma ação de cunho exclusivamente estratégico para a marca.

Em setembro de 2017, já na gestão do prefeito João Dória, sem aviso prévio à população, foi determinada a retirada do parquinho infantil do Erê Lab, tendo como justificativa a sua falta de manutenção. Ele, de fato, estava sujo, porém não havia nada que não pudesse ser arrumado facilmente. No entanto, o prefeito e o prefeito regional insistiram na sua retirada, causando revolta nos pioneiros urbanos ligados à praça, nos seus usuários e também em diversos membros da sociedade civil. Um novo *playground*, convencional e menor, foi instalado no local doado pela SulAmérica. Incompreensivelmente, não foi aventada a possibilidade da empresa vir a apoiar a manutenção do parquinho já existente, de iniciativa cidadã.

Como resistência a esse processo de “limpeza” e desincentivo de iniciativas comunitárias do Largo, o mobiliário “Rematéria”, o remanescente dos três mobiliários selecionados pelo BATATALAB, ganhou um mutirão emergencial, onde muitas pessoas da sociedade civil se mobilizaram para sua limpeza e manutenção. Esse móvel permanece na praça e sua manutenção continua sendo voluntária, realizada pela sociedade civil.

Em setembro de 2017, o prefeito João Dória inaugurou um enorme mastro para hastear uma grande bandeira do Brasil no Largo. De acordo com o Prefeito, foi para promover o amor pelo Brasil e “retirar o Largo da Batata da mão dos petistas”. A inauguração da bandeira foi acompanhada de um protesto por parte dos pioneiros urbanos, questionando a assim divulgada “inauguração do Largo da Batata”, uma vez que todas as iniciativas da população estavam sendo atropeladas pela nova gestão pouco tempo depois de sua posse.

Essa sequência de acontecimentos deixa evidente que o papel de apropriação da praça por parte da população e sua iniciativa de usá-la com regularidade, fomentando e organizando atividades, foi central para que, em certos momentos, a participação da sociedade civil fosse mais ampla e efetiva no que diz respeito às decisões tomadas em relação ao Largo da Batata e região. As práticas urbanas criativas não só demonstraram força em amplificar a voz da população, como, nesse caso, ampliaram seu espectro de participação política para além das instâncias formais.

O engajamento da população em torno do uso e qualificação do Largo da Batata, em relação ao mobiliário urbano, apresentou os seguintes resultados:

- a construção coletiva do mobiliário na praça gera um trabalho horizontalizado que aproxima os envolvidos na atividade e cria uma rede de pessoas para debater sobre o tema e até para a própria zeladoria do mobiliário;
- o mobiliário autoconstruído respondeu à urgência dos frequentadores poderem ficar na praça, e durante mais de dois anos serviu de subsídio para que eles tivessem mais clareza do que queriam para esse espaço público e qual o mobiliário permanente poderia ser lá instalado;

- o engajamento local incentivou o comprometimento de vários frequentadores da praça em acompanhar as decisões macropolíticas sobre o local, cobrando maior participação e transparência do poder público.

A mudança de gestão da prefeitura — que, por sua vez, não possui uma metodologia de transição para ações de participação civil, nem tem disponíveis dispositivos e tecnologias de inclusão da população nos processos — traduz-se na inabilidade do Estado em pactuar com a população em vários sentidos, como, por exemplo, no exposto neste relato — a questão do mobiliário urbano.

É relevante observar que o aspecto em questão é o mobiliário urbano, elemento que, junto com a arborização e a jardinagem, permite que as pessoas habitem e utilizem efetivamente a praça. A organização a partir de algo que pode ser visto como “micro”, como o mobiliário urbano de uma praça, é também a defesa de um direito “macro”, que é o dos frequentadores desse local poderem estar e viver nos espaços públicos da cidade, construindo a esfera pública em conjunto, no dia a dia. Tornam-se, assim, um meio para permitir que a vida urbana aconteça ou que, ao contrário, promova a sua ausência.

3.3 Maneiras de participar na produção da cidade

Na sua maioria, os processos participativos conduzidos pelo poder público dentro da burocracia vigente não têm poder deliberativo, tampouco são transparentes. Entre os anos de 2013 e 2017, durante os quais acompanhei de perto as metodologias participativas propostas pelo poder público em relação ao Largo da Batata, pude observar que houve um esforço da gestão municipal para a dinamização de alguns processos. Porém, a burocracia engessante e o modo tradicional de conduzir esses processos fizeram com que não se alterasse o fato de que a população exerceu um papel apenas consultivo e não teve clareza de como as decisões a respeito dos espaços públicos da região foram e continuam sendo tomadas. Parte dos servidores públicos comprometidos dedicaram-se para que alguns processos — como o da definição do mobiliário urbano instalado pela prefeitura no Largo da Batata — fossem mais participativos, porém, estruturalmente, a atitude foi de consulta à população, e não de colaboração efetiva entre o poder público e a sociedade civil.

Existe um modelo de participação popular que foi conquistado no período pós-ditadura no Brasil, que é o consultivo, o de ouvir a população. Para a época, esse modelo foi um avanço; porém, é o modelo praticado até hoje, sem muitas evoluções. Atualmente faria muito mais sentido, em temas urbanos, a participação deliberativa da sociedade civil, certamente (e ao menos) na escala local, o que denotaria o avanço na construção de uma consciência política e de cidadania. Mais do que isso, urge uma relação de cocriação da cidade, de cooperação

mútua para o desenvolvimento e a realização de objetivos comuns, entre Estado e sociedade civil.

O processo de negociação e pactuação de novos usos do espaço, no caso do Largo da Batata, aconteceu gradualmente. O uso da praça como local de encontro e para intervenções e atividades culturais começou a ser feito por poucas pessoas, pontualmente, e logo se tornou mais intenso em horários e dias variados. Uma máxima que pode ser escutada frequentemente no meio ativista é “melhor pedir ‘desculpas’ do que ‘por favor’”. Ela demonstra a dificuldade que há em se negociar o uso do espaço antes que ele, de fato, ocorra. Uma vez que um ou mais grupos estão ocupando e utilizando o espaço, torna-se mais fácil ter voz na negociação dos usos entre os grupos, com o poder público e outros agentes urbanos. Há de se considerar que os pioneiros urbanos, no caso do Largo da Batata, eram, principalmente, moradores da região, em sua maioria de classe média alta e com grau universitário. Muitos dos movimentos de urbanismos táticos que obtêm maior divulgação têm esse perfil de pessoas no seu centro, e isso ocorre por diversos motivos. Dentre eles, porque esse grupo de pessoas, em geral, têm mais tempo para se engajar em causas e mais consciência de seus direitos em relação à cidade. Soma-se a isso as redes de influência e o viés positivo da cobertura midiática sobre causas levadas por esse perfil de pessoas em localidades centrais, que faz com que violência policial não seja uma das principais preocupações. Também a negociação com o poder público e outros atores urbanos territoriais é mais facilmente articulada. Embora haja diversos projetos que se encaixam na definição dos urbanismos táticos presentes nas bordas das cidades ou geridos por cidadãos menos privilegiados, esses projetos, muitas vezes, são invisibilizados ou mesmo criminalizados.

Há diversas formas da população participar no dia a dia da cidade, além de frequentar conselhos. Muitas dessas formas, geralmente, não são consideradas válidas. São diferentes as metodologias participativas e práticas socioespaciais que legitimam os processos de decisão e produção *bottom-up* nos urbanismos táticos: construção coletiva de protótipos 1:1; debates virtuais; diálogos in loco; organização de atividades coletivas, que se diferenciam do urbanismo tradicional (reconhecido como *top-down*); pela ação direta e horizontalidade nos diálogos.

O engajamento das pessoas em práticas socioespaciais de microescala em espaços públicos tende a ser maior do que os canais participativos formais existentes na cidade. Enquanto nas redes sociais — por exemplo, na página do Facebook do “A Batata Precisa de Você” — mais de 12 mil pessoas seguem os acontecimentos do Largo, discutindo, opinando e organizando ações, são raras as reuniões ou discussões virtuais conduzidas pela Subprefeitura de Pinheiros (hoje Prefeitura Regional) que ultrapassem 40 pessoas. Outras instâncias administrativas da cidade, como a maioria das Secretarias Municipais, têm suas atividades ainda mais distantes da população paulistana, como é o caso da SP Obras, por exemplo.

3.4 A postura e a prática do urbanista

O que essas experiências têm de arejado para contribuir para a discussão proposta, com seus valores e limitações? E o que o urbanista pode aprender com isso?

Há no urbanismo, hoje, um conflito temporal entre o planejar e a ação direta: existem urgências de dimensão política que o planejamento urbano tradicional não dá conta e nas quais o urbanista também pode ter um papel importante.

As práticas urbanas criativas são uma ferramenta de engajamento político, fortalecendo e diversificando a participação popular nas decisões sobre a cidade, provendo, também, um ambiente de aprendizado sobre práticas democráticas possíveis.

Não é da competência do poder público iniciá-las, porém apoiá-las e acompanhar seu desenvolvimento, também compartilhando a zeladoria do local com seus frequentadores; colabora para que as decisões sobre o território sejam mais democráticas, o que favorece a vitalidade urbana. O urbanista, nesses processos, pode utilizar seu conhecimento técnico e exercer um papel importante de mediação entre os atores urbanos do território, ampliando o vocabulário de possibilidades espaciais e assumindo um papel político em seu trabalho de articulação, comprometendo-se com uma cidade construída pelos e para seus habitantes, de acordo com as necessidades e usos reais — e não apenas com as suposições que saem dos gabinetes onde ela é planejada. Para capacitar os habitantes urbanos a contribuírem na criação de uma autêntica esfera pública urbana, é preciso que, além da sua face meramente técnica, ao elaborar propostas espaciais ou outras dimensões da reprodução social, repense-se como atender às necessidades sociais, transformando e até mesmo substituindo as instituições básicas e privadas — da propriedade, do investimento imobiliário orientado para o lucro, dos mercados de terras urbanas e da burocracia municipal.

No que diz respeito a tecnologias de participação, essas práticas urbanas criativas apresentam diversas maneiras de presença dos cidadãos na produção da cidade, por vezes mais abrangentes e efetivas do que as esferas oficiais de participação. Atuar de múltiplas maneiras no dia a dia na cidade com a consciência política dessa participação também contribui para que esses espaços de diálogo já estabelecidos por vezes sejam pressionados para que novos formatos sejam testados e para que exista transparência nesse processo, já que os métodos de participação utilizados nessas iniciativas geram conhecimento coletivo que é útil para repensar os métodos participativos tradicionais, e levantam questões como: com quem estes métodos oficiais e tradicionais dialogam? Qual sua abrangência? Quem tem voz neles? Quais os horários e formatos estabelecidos para essa participação? Qual o resultado dela nessas instâncias?

Experimentar passar da divisão do trabalho entre decisórios e executantes, clássico *modus operandi* capitalista, para um regime de produção da vida mais horizontal, onde todos são sujeitos ativos, testando modelos de autogestão, estabelece uma correlação entre as tentativas desses urbanismos táticos com algo da produção de Sérgio Ferro. São raciocínios homólogos para escalas distintas: o primeiro na produção arquitetônica e o segundo na produção do urbano. O canteiro é a cidade, e a cidade é o canteiro.

É possível ver a conexão entre a ideia que une “trabalho livre e poética”, e, reinterpretando em relação aos urbanismos táticos contemporâneos, falar de “gestão compartilhada e imaginário”. A ideia da criação da “não mercadoria” por meio da autoconstrução e da livre associação entre indivíduos, e a contradição entre desenho e canteiro dão abertura para pensarmos essas práticas urbanas criativas como parte do Canteiro Aberto do Urbanismo e como uma sua chamada aos urbanistas à reflexão sobre seu papel na sociedade.

[...] a construção de uma consciência avessa ao conformismo é a única capaz de tornar-se força motora de uma práxis consequente e fundamentada. O conhecimento da realidade do canteiro e da teoria crítica, ao invés de inibir, impulsiona a ação afirmativa de uma prática apoiada no entendimento da sociedade contemporânea e de suas contradições. Os arquitetos não conformistas, salvo em situações de toque de recolher, sempre procuram associar a tarefa da crítica à realização de ações experimentais.¹¹⁶

A pesquisa e a implementação experimental de metodologias alternativas de participação é algo em que os urbanistas podem se empenhar, se quiserem praticar sua profissão de maneira a contribuir com cidades mais democráticas e justas. Toda crítica, mesmo radical, que não conduz a uma prática modificadora, é um exercício acadêmico de pouco interesse, conforme Ferro.¹¹⁷

Além de pesquisar e mapear as metodologias de apropriação ao redor do mundo e as ferramentas de diálogo entre população e poder público, é necessário pensar na sua adaptação para a realidade local. O Brasil tem suas peculiaridades, e suas cidades também são bastante diferentes entre si. Trazer experiências internacionais ao invés de reconhecer nas práticas locais o que já acontece e valorizá-las é incorrer na mesma falha do urbanismo tradicional: aplicar o projeto não dialogando com a vida urbana do lugar. Por exemplo, o *hacking* — um dentre muitos termos e conceitos emprestados pelos urbanismos táticos da cultura digital — está bastante em voga para se referir ao ato característico dessas práticas criativas urbanas de improvisar as soluções para que, emergencialmente, se atenda a necessidades urgentes. Com o nome de “gambiarra” no Brasil, é elemento necessário dentro da sobrevivência da informalidade e da escassez de recursos para testar soluções com a construção de protótipos, sendo característico das periferias das grandes metrópoles como São Paulo.

116 ARANTES, Pedro. Apresentação. In: FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 30.

117 FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

Na lógica *open-source*, algumas destas iniciativas compartilham seus métodos e suas experiências em cartilhas, na Internet, para que outras pessoas se apropriem dessas tecnologias e, assim, copiem/remixem da melhor forma que puderem, seguindo uma tradição nascida no desenvolvimento de *software* de código aberto. “A informação quer ser livre” é uma frase atribuída a Stewart Brand que é central no ideário *hacker*”¹¹⁸. A partir do entendimento que na cultura digital manuais *how-to* são feitos para serem copiados e usados livremente, desenvolvidos em relações *peer-to-peer* e compartilhados por todos — tendo como resultado não entidades privadas, mas compartilhamentos autogerenciados —, a produção de bens comuns urbanos pode ser lida como parte de um movimento maior de *open-source commons-based peer production*, ou seja, uma forma de produção voltada para a distribuição mais equitativa de poder, conhecimento e meios de produção.

Essas práticas urbanas criativas não bebem apenas da cultura digital ou da troca de aprendizado entre grupos de pioneiros urbanos de metrópoles globais, mas também da leitura do saber informal da periferia do Sul global. A atenção aos processos de “desobediência tecnológica” que são naturalizados e fazem parte da cultura cotidiana de um país politicamente instável como o Brasil é tão importante quanto ter a consciência da inserção das grandes capitais no movimento global.

Este trabalho pretende que o conhecimento e os resultados compilados aqui, a partir da investigação dos saberes teóricos e práticos utilizados nas modificações do Largo da Batata, possam colaborar, ainda que de maneira incipiente, com próximos estudos e ações na mobilização civil, no planejamento urbano e na política, aumentando o vocabulário urbano de soluções orientadas a processos.

3.5 Perspectivas

Em aspectos gerais, processos como o do Largo da Batata, espaços públicos que foram apropriados pela população da cidade — com atividades, autoconstrução e jardinagem coletiva —, têm florescido com mais força nos últimos anos, não só em São Paulo, mas em outras grandes cidades brasileiras e do mundo.

No mesmo período, em Istambul, Nova Iorque, como também em várias outras grandes cidades mundiais, pôde-se observar a reivindicação de espaços como lugares por excelência da realização política contemporânea. Foram insurgências organizadas contra a globalização e o neoliberalismo, tanto na periferia de Paris, em 2005, por exemplo, como, depois, nas praças Syntagma (Atenas, 2010-11), Zuccotti (Nova Iorque, 2011), Tahir (Cairo, 2011),

¹¹⁸ DEAK, André. *Bibliografia de urbanismo open source*. Disponível em: <<http://outrosurbanismos.fau.usp.br/urbanismo-open-source/>>. Último acesso em: 27 de abril de 2017.

Porta do Sol (Madri, 2011), Gezi (Istambul, 2013) e em várias cidades do Brasil, em 2013. Também movimentos de apropriação e uso cotidiano desses espaços entendidos como comuns disseminaram-se pelo globo. Por exemplo, Berlim, desde a queda do muro, em 1989, tem sido palco de muitas iniciativas cidadãs de bastante autonomia na reconstrução da cidade e destaca-se, até hoje, como espaço de práticas urbanas criativas.

Um exemplo emblemático dessas práticas é o Tempelhof, que funcionou como um dos principais aeroportos de Berlim de 1928 até 2008. Uma vez que o poder público decidiu desativá-lo, ele tem sido usado para eventos e iniciativas cidadãs e, em 2010, reabriu oficialmente como parque: *Tempelhof Feld*. Desde então, o espaço foi ocupado por pioneiros urbanos e suas práticas; os iniciadores fazendo acordos de utilização de parcelas do espaço do parque com o poder público, contando com a mediação de coletivos de arquitetos, que desenvolveram um “conceito ativador” para o terreno do parque, tendo proposto para o lugar um processo de ativações e apropriações, com “terrenos de teste”, que permitem que o público expresse seus desejos para a área pelo uso temporário. Os planos do poder público para o Tempelhof eram de construir no terreno. A proposta de 2011 era edificar em 25% do terreno propriedades comerciais, uma biblioteca e unidades de habitação. Em maio de 2014 foi realizado um referendo e os berlinenses votaram em manter o Tempelhof como ele é hoje, não edificado. Esse resultado garantiu a preservação e o caráter único que tem o local devido a essas práticas socioespaciais *bottom-up*, intensificando o uso da sua ampla área por parte da população, com eventos, jardins comunitários, construções temporárias e outras iniciativas do gênero. Outro exemplo fica na Espanha, em Madri. Em 2010, a comunidade do bairro La Latina uniu-se para discutir os usos para um terreno inativo há anos e onde seria construído um equipamento público. Vizinhos e artistas locais uniram-se para ativar o espaço da maneira mais participativa possível, convertendo-o em um ponto de encontro dos moradores da região. Com uma quadra de basquete improvisada e muito utilizada, dentre outras atividades esportivas e de lazer, o local ganhou “parcialidade” e passou a sediar discussões sobre o uso do próprio espaço. Esses processos, em diversos aspectos, se assemelharam ao do Largo da Batata, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento do lugar como plataforma para a espontaneidade e para o improviso.

No Brasil, em diversas cidades, a população também tem se organizado, nos últimos anos, em movimentos de reivindicação do espaço público. O movimento “Ocupe Estelita”, no Recife, mobilizou-se para evitar que, em uma área histórica da cidade, fossem construídas diversas torres pela iniciativa privada. Em Belo Horizonte, a “Praia da Estação” é um movimento que, periodicamente, transforma uma das grandes praças centrais da cidade em uma “praia”. Em Porto Alegre, há a mobilização para a abertura do uso do Cais Mauá e a preservação do patrimônio do local, frente ao projeto que pretende construir torres comerciais e um shopping center no cais do porto.

Em São Paulo, vários movimentos, ainda que com características distintas entre si, igualmente se alinham com a pauta do direito à cidade e o uso democrático dos espaços públicos, como o “Parque Augusta sem Prédios”, que se organizou para que um terreno com mata atlântica, no centro de São Paulo, ficasse aberto para o uso das pessoas e não fossem construídas torres de escritórios no local. Da mesma forma, há o movimento para garantir o uso democrático da praça Roosevelt, e os mobilizados em torno do uso do elevado “Minhocão” como parque, ou pelo seu desmonte. Mais afastados da atenção da mídia há outros projetos de características similares, como o da Casa Rodante, na chamada “Cracolândia” e a Praça Chão de Giz, cuidada por Alexandre Martinez, que mora nas imediações da av. São João.

Atraindo menos a atenção da grande mídia, há muitos projetos de cuidado coletivo com espaços públicos e de reivindicação pelo seu uso na periferia da cidade. Alguns exemplos são espaços comunitários no Grajaú, como a Casa Ecoativa, e no Jardim Damasceno, na Brasilândia. Também na Brasilândia há a mobilização popular para que uma área verde da região seja transformada em parque.

Essas iniciativas, com suas diferenças e semelhanças, compartilham alguns desafios. Em vários casos, existem tentativas de passar de usos temporários para a gestão compartilhada, porém, na maioria das vezes, não se chegou a um modelo satisfatório para que os experimentos se tornem subsídios para o aperfeiçoamento da inteligência administrativa coletiva e democrática. Há cidades que avançaram no tema, como Berlim, que criou ferramentas que facilitam o diálogo e a gestão compartilhada dos espaços públicos comuns.

Também há a cidade de Bologna, na Itália, que desenvolveu a “Regulation On Collaboration Between Citizens And The City For The Care And Regeneration Of Urban Commons”¹¹⁹. Nela, os comuns urbanos são denominados como sendo “os bens tangíveis, intangíveis e digitais, que os cidadãos e a administração, através de procedimentos participativos e deliberativos, reconhecem ser necessários para o bem-estar individual e coletivo”¹²⁰.

Parece central, tanto para os pioneiros urbanos, agentes motores das práticas urbanas criativas, como para quem os critica ferrenhamente por suas ações não resolverem todas as questões urbanas atreladas ao sistema capitalista vigente, a questão: se e como essas práticas permitem formular políticas públicas, tanto para garantir sua sustentabilidade como para transformar a cidade em maior escala e período?

119 D'ANTONIO, Simone. How a regulation turned Bologna's civic pride into action. *Citiscopes*, 2015. Disponível em: <<http://citiscopes.org/story/2015/how-regulation-turned-bolognas-civic-pride-action>>. Último acesso em: 8 de dezembro de 2016.

120 “Regulation On Collaboration Between Citizens And The City For The Care And Regeneration Of Urban Commons”. Disponível em: <<http://www.comune.bologna.it/media/files/bolognaregulation.pdf>>. Último acesso em 13 de novembro de 2016.

“A questão do uso temporário transcende a si mesmo. É a antítese do desenvolvimento urbano monetário das cidades. Para colocá-lo de forma hiperbólica: a produção urbana feita pelo mercado financeiro baseia-se exclusivamente na organização do fluxos de dinheiro, completamente desvinculados de questões relativas ao uso do espaço urbano. Em oposição, o uso temporário é o desenvolvimento urbano sem meios financeiros que se baseia unicamente no uso do espaço urbano. Pode ser entendido como um exemplo particularmente marcante, o protótipo de uma nova prática urbana conceitualizada em termos mais universais.

Focando nos espaços públicos de São Paulo, podemos detectar vários dilemas no desenvolvimento desses espaços.

estruturas informais x comunicação oficial

As iniciativas e grupos de vizinhos são muitas vezes autoorganizados, sem hierarquias e sem padrões organizacionais formais. Para o município e a autoridade de planejamento, esse tipo de organização não formalizada parece ser um interlocutor difícil, especialmente em termos de comunicação. No pior dos casos, a administração se recusará a se comunicar com o grupo, se não houver um representante responsável.

construção x responsabilidade

A construção de mobiliário urbano é feita principalmente por processos coletivos, mão na massa, propostas por iniciativas decididas por processos participativos com os vizinhos. Não existe uma empresa oficial de construção que garanta a construção e a sua segurança. A implementação e uso desse mobiliário autoconstruído é mais ou menos em um limbo legal.

mudança política x desenvolvimento de movimento

Ainda não existe um direito legal ou um instrumento de planejamento para tornar os espaços públicos melhor utilizáveis através da adição de mobiliário urbano adicional. Portanto, esse tipo de desenvolvimento de espaços públicos depende fortemente da “boa vontade” do atual governo ou município da cidade.

Diante de problemas jurídicos e estruturais semelhantes em Berlim, a autoridade de planejamento decidiu implementar várias “agências de uso temporário”. A “agência” pode atuar dentro de um bairro, em relação a espaços públicos, ou estar diretamente ligada a projetos especiais de desenvolvimento urbano (por exemplo, o antigo aeroporto “Tempelhof”)

O “agente” trabalha no campo da comunicação, redes e financiamento. Em Berlim, várias agências compilam listas de espaços disponíveis e mediam entre proprietários, municípios e usuários temporários. Uma outra parte da agenda geral de revitalização das áreas vagas é que se inicie seus próprios projetos temporários e oferecer conselhos sobre todos os aspectos do uso temporário.

No caso de São Paulo, esse tipo de “agência” poderia assegurar a comunicação entre as autoridades públicas e as iniciativas comuns, supervisionar a construção de mobiliário, entender o enquadramento legal, etc. “(HUMANN, 2016)

HUMANN, Melanie. Apresentação no *Seminário Enquanto Isso: políticas públicas para espaços transitórios*, no Goethe-Institut São Paulo, em 17 de fevereiro de 2016 (tradução minha)

Neil Brenner diz sobre as iniciativas de urbanismo tático que ele considera mais interessantes:

Parte do seu apelo, do meu ponto de vista, é precisamente o fato de eles oferecerem um modelo de urbanismo tático que pode ser intensamente escalonado e convertido em um abrigo municipal ou metropolitano contra o modelo neoliberal. Inicialmente, oferecendo uma espécie de enclave protegido para uma população vulnerável, cada projeto deveria ser transformado em uma alternativa generalizável às formas específicas de mercantilização da habitação e de acumulação por desapropriação que sustentaram e exacerbaram o ‘crescimento desigual’ em suas respectivas megacidades. A meu ver, é esta tentativa reflexiva de conectar os métodos do urbanismo tático a um redesenho de duas localidades espaciais e instituições urbanas, o que torna as propostas dessas equipes efetivas como ferramentas.¹²¹

É possível uma gestão compartilhada dos espaços públicos comuns onde macro e micro urbanismos dialoguem? Quais negociações possibilitam que um espaço público da cidade seja caracterizado por ter seu uso espontâneo como protagonista; e para que protótipos de sucesso sejam encarados como aprendizado e, mais, haja um esforço para que sua experiência e impacto sejam ampliados para toda a cidade?

Há de se considerar que os fenômenos urbanos de que tratamos aqui dizem respeito ao presente imediato. Neste sentido, seus rumos estão em aberto.

Em São Paulo, em 13 de agosto de 2016, a prefeitura convidou alguns coletivos e ativistas urbanos para um encontro com o então prefeito Fernando Haddad, o Secretário de Cultura, o de Desenvolvimento Urbano e o de Direitos Humanos e Cidadania para escutá-los a respeito do que seria interessante para esses grupos no final da sua gestão atual e numa possível continuidade, em um novo mandato.

Nesse encontro, os coletivos de ocupação dos espaços públicos de São Paulo pediram que a pauta de gestão compartilhada estivesse no foco durante os meses finais do seu mandato, alinhados com o que Karin Bradley escreveu em “Open-Source Urbanism: Creating, Multiplying and Managing Urban Commons”: “grupos que operam usando táticas de código aberto não devem necessariamente ser interpretados como “anti-Estado”, mas sim como métodos benéficos e úteis para as autoridades públicas também”.¹²²

121 BRENNER, Neil. Seria o ‘urbanismo tático’ uma alternativa ao urbanismo neoliberal? *@metropolis Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*, n. 27, ano 7, dez. 2016. p.16

Disponível em: <<http://emetropolis.net/artigo/201?name=seria-o-urbanismo-tatico-uma-alternativa-ao-urbanismo-neoliberal>>. Último acesso em 20 de janeiro de 2018.

122 BRADLEY, Karin. Open-Source Urbanism: Creating, Multiplying and Managing Urban Commons. In: *Footprint Delft Architecture Theory Journal*, 16: 92. Disponível em: <<https://journals.open.tudelft.nl/index.php/footprint/article/download/901/1065>>. Último acesso em 3 de fevereiro de 2018.

Figura 23: Encontro do Prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad e Secretários de Cultura, Desenvolvimento Urbano e Direitos Humanos e Cidadania com coletivos e ativistas urbanos da cidade. 13 de agosto de 2016.

Fonte: fotografia de Laura Sobral

Durante a gestão Haddad, ainda que vários pioneiros urbanos tenham encontrado mais espaço para diálogo, foram poucos — porém existentes — os avanços estruturais em relação ao uso dos espaços públicos e processos de participação. Sendo assim, a maioria dos pioneiros urbanos que, durante essa gestão, consolidaram ações em toda a cidade, sofreram as medidas repressoras do governo Dória, que cessou o diálogo entre poder público e a sociedade civil, priorizando ainda mais, em sua agenda, o setor empresarial.

Apesar da atual gestão não se mostrar receptiva, em São Paulo identifica-se a vontade de cada vez mais grupos e pessoas para que ocorra a convergência e a cooperação entre micropolítica / microurbanismo e macrourbanismo / macropolítica, que se mostram um ponto fundamental para o desenho de um projeto organizacional do comum urbano. Trazer a ideia da cocriação e gestão do comum urbano junto a uma perspectiva de justiça espacial esclarece a tarefa que temos a nossa frente: a transformação da vida na cidade contemporânea, do Estado e das formas de governança ligadas à reprodução da lógica do capital, para que, em seu lugar, surja um ato de commonization da produção do espaço urbano e da vida cotidiana na cidade.

Em seu texto “O futuro não é mais o que era – Entre o trabalho e o labor: o devir aldeia das cidades”¹²³, Guilherme Wisnik diz que

[...] nessas cidades, em que movimentos que reclamam o uso dos espaços públicos fervilham, a agenda de discussão e contestação se afasta claramente do paradigma edificante do homo faber em direção a estratégias mais ágeis e temporárias de ocupação, reciclagem e apropriação dos espaços e serviços urbanos, bem como de gestão compartilhada desses bens situados na fronteira entre o público e o privado, progressivamente entendidos como “comuns” (commons). Cenário em que, do ponto de vista dos “tipos ideais”, o arquiteto e o operário tendem a ser eclipsados pelo advogado e pelo ativista, assim como o muro pela lei.¹²⁴

123 WISNIK, Guilherme. Entre o trabalho e o labor: o devir aldeia das cidades. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *Mutações: entre dois mundos*. São Paulo: Edições SESC, 2017.

124 Ibidem, p 470.

A pressão para a revisão da legislação por meio de processos participativos de alta intensidade, cocriados e transparentes — e também para a sua aplicação e fiscalização — é característica desse momento histórico, sendo vista como uma forma de proteção de possíveis retrocessos que a mudança de gestão municipal pode trazer, como está ocorrendo atualmente em São Paulo para que as conquistas permaneçam um ativo institucional.

3.6 Considerações finais

Essa dissertação partiu do interesse no envolvimento das pessoas em práticas socioespaciais em São Paulo nos últimos anos. Este envolvimento tem colaborado para a transformação da cidade a partir do uso dos seus espaços públicos, na medida em que uma nova cultura de uso vem sendo estabelecida. Os espaços públicos da cidade, antes reivindicados por alguns, hoje são destino de atividades de muitos paulistanos — o hábito de ir a uma praça fazer esporte, de encontrar com amigos nas ruas, de frequentar festivais de rua. São espaços públicos encarados como um bem comum, espaços de apropriação contínua e coletiva e de transformação por seus usuários. Os lugares que são transformados de espaços públicos para espaços públicos comuns privilegiam o “como fazer” e não “o que fazer”, e as práticas urbanas criativas são ferramentas de capacitação para os usuários do espaço urbano, permitindo ocupar e apropriar-se dele, continuamente transformando-o e produzindo uma cidade diferente da que qualquer um poderia ter programado antecipadamente.

Mesmo agora sendo combatidas, as consequências do florescimento das iniciativas de cidadania ativa na cidade de São Paulo são possíveis de ser notadas. A contribuição desses espaços públicos comuns na reivindicação contemporânea pelo direito à cidade é, principalmente, propiciar o encontro de pessoas diferentes. Quando grupos distintos usam um mesmo espaço, é natural e saudável que emergjam conflitos. Esses conflitos levam à negociação sobre o uso do espaço, evidenciado o caráter político do ocupar espaços públicos e contribuindo para a construção de uma cultura de uso e da esfera pública.

Também entre os urbanistas foi aquecido o debate — e ainda persiste — sobre a urgência de uma revisão metodológica, questionando qual é, hoje, a dimensão política da prática do urbanismo, no que os urbanistas contribuem ou não para a produção de uma cidade democrática e socioespacialmente justa.

Estudar as práticas socioespaciais que constituem o processo de transformação de espaços públicos a espaços públicos comuns promove uma melhor compreensão do processo urbano atual, em que os cidadãos agem sobre o território buscando, em nome do direito à cidade, protagonismo na produção da urbe.

A produção de comuns urbanos pode ser entendida como parte de um movimento mais amplo de urbanismos táticos, uma forma de produção voltada para uma distribuição mais equitativa do poder, do conhecimento e dos meios de produção, tendo em comum, como eixo central, a questão política. Para concluir de forma inconclusa este texto, abrindo-o para novas perguntas, exponho alguns questionamentos que devem ser investigados com mais profundidade em possíveis desdobramentos deste trabalho: quão duradouros são esses comuns urbanos? Quem se beneficia deles? Quem/o que pode ser marginalizado como consequência? E até que ponto essas práticas comuns podem chegar em termos de transformar estruturas sociais maiores?

Anteriormente a esses questionamentos em aberto e suas possíveis decorrências, o que parece antagonizar as opiniões sobre os urbanismos táticos é a leitura de como eles se posicionam frente ao atual descrédito do poder representativo do Estado: eles propõem uma ruptura ou a continuidade? Essa parece ser a pergunta fundamental.

Não me parece que a resposta possa ser binária. A disputa política e ideológica de como fazer cidade se insere em um cenário complexo, onde a reforma não mais é necessariamente o prelúdio da revolução. Assim como Hardt e Negri, o que observo é a frequência com que a divisão, o limite entre uma coisa e outra, tende a se romper. “Não há um único caminho em linha reta para mudar o mundo, mas muitos caminhos tortuosos e espinhosos, ao longo dos quais devemos constantemente tentar encontrar nosso caminho”¹²⁵, escreveram os autores. A questão não é tomar ou não o poder, mas o que acontece em seguida. Como imaginários individuais tornam-se um imaginário coletivo, e como esse imaginário se relaciona com a sua *práxis*.

Partindo desse ponto, um dos principais desafios a serem enfrentados é a construção coletiva de modelos viáveis e justos de projetos organizacionais de impacto amplo ou escalável. Para tal, os temas de modos de participação e regulamentações que permitem e incentivem a gestão coletiva e compartilhada são centrais nas atuais e próximas investigações de acadêmicos e de todos os que se propõem a ser agentes dessa mudança de paradigma, investigando quais as possíveis cooperações entre população e poder público e que ferramentas e metodologias permitem o exercício do diálogo. Os próximos passos que vislumbro a perseguir são em busca de uma linguagem comum, o desenvolvimento de uma cultura do uso público e comum, assim contribuindo para a construção de uma esfera pública.

¹²⁵ HARVEY, David; NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. An exchange on commonwealth. *Artforum*. nov., 2009, p.215.

BIBLIOGRAFIA

- AN ARCHITEKTUR. On the Commons: A Public Interview with Massimo De Angelis and Stavros Stavrides. *E-Flux*, Journal #17, New York, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.e-flux.com/journal/on-the-commons-a-public-interview-with-massimo-de-angelis-and-stavros-stavrides/>>. Último acesso em: 16 de julho de 2015.
- ANDREOTTI, Libero. *Le grand jeu à venir, textes situationnistes*. Paris: Editions de La Villette, 2008.
- ARANTES, Otilia; MARICATO, Erminia; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARANTES, Pedro; FIX, Mariana. 'Minha Casa, Minha Vida', o pacote habitacional de Lula. *Correio da Cidadania*, 30 de julho de 2009. <<http://www.correiocidadania.com.br/especiais/66-pacote-habitacional/3580-31-07-2009-minha-casa-minha-vida-o-pacote-habitacional-de-lula>>. Último acesso em 20 de janeiro de 2018.
- AZEM, Imre. *Ekümenopolis: Ucu Olmayan Şehir*. Instambul, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=maEcPKBXV0M>>. Último acesso em 10 de junho de 2016.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- BIJARI. Ação Galinha #1, 2001. Disponível em: <<http://www.bijari.com.br/galinha>>. Último acesso: 01 de janeiro de 2018.
- BURDETT, Richard; CRUZ, Teddy; HARVEY, David. *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*. In: GADANHO, Pedro (Ed.). New York: The Museum of Modern Art Moma, 2014.
- BRADLEY, Karin. Open-Source Urbanism: Creating, Multiplying and Managing Urban Commons. In: *Footprint Delft Architecture Theory Journal*, 16: 92. Disponível em: <<https://journals.open.tudelft.nl/index.php/footprint/article/download/901/1065>>. Último acesso em 3 de fevereiro de 2018.
- BRENNER, NEIL. Seria o 'urbanismo tático' uma alternativa ao urbanismo neoliberal? *@metropolis Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*, n. 27, ano 7, dez. 2016. Disponível em: <<http://emetropolis.net/artigo/201?name=seria-o-urbanismo-tatico-uma-alternativa-ao-urbanismo-neoliberal>>. Último acesso em 20 de janeiro de 2018.
- CALDEIRA, Daniel Ávila. *Largo da Batata: transformações e resistências*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Urbanismo e Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CARLOS, Ana Fani A.; ALVAREZ, Isabel; VOLOCHKO, Danilo (Orgs.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.
- _CARLOS, Ana Fani (Org.). *Crise urbana*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- _CARLOS, Ana Fani. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo, FFLCH, 2007.
- _CARLOS, Ana Fani. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. *GEOUSP (USP)*, v. 18, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/89588>>. Último acesso em 20 de fevereiro de 2018.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- CHASE, John; CRAWFORD, Margaret; JOHN, Kaliski. *Everyday Urbanism*. Nova York: The Monaceli Press, 2008.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1965, p.9.

COLOSSO, Paolo. *Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business*. São Paulo: ed. Annablume, 2017

D'ANTONIO, Simone. How a regulation turned Bologna's civic pride into action. *Citiscopes*, 2015. Disponível em: <<http://citiscopes.org/story/2015/how-regulation-turned-bolognas-civic-pride-action>>. Último acesso em: 8 de dezembro de 2016.

DAMIANI, Amélia. Conferência de abertura. *Seminário Internacional Cidades Rebeldes*. São Paulo, 9 de junho de 2015, Sesc Pinheiros. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ARJ4tmmz3CE>> Último acesso em 20 de junho de 2016.

DEAK, André. *Bibliografia de urbanismo open source*. Disponível em: <<http://outrosurbanismos.fau.usp.br/urbanismo-open-source/>>. Último acesso em: 27 de abril de 2017.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Cascais: Edições Antipáticas, 2005.

DELPRAT, Etienne (Org.). *Système DIY – 'Faire Soi-meme À L'ère Du 2.0'*. Paris: Éditions Gallimard, 2013. em 13 de novembro de 2016.

FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006

FIX, Mariana. Uma ponte para a especulação: ou a arte da renda na montagem de uma "cidade global". *Cad. CRH* [online]. 2009, vol.22, n.55

FRUGOLI, Heitor. CHIZZOLINI, Bianca. Relações entre etnografia face a face e imagens do google street view: uma pesquisa sobre usuários de crack nas ruas do centro de São Paulo. *gis – gesto, imagem e som – revista de antropologia* São Paulo, v. 2, n.1, maio (2017) Disponível em: <www.revistas.usp.br/gis/article/view/129197/129057>.

GALVANESE, Horácio Caligaris. História. *Museu da Pessoa*. 5 de julho de 2010. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/horacio-calligaris-galvanese-47264>>. Último acesso em: 17 de junho de 2016.

GEHL, Jan. *Cidade para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013

GROSSMAN, Vanessa. *Arquitetura e urbanismo Revisitados pela Internacional Situacionista*. São Paulo: Annablume, 2006.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã* apud ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

HARDT, Michael. *On The Right To The Common*. 16 de outubro de 2012. Franke Institute, University of Chicago, Chicago, Estados Unidos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=meZKqZMoCvs>> Último acesso em 25 de junho de 2016.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1980.

_HARVEY, David. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo urbano. In: _____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David; NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. An exchange on commonwealth. *Artforum*. nov., 2009

HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Vintage Books, 1961.

JAQUES, Paola (Org.). *Apologia da deriva* – Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003

JIMÉNEZ, Alberto Corsín. The right to infrastructure: a prototype for open source urbanism. *Environment and Planning D: Society and Space* 2014, volume 32, p. 342–362. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1068/d13077p>> Acesso em 15 de janeiro de 2017.

JUDD, Dennis. Everything is Always Going to Hell: Urban Scholars as End-Times Prophets. *Urban Affairs Review* 41:119, 2005, p. 1125. DOI: 10.1177/1078087405280197. Disponível em: <<http://uar.sagepub.com/content/41/2/119>>. Último acesso em 20 de janeiro de 2018.

KODALAK, Gökhan. *A Monstrous Alliance: Open Architecture and Common Space*. 2015. Disponível em <<http://bulletin.knob.nl/index.php/footprint/article/view/900>> Acesso em 15 de janeiro de 2017.

KOGAN, Gabriel. Urbanismo tático, estágio avançado do urbanismo neoliberal. *cosmopista*, 22 de março de 2016. Disponível em: <<https://cosmopista.com/2016/03/22/urbanismo-tatico-estagio-avancado-do-urbanismo-neoliberal/>>. Último acesso em 20 de janeiro de 2018.

KOOLHAAS, Rem. What Ever Happened to Urbanism. *S,M,L,XL*, OMA. New York: The Monicelli Press, 1995.

KRIVY, Maroš; KAMINER, Tahl Kaminer. Introduction: The Participatory Turn in Urbanism. In: *Footprint*, Vol. 7, nº. 2, 1, 20.10.2013

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2008

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1988,

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. *Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change*. Washington: Island, 2015.

MASCARENHAS, Luisa. Reconversão urbana do Largo da Batata: revalorização e novos conteúdos da centralidade de Pinheiros. Dissertação (Mestrado) – Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire*. Penguin Books, 2004.

OVERMEYER, Klaus; LAURINGER, Holger (Eds.). *Urban Pioneers – Berlin: Stadtentwicklung durch Zwischennutzung*. Temporary Use and Urban Development in Berlin. Berlin: Jovis Verlag, 2007

PERAN, Marti (Dir.). *Post-it City: Occasional Urbanities*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporanea de Barcelona, 2009.

PREFEITURA de São Paulo instala mobiliário urbano no Largo da Batata. *Archdaily*, 16 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/795142/prefeitura-de-sao-paulo-instala-mobiliario-urbano-no-largo-da-batata>>. Último acesso em: 20 de janeiro de 2018.

PROBLEMAS demais para um Largo só. *Gazeta de Pinheiros*, São Paulo, 19 de outubro de 1973.

QUEIROGA, Eugenio. *Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

REGULATION On Collaboration Between Citizens And The City For The Care And Regeneration Of Urban Commons. Disponível em: <<http://www.comune.bologna.it/media/files/bolognaregulation.pdf>>. Último acesso em 13 de novembro de 2016.

REVITALIZAÇÃO deve mudar perfil do comércio. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 6 de maio De 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/FfdnT>>. Último acesso em: 18 de junho de 2016.

ROSA, Marcos; WEILAND, Ute. *Handmade urbanism*. Berlin: Jovi, 2013.
_ROSA, Marcos. *Microplanejamento. Práticas Urbanas Criativas*. 2ª ed. São Paulo: Ed. de Cultura, 2011.

SOBRAL RODRIGUES, Laura (org.). *MACROMICRO1 – protótipos e políticas públicas*. Disponível em: < <https://www.acidadeprecisa.org/publicacao-macromicro>>. Último acesso em: 22 de dezembro de 2017.
_SOBRAL RODRIGUES, Laura; VINCINI, Lorena; KARPISCHEK, Tatiana (Eds.). *Ocupe Largo da Batata – Como fazer ocupações no espaço público – A Batata Precisa de Você*. Disponível em: <<http://largodabatata.com.br/publicacao>>. Último acesso em: 17 de setembro de 2015.

TEMEL, Robert; HAYDN, Florian. *Temporary Urban Spaces: Concepts for the Use of City Spaces*. Basileia: Birkhauser, 2006

WHITAKER, João. MARICATO, Ermínia. Operação urbana consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade? 1 de julho de 2002. Disponível em: <<http://cidadesperaquem.org/textos-academicos/2002/7/1/operacao-urbana-consorciada-diversificacao-urbanistica-participativa-ou-aprofundamento-da-desigualdade>>. Último acesso em: 20 de janeiro de 2018

WISNIK, GUILHERME. A cidade apropriada: O ativismo e o valor de uso do espaço público. *Folha de SP*. Caderno Ilustríssima. 15 de novembro de 2015.
_WISNIK, Guilherme; NOBRE, Lígia; NOBRE, Ana Luíza. Cidade: modos de fazer, modos de usar. *Drops*, ano 14, n. 074.06, São Paulo: Vitruvius, nov. 2013. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/14.074/4962>>. Último acesso 22 de maio de 2016.
_WISNIK, Guilherme. Entre o trabalho e o labor: o dever aldeia das cidades. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *Mutações: entre dois mundos*. São Paulo: Edições SESC, 2017.
_WISNIK, Guilherme. Ponto Crítico - Urbanismo - Largo da Batata. Caderno Ilustríssima. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 12 de abril de 2015.
_WISNIK, Guilherme. Posse ou uso da cidade? *Folha de São Paulo*, 13 de junho de 2016.
_WISNIK, Guilherme. Projeto e destino: de volta à arena pública. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Mutações: o novo espírito utópico*. São Paulo: Edições Sesc, 2016, p.55.